



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CAROLINE DE OLIVEIRA AMARANTE

COLETIVOS FEMINISTAS E DE ESTUDANTES NEGRAS NA UNIRIO:  
CONVERSANDO SOBRE GÊNERO, RAÇA E EDUCAÇÃO.

RIO DE JANEIRO

2021

CAROLINE DE OLIVEIRA AMARANTE

COLETIVOS FEMINISTAS E DE ESTUDANTES NEGRAS NA UNIRIO:  
CONVERSANDO SOBRE GÊNERO, RAÇA E EDUCAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pósgraduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador(a): Prof. Dr. Ivan Amaro

RIO DE JANEIRO

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**CAROLINE DE OLIVEIRA AMARANTE**

**COLETIVOS FEMINISTAS E DE ESTUDANTES NEGRAS NA UNIRIO:  
CONVERSANDO SOBRE GÊNERO, RAÇA E EDUCAÇÃO**

Aprovado pela Banca Examinadora  
Rio de Janeiro, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

---

Prof. Dr. Ivan Amaro (orientador)  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Cláudia Miranda  
Universidade Federal Do Estado Do Rio De Janeiro – UNIRIO

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Renísia Cristina Garcia Filice  
Universidade de Brasília – UnB

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Edilza Sotero  
Universidade Federal da Bahia - UFBA

**DEDICATÓRIA**

Dedico esta dissertação à Carmelita Amarante *in memoriam*,  
À minha filha, Stella Amarante, Às  
mulheres que me criaram.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares, as mulheres da minha família, que abdicaram de seu tempo para me criarem e me trouxeram até aqui,

Agradeço à UNIRIO, que me proporcionou uma graduação e uma pós-graduação,

Aos meus professores, que me inspiraram a seguir à docência, ao meu orientador, professor Dr. Ivan Amaro, que me escolheu e acolheu,

Aos meus colegas da UNIRIO, que me permitiram conhecer o Coletivo Negro Luíza Mahin, que me propiciaram alegrias e companhia durante os anos de universidade,

Agradeço à Stella, minha filha querida.



*Marielle, presente!*

## **RESUMO**

Esta pesquisa busca analisar como o Coletivo Negro Luíza Mahin, pertencente à Universidade Federal Do Estado Do Rio De Janeiro – UNIRIO se organizou e produziu ações dentro de uma universidade pública e como se deu a sua aproximação com movimentos sociais. Aos olhos de

quatro mulheres negras, participantes do Coletivo Negro Luíza Mahin, a dissertação analisa através de suas falas, os marcadores de raça, gênero e classe. A fim de compreender a forma que este se organiza e contribui para a permanência de estudantes negras dentro da UNIRIO, que pode ocorrer através de ações como grupos de estudos, tentativas de resolução em assuntos de causa racial, defesa de estudantes que sofrem com situações de racismo cotidiano e racismo gendrado dentro da universidade, críticas e sugestões de mudanças no currículo universitário, cobranças de posicionamento dos departamentos acadêmicos da UNIRIO, apoio durante as tensões entre colegas e docentes, manifestações políticas, notas de repúdio, atos e intervenções como cartazes de protesto dentro e nos arredores da universidade. Como metodologia, estabelecemos a conversa como procedimento primordial de acesso às quatro estudantes que articulam as ações desse coletivo com a teoria histórica e a prática ativista. A conversa permitiu uma aproximação com as participantes, propiciando uma relação de confiança com o Coletivo Negro Luíza Mahin. Esta abordagem metodológica propiciou uma maior acessibilidade às pautas do coletivo, às demandas e dificuldades enfrentadas pelas estudantes negras no cotidiano universitário. Importante ressaltar que, historicamente, mulheres negras estão ausentes de grande parte das pesquisas de Ciências Humanas que se dedicam a analisar criticamente a realidade brasileira. A escolha de um coletivo negro e de mulheres negras no interior da universidade se justifica, em parte, por percebermos uma lacuna na produção do conhecimento por parte de mulheres negras na academia. Por outro lado, se justifica por possibilitar uma maior visibilidade de como os efeitos das políticas afirmativas de cotas para pessoas negras na universidade pública, nos últimos 20 anos, tem se materializado nas vivências e experiências de estudantes negras.

Palavras-chave: Coletivo Negro Luíza Mahin; Feminismo Negro; Gênero, raça e classe; Interseccionalidade; Movimentos Sociais; Universidade.

### **ABSTRACT**

This research seeks to analyze how the Black Collective Luíza Mahin, belonging to the Federal University of the State of Rio de Janeiro - UNIRIO, was organized and produced actions inside a public university and how it approached social movements. In the eyes of four black women, participants of the Black Collective Luíza Mahin, this dissertation analyzes, through their speeches, the markers of race, gender, and class. In order to understand the way they was

organized and contributes to the permanence of black students inside of UNIRIO, which can occur through actions such as study groups, the resolution of racial issues, defense of students who sue with situations of daily life racism and gendered racism inside the university, criticism and suggestions for changes in the university curriculum, demands for positioning the academic departments of UNIRIO, support during tensions between colleagues and professors, political demonstrations, rejection notes, acts and capacities such as protest posters within and on the outskirts of the university. As a methodology, we established conversation as the primary procedure for accessing the four students who articulate the actions of this collective with historical theory and activist practice. The conversation is an approximation with the participants, providing a relationship of trust with Black Collective Luíza Mahin. This methodological approach provided greater accessibility to the collective agendas, to the demands and difficulties faced by black students in everyday university life. It is important to emphasize that, historically, black women are absent from a large part of the Human Sciences research that is dedicated to critically analyzing the Brazilian reality. The choice of a black collective and of black women within the university is justified, in part, by the perception of a gap in the production of knowledge by black women in the academy. On the other hand, it is justified by enabling greater visibility of how the effects of affirmative quota policies for black people in public universities, in the last 20 years, have materialized in the experiences of black students.

Key words: Black Collective Luíza Mahin; Black feminism; Gender, race and class; Intersectionality; Social Moviments; University.

#### **LISTA DE ABREVIATURAS, TERMOS E SIGLAS**

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal Do Rio De Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UERJ – Universidade Estadual Do Rio De Janeiro

USP – Universidade De São Paulo

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca



CEDERJ - Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

PPGEdu – UNIRIO - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

NuDES - Núcleo de Estudos e Pesquisas Diferenças, Educação, Gênero e Sexualidades

C.A – Centro Acadêmico

CCH – Centro de Ciências Humanas

DCE – Diretório Central de Estudantes

D.A – Diretórios Acadêmicos

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queers, Intersexuais, Assexuados e demais identidades

CREJA - Centro Municipal de Referência de Educação de Jovens e Adultos.

EFLAC - Encontro Feministas Latino-Americano e Caribenho

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SUS – Sistema único de saúde

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

Pnad - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

EECUN - Encontro de Estudantes de Coletivos Universitários Negros

MAMU - Mapa de Coletivos de Mulheres

TICs - tecnologias da informação e comunicação

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

Bandejão – Restaurante universitário que serve refeições a preço popular para os estudantes

Inteserc – Interseccional; Geralmente a abreviação é utilizada em vertentes feministas

Trans – Pessoas transgênero; alguém que se identifica com uma identidade de gênero diferente do seu sexo biológico



## SUMÁRIO

<b>VIVÊNCIAS, REFLEXÕES E IMPULSIONAMENTOS INICIAIS: ESTA PESQUISA NÃO É NEUTRA!</b> .....	12
<b>CAPÍTULO 1: PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: ROTAS DA PESQUISA</b> .....	19
1.1 Apresentando o Coletivo Negro Luíza Mahin.....	20
1.1.2 Organização estrutural do Coletivo Luíza Mahin.....	26
1.2 É conversando que se entende: Mulheres no Luíza Mahin.....	29
1.3 Quem são as mulheres participantes da pesquisa?.....	38
1.3.1 Laiz.....	38
1.3.2 Carmela.....	40
1.3.3 Fernanda.....	41
1.3.4 Marina.....	42
<b>CAPÍTULO 2: INTRODUÇÃO A UMA HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS NEGROS E DE GÊNERO N UNIVERSIDADE</b> .....	44
2.1 Um pequeno panorama do Movimento de Mulheres Negras no Brasil.....	44
2.2 O movimento de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil.....	48
2.3 Identidades Negras em pauta.....	51
<b>CAPÍTULO 3: INTERSECCIONALIDADES E AMBIENTES UNIVERSITÁRIOS: O (RE) ENCONTRO DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO</b> .....	61
3.1 Sou negra, sou pobre e sou mãe: uma perspectiva interseccional.....	61
3.2 O ativismo da mulher negra e universitária.....	67
3.3 Reflexões sobre movimentos sociais e coletivos negros.....	70
3.3.1 Tensionamentos e movimentos para a permanência das estudantes negras universitárias.....	77
3.4 O Coletivo Negro Luíza Mahin e seu papel atuante no campo dos movimentos sociais...91	
<b>COMOÇÕES E EMOÇÕES FINAIS</b> .....	100
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	103
<b>VIVÊNCIAS, REFLEXÕES E IMPULSIONAMENTOS INICIAIS: ESTA PESQUISA NÃO É NEUTRA!</b>	

É uma perda de tempo odiar um espelho  
ou seu reflexo  
em vez de interromper a mão que  
constrói o vidro de distorções  
discretas o suficiente para passarem  
despercebidas. *Audre Lorde*

Inicialmente, pesquisa movida por um impulso de inquietações que desalojaram minhas convicções pessoais durante um processo de construção da afirmação de minha identidade racial, em uma universidade pública, pautando um lugar de estranhamento. Reconheço, portanto, que ao iniciar esta pesquisa trato de minha própria afirmação como mulher cisgênero, negra de pele clara e aluna de uma universidade federal no Rio de Janeiro. Neste processo, deparei-me com questionamentos sobre racismo, machismo e opressões vividas em meu cotidiano universitário e no de outras como eu, que muitas vezes se faz um espaço elitizado e não permitido às camadas populares, das quais eu advenho. São questões de origem, de raça, e de tom.

Esta pesquisa tem por objetivo analisar de que forma estudantes universitárias feministas negras se organizam e produzem ações dentro de universidades públicas para discutir gênero, feminismo, classe e questões raciais, suscitando em uma aproximação com movimentos sociais e coletivos universitários. Através de conversas com quatro estudantes negras, membros do Coletivo Negro Luíza Mahin, na Universidade Federal Do Estado Rio De Janeiro – UNIRIO, esta pesquisa acompanha e analisa como estas estudantes que se engajam de maneira política no ambiente educacional, articulam ações desse coletivo com a teoria histórica e a prática ativista, criando uma práxis libertadora (FREIRE, 2014) que une a prática militante dos coletivos universitários, com a teoria política de teóricas negras.

Questões de raça também perpassam minhas vivências e são confrontadas quando me deparo com o fato de que minha pele parece clara demais para se encaixar na negritude estereotípica lida pela sociedade, mas, para a branquitude universitária também ali não pertencço. No artigo de Camila Moreira de Jesus, publicado no encontro baiano de estudos em cultura “Branquitude X branquidade: Uma análise conceitual do ser branco”, a autora faz uma revisão teórica dos termos branquitude e branquidade, nos mostrando o conceito de branquidade através de pesquisadoras como Vron Ware, que organizou o livro “Branquidade: Identidade branca e multiculturalismo”. Camila fala sobre as similaridades dos termos e como foram utilizados para

articular sobre o privilégio que o branco detém em sociedades estruturadas pelas hierarquias raciais. Lourenço Cardoso, em “Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil” nos mostra o conceito de branquitude acrítica, onde o branco busca manter seu status de superioridade racial e seus privilégios, assim como o poder de definir quem são os não brancos. O privilégio branco de uma branquitude acrítica concede que determinado grupo social classifique os meus fenótipos, da mesma forma que meu cabelo alisado também permite a popularmente chamada “passabilidade branca”, essas inquietações raciais permeiam meus pensamentos e ajudam a problematizar a perspectiva de investigação que aqui se coloca.

Repensar o “ser mulher” negra em momentos de opressão é também questionar os papéis de gênero que são impostos socialmente. A participação feminina na política, por exemplo, em especial na política participativa, ainda é pequena. De acordo com Rodrigues (2005), espaços como o Poder Legislativo e Executivo “foram construídos historicamente como espaços de exclusão das mulheres – das mulheres brancas, e como muito mais vigor, das mulheres negras.” (s/p). Apesar da adoção de medidas afirmativas que visam ampliar o número de mulheres nos espaços de poder, elas continuam sendo sistematicamente excluídas desses espaços devido à falta de recursos financeiros, de tempo para a formação política e de influência política. Além disso, suas candidaturas são negligenciadas em favor das candidaturas masculinas no interior dos partidos e, muitas vezes, as candidatas precisam enfrentar a cultura patriarcal que incide tanto no interior dos partidos e movimentos dos quais fazem parte, quanto da sociedade e eleitores (RODRIGUES, 2005, s/p). No caso das mulheres negras:

Proporcionalmente às mulheres brancas, elas enfrentam taxas superiores de desemprego (13,6% x 10%). Recebem 50% da remuneração das mulheres brancas e contratam-se no trabalho doméstico, com direitos trabalhistas e previdenciários limitados, o qual absorve uma grande maioria de meninas afrodescendentes – que representam 73% e 80% do total de trabalhadores infantis domésticos nas regiões Norte e Nordeste, respectivamente. As mulheres negras constituem a maioria das chefes de família mulheres. As taxas de alfabetização e de escolaridade das mulheres negras são bem inferiores as das mulheres brancas (78% e 76% x 90% e 83%, respectivamente). (RODRIGUES, 2005, s/p)

Essa realidade desigual incide diretamente nas possibilidades e oportunidades disponíveis para as mulheres negras de exercerem ativamente a cidadania e influenciar as políticas públicas tanto a nível regional quanto nacional. Importante ressaltar que a sociedade brasileira é perpassada por ideologias de gênero e de raça que estipulam papéis sociais para os grupos sociais, determinando o acesso que esses grupos vão ter aos recursos e espaços deliberativos.

Ainda sobre desigualdades de gênero e raça, analisando dados governamentais como o Atlas da violência de 2021, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, percebe-se que mulheres negras são a maioria das vítimas quando se trata de homicídios no Brasil.

Em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Em termos relativos, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 2,5, a mesma taxa para as mulheres negras foi de 4,1. Isso quer dizer que o risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra, ou seja, para cada mulher não negra morta, morrem 1,7 mulheres negras. (IPEA, 2021, p.38)

Os dados do Atlas da Violência apenas evidenciam uma latente demarcação de gênero e raça existente na realidade brasileira, de fato, mulheres negras estão sujeitas a situações muito menos privilegiadas que mulheres brancas, a violência é uma delas. A taxa de mortalidade mais alta e o grande número de homicídios não são a única forma de violência que mulheres negras sofrem. Em pesquisas, já fica evidente que a disparidade racial também é grande quando se trata de violência obstétrica e saúde reprodutiva da mulher negra brasileira atendida pelo SUS (Sistema único de Saúde), sobre violência obstétrica no SUS:

Alguns estudos realizados pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), conduzidos pela pesquisadora Maria do Carmo Leal, evidenciam algumas disparidades raciais que ocorrem no atendimento às mulheres grávidas. Mostram que mulheres negras possuem maior risco de ter um pré-natal inadequado. São aquelas que realizam menos – e mais rápidas – consultas obstétricas do que o indicado pelo Ministério da Saúde. São elas também as que mais peregrinam entre as maternidades, as que vão ter o direito de acompanhante durante o parto violado. São/serão as que mais sofrem/sofrerão violências obstétricas (CURI; RIBEIRO; MARRA, 2020, p.162).

Os demarcadores de gênero, raça e classe são presentes nas decisões e práticas que culminaram em violência obstétrica e até mesmo para uma prática de esterilização massiva na população feminina negra, que ficou evidente na década de 1990 com a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da esterilização; mulheres em idade fértil, negras e pertencentes às classes sociais desfavorecidas eram massivamente esterilizadas. Levando em conta o seu contexto histórico de vulnerabilidade social, estas mulheres tiveram sua saúde reprodutiva violada e foram levadas a realizar procedimentos cirúrgicos sob argumentos de controle da natalidade, de acordo com os dados da pesquisa abaixo:

A partir dessa realidade, movimentos sociais, dentre eles feministas e da população negra, denunciaram a esterilização massiva em mulheres negras e periféricas, o que culminou na instauração de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) no início da década de 90, período em que a esterilização se popularizou ainda mais no país. A CPI da esterilização, como ficou denominada, se utilizou de pesquisas a partir de dados coletados à época, com o intuito de investigar as causas e consequências do procedimento, que se conduzia de forma totalmente indiscriminada, demonstrando

que mais de 45% das mulheres brasileiras em idade reprodutiva estavam esterilizadas (BRASIL, 1993). (SILVA; SANTOS; PADÃO; ALMEIDA, 2018. P.2).

A necessidade de contemplação das pautas de mulheres negras se torna evidente paralelamente à ascensão do feminismo negro como movimento social. Mulheres negras se sentem contempladas pelo feminismo negro simplesmente por serem muitas vezes alvo de uma invisibilidade social, até mesmo dentro do próprio movimento feminista, quando ele se resume às opressões de gênero sem levar em consideração a raça e classe.

Por exemplo, historicamente falando, as sufragistas<sup>1</sup> defenderam o direito de mulheres votarem, porém, de mulheres brancas, e o racismo não foi um tema abordado na época. A diferença entre mulheres brancas e negras sempre foi discrepante, enquanto nas décadas passadas, o movimento feminista pregava o direito ao voto e o direito ao trabalho, mulheres negras simplesmente queriam ser vistas como pessoas, como seres de direito. Mulheres negras já trabalhavam desde a escravidão, na década de 40, mulheres negras eram empregadas domésticas e não podiam usar o mesmo banheiro de suas patroas brancas. Já na atualidade, dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) de 2011<sup>2</sup>, apontam que 61,6% das 6,5 milhões de mulheres que exercem o trabalho doméstico remunerado no Brasil são negras, pobres e com baixa escolaridade, a maioria sem vínculo trabalhista formal.

Construir uma identidade racial é uma espécie de avalanche de constatações e sentimentos. Em um momento, a felicidade de finalmente entender as raízes das quais pertencemos; em outro a amargura de perceber que, ao longo de anos, pequenas e grandes negações foram vivenciadas por conta de gênero e raça. Isso nos toma conta e nos causa tamanha sensação de impotência. Mas a impotência não era tudo o que me restava. Naquele mesmo espaço universitário, havia outra coisa acontecendo. E esta outra coisa, foi o que me ajudou a entender que o não-poder não era a única opção, a coletividade entra em oposição a sensação de não-poder. De fato, a universidade é palco de transformações e construções, e foi nesse palco que me vi encarando, pela primeira vez sentimentos e vivências transformadores. Ao longo dos anos, dentro de espaços escolares, docentes e discentes podem acompanhar a mudança do outro. Com um olhar atento, podemos perceber determinadas pessoas modificando sua identidade, visíveis na forma de vestir, em seus cabelos, em sua forma de falar e agir, se identificando com determinadas demandas e movimentos sociais.

---

<sup>1</sup> Ficaram conhecidas como sufragistas as mulheres que participaram do sufrágio feminino, um movimento que visava a conquista pelo direito das mulheres de votar.

<sup>2</sup> Disponível em [www.domesticalegal.org.br/retrato\\_emprego\\_domestico\\_PNAD\\_2011.pdf](http://www.domesticalegal.org.br/retrato_emprego_domestico_PNAD_2011.pdf)

Estas demandas e movimentos foram de grande importância em minha trajetória como pesquisadora. Envolvi-me ativamente ao descobrir, através de colegas da turma de Pedagogia, na Universidade Federal do Estado Do Rio De Janeiro (UNIRIO), entre os anos de 2017 e 2018, a existência de um coletivo negro denominado “Coletivo Negro Luíza Mahin”. Neste coletivo, havia mulheres negras feministas e suas histórias impulsionam esta pesquisa. Uma mulher negra feminista que se viu desempregada e precisou vender doces na porta da universidade para o seu sustento, uma mulher negra feminista e bissexual que sofreu assédios em seu cotidiano, mas que encontrou em seu coletivo uma forma de se sentir segura dentro da Universidade.

Estes fatos que aconteceram na vida de membros do coletivo Luíza Mahin apenas indicam a realidade do que aqui decidiu-se pesquisar e analisar, assédio a mulheres jovens, negras e lésbicas dentro e fora de ambientes universitários, desigualdade de gênero em ambientes trabalhistas, mulheres negras sofrendo racismo e assédio por conta de sua aparência e cabelos. Mulheres negras e feministas se envolvendo em militância e em coletivos universitários, algo que existia em meu cotidiano, em meu ambiente universitário e que se transforma aqui em pesquisa.

A universidade proporciona um ambiente reflexivo. Mas como a construção de uma identidade racial acontece dentro de um espaço de ensino universitário? Após essa construção, como as mulheres lidam com situações opressivas relacionadas também à sua classe e gênero que até então eram tidas como normais? O conhecimento pode ser uma benção, mas é também uma grande responsabilidade. E, assim, me vi em uma espécie de “Alegoria da Caverna”<sup>3</sup>, onde o conhecimento que eu adquiri acerca da minha condição na sociedade, como mulher negra de pele clara, finalmente me fez enxergar a verdade nua e crua: estive vivendo todos esses anos em uma sociedade machista e racista.

O encontro com o movimento negro educador, “que constrói, sistematiza, articula saberes emancipatórios produzidos pela população negra ao longo da história social, política, cultural e educacional brasileira” (GOMES, 2017, p.24) permite que muitas mulheres negras também experimentem a sensação de sair da caverna, se tornando parte de um movimento que é coletivo e é de todas nós.

O sentimento de não pertencimento, de não se sentir representada em meio de uma sociedade de mídia eurocentrada era constante. Alisar o cabelo por insegurança, parar de alisar, usar tranças, não usar, uma constante mudança e uma constante tentativa da construção de uma

---

<sup>3</sup> A Alegoria da Caverna foi escrita pelo filósofo grego Platão.



autoestima, diante da nossa sociedade, era um grito de socorro em meio a imposição. A necessidade de falar e pensar a estética negra tem a ver com autoestima e reconhecimento de si, como parte de um entender-se no mundo como um eu possível. Portador de características associadas ao belo, ao bom, e ao bem.

Acredito que o estudo de coletivos dentro das universidades pode ser de extrema importância para dialogar com a linha de pesquisa escolhida e com Núcleo de Estudos e Pesquisas Diferenças, Educação, Gênero e Sexualidades – NuDES, grupo de estudos do qual faço parte e que coordenado pelo Prof. Dr. Ivan Amaro, orientador desta pesquisa. A relevância desta pesquisa se coloca no movimento das reivindicações sociais de jovens universitárias sobre preconceitos e discriminações a que estão sujeitas nos diversos espaços institucionais e que fazem parte historicamente de uma sociedade patriarcal, racista e machista.

Além da luta por direitos, estas estudantes questionam também o currículo universitário, a ausência de referências teóricas negras, e insistência em visões ainda muito assimétricas na distribuição e disseminação do conhecimento científico. Os coletivos servem como uma rede de apoio, de estudos e pesquisas. Ansiei por um tema que se aproximasse de todas as transformações que vivi em minha vida nos últimos anos, quis ouvir mulheres feministas e negras, quis escutar suas dores, suas lutas, suas experiências, seus relatos dentro da universidade, quis dialogar e aprender com elas, trocando experiências e vivências.

Questiono-me constantemente sobre o papel que coletivos assumem dentro das universidades. Questões se fizeram presentes e me inquietaram num movimento para a pesquisa: Como atuam e interferem em decisões na universidade coletivos de mulheres? Que intervenções essas mulheres feministas realizam para tornar o ambiente educativo mais acolhedor, menos racista e machista? Quais são os embates e conflitos que cercam os coletivos? Que reivindicações são apontadas por estes coletivos? Como atuam estes coletivos em instâncias decisórias na universidade?

Pretendeu-se acessar as narrativas dessas mulheres que atuam nos coletivos e, através delas, não apenas responder perguntas, mas também realizar os questionamentos junto com essas mulheres. O desafio de construir conhecimento para as ciências sociais faz parte do percurso de uma pesquisa de mestrado e se constitui em importância para o acesso a teorias sólidas que ajudem em reflexões potentes para a mudança de determinadas realidades, principalmente, as vinculadas às estruturas de violência machista e racista.

A potência de um conhecimento produzido não se realiza sem uma construção que dê conta da problemática indicada. Pensar em uma posição pessoal que envolva a minha pesquisa

e minhas experiências pessoais e profissionais, é sem dúvida pensar em como toda a minha trajetória dentro da UNIRIO influenciou em todas as minhas escolhas.

O processo de quebra de padrões estéticos e de libertação ainda é algo que me toca, eu vejo em meu íntimo e em outras mulheres essa dor, para alguns pode ser mais fácil, para outros mais difícil. Mas acredito que as revoluções mais difíceis são aquelas que fazemos dentro de nós mesmos. Assim, encontro no feminismo negro interseccional não só um campo de estudo, mas também uma aproximação pessoal, uma explicação para minhas reais inseguranças e minhas lutas interiores. Acredito que nenhuma ciência é neutra, e assumir minha posição em relação ao tema que pesquiso também contribui para a melhor construção de um determinado conhecimento nas ciências sociais.

Esta pesquisa irá ao longo do texto, analisar as ações e organizações do Coletivo Negro Luíza Mahin dentro da UNIRIO, a fim de compreender o impacto do coletivo na universidade e na permanência e vida das mulheres negras pertencentes a ele. Aos olhos de quatro mulheres participantes da pesquisa, destaca-se de suas falas, questões que envolvam gênero, racismo e questões raciais, como racismo institucional, racismo genderizado, racismo cotidiano e classe. As falas dessas quatro mulheres advêm de conversas, estas que foram metodologia desta pesquisa. Acompanharemos o envolvimento destas mulheres com diversos marcadores raciais, de gênero e classe, como por exemplo, maternidade e discriminação racial em ambiente acadêmico. Ao mesmo tempo, a pesquisa também realiza uma análise de temáticas relevantes como um histórico da luta de mulheres negras no Brasil por seus direitos.

No primeiro capítulo, apresentaremos o coletivo Luíza Mahin e sua estruturação, trazendo atas do coletivo para ilustrar suas especificidades. Apresentaremos também, as mulheres participantes da pesquisa, suas informações obtidas através das conversas, seu envolvimento com o coletivo Negro Luíza Mahin, logo após a apresentação, haverá uma subseção do capítulo trazendo algumas reflexões sobre o uso da conversa como metodologia de pesquisa, que também será abordada ao longo de todo o texto, essa subseção situa o leitor e introduz a temática que será tão presente nesta pesquisa.

O segundo capítulo desta pesquisa será uma introdução a uma história dos movimentos negros e de gênero em universidades, trataremos do movimento de mulheres negras no Brasil, perpassando pela história do feminismo negro no Brasil, a temática de diferenças e identidade também será abordada neste capítulo. No terceiro capítulo abordaremos a interseccionalidade e ambientes universitários, focando nos marcadores de gênero, raça e classe e movimentos sociais.

## **CAPÍTULO 1 - PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: ROTAS DA PESQUISA**

Neste presente capítulo, apresentaremos o Coletivo Negro Luíza Mahin e as quatro mulheres participantes da pesquisa. Seu envolvimento com o coletivo será aqui analisado de forma inicial, informações pessoais que foram reveladas ao longo das conversas, como por exemplo, local de nascimento, vivências, como é a sua relação com outros membros do coletivo, seu envolvimento com a universidade, seu papel dentro do coletivo, tempo e período dentro da universidade, curso de graduação, se passaram por alguma situação de racismo ou algum tipo de preconceito dentro da universidade, idade e local onde moram também serão apresentadas. O capítulo será composto por duas seções, na primeira sessão intitulada “Apresentando o Coletivo Negro Luíza Mahin”, haverá uma introdução e um panorama breve sobre o coletivo aqui pesquisado, com informações sobre onde este coletivo foi criado, em qual ano, com qual motivação, a universidade a qual ele pertence, que neste caso, é a UNIRIO, a relação do coletivo com a universidade, de que parte da UNIRIO este coletivo surge, qual campus, quais cursos o coletivo contempla, se existe ou não alguma associação oficial do coletivo com a UNIRIO ou com algum diretório acadêmico, Nesta sessão, também acompanharemos a estrutura do coletivo.

Na segunda sessão “Quem são as mulheres participantes da pesquisa?” O enfoque será em informações sobre as quatro mulheres que aqui também são parte central desta dissertação, pois através das vozes destas quatro mulheres, poderemos vivenciar a realidade do coletivo negro aqui pesquisado, nesta sessão será feita uma apresentação das participantes da pesquisa, importante ressaltar que por questões éticas seus nomes verdadeiros e suas identidades não serão revelados.

Ressalto aqui os desafios e percursos desta pesquisa, por se tratar de uma pesquisa qualitativa que utiliza a conversa como metodologia, o viés pós-estruturalista que compõe as rotas desta pesquisa permitem de fato uma observação do cotidiano, assim como a descrição das problemáticas encontradas ao longo deste percurso que envolve diálogos e escuta dos questionamentos das alunas, análises de suas falas e o levantamento de problemáticas. Sobre uma abordagem pós estruturalista em pesquisas que envolvam gênero e educação, concordamos com Dagmar Meyer:

Tomando tais pressupostos como referência, talvez se deva começar dizendo que as investigações que compartilham dessa perspectiva teórica estão menos preocupadas em buscar respostas para o que as coisas de fato são, e se preocupam mais em descrever e problematizar processos por meio dos quais significados e saberes

específicos são produzidos, no contexto de determinadas redes de poder, com certas consequências para determinados indivíduos e/ou grupos (MEYER, 2012, P.51)

Portanto, coloca-se aqui esta pesquisa à frente do desafio e do movimento de descrever, de compreender de forma empática os processos de envolvimento de estudantes negras com um coletivo negro e universitário, mas não somente isto, também nos colocamos à frente do desafio de criticar, teorizar e repensar uma pesquisa no campo das ciências humanas, que faz uso da conversa para prover um estudo que aborde questões raciais, gênero e classe dentro de um ambiente educacional, levando estes fatos em consideração, apresentamos a seguir algumas informações primordiais sobre o coletivo Luíza Mahin para o início desta pesquisa.

### **1.1 Apresentando o Coletivo Negro Luíza Mahin.**

Esta pesquisa foi realizada em um campus universitário localizado no bairro da Urca, zona sul do Rio De Janeiro. O ambiente privilegiado de nossa pesquisa foi o Centro de Ciências Humanas (CCH). Deve-se levar em consideração que a UNIRIO, é uma universidade de porte pequeno. O campus pesquisado não é grande em dimensões, se for comparado com outros campus, de outras universidades públicas cariocas, como por exemplo, a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), UERJ (Universidade Estadual Do Rio De Janeiro), UFF (Universidade Federal Fluminense) e UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro).

O CCH possui uma característica de ser um local central neste campus da UNIRIO. É justamente no CCH onde estão localizados o Bandeirão Universitário, jardins, bancos e espaços públicos de interação dos estudantes. É também no CCH que funciona a Escola de Educação, oferecendo o curso de Pedagogia Presencial e o curso de Pedagogia à Distância, este realizado em parceria com o consórcio CEDERJ (Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro). Oferece, ainda, os cursos de Mestrado e Doutorado em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEduc – UNIRIO.

Os primeiros movimentos desta pesquisa foram iniciados quando me comuniquei com algumas colegas do Curso de Pedagogia presencial da UNIRIO, no qual me graduei em 2018. Estas colegas também eram mulheres negras e logo as questioneei se conheciam algum coletivo negro de mulheres atuando na UNIRIO e se poderiam me apresentar algumas mulheres que participassem ativamente de tal coletivo. Imediatamente minhas colegas que ainda eram estudantes da UNIRIO, me informaram sobre a existência de um coletivo negro chamado

Coletivo Negro Luíza Mahin, e me informaram alguns nomes de mulheres participantes deste coletivo que talvez aceitassem participar desta pesquisa.

Durante a pesquisa, algumas anotações sobre o acesso ao coletivo foram feitas. Anotei e observei que talvez o acesso não teria sido tão fácil sem uma pessoa conhecida intermediando, observei presencialmente na UNIRIO, que os grupos de estudantes negros se juntavam nas salas dos centros acadêmicos de seus cursos, foi também observado que gostam de ficar juntos em mesas separadas, conversando entre si durante os intervalos das aulas. Uma de minhas colegas me conduziu até o Centro Acadêmico Marielle Franco, o centro acadêmico do curso de pedagogia da UNIRIO. Lá fui então apresentada aos membros do Coletivo Negro Luíza Mahin que estavam conversando em grupo dentro do C.A (Centro Acadêmico), ressalto aqui que o coletivo não é vinculado ao Centro Acadêmico Marielle Franco e não é um coletivo institucionalizado. Sobre a institucionalização do coletivo e seus vínculos com a UNIRIO, foram encontradas informações nas atas de reuniões no blog oficial do Luíza Mahin<sup>4</sup>:

***Ata do Coletivo:** Pensamos também sobre a possibilidade de institucionalizar, ou não, o coletivo Luiza Mahin. O que viria a ser isso? O reconhecimento formal da Instituição (Unirio) ao nosso coletivo. Os interesses do coletivo em conseguir ônibus através da Universidade Pública, realizar eventos e palestras em geral via ofícios formais, atravessaram a discussão posta para dimensionar se realmente é necessário a institucionalização do coletivo. O consenso que chegamos era de que não deveríamos, ainda, buscar essa institucionalização, mesmo crendo que esse procedimento seria inevitável conforme os andamentos do coletivo.*

Até o final desta pesquisa, não foram obtidas informações sobre vínculos institucionais do Luíza Mahin, o caráter de autogestão foi informado como preferido por uma das participantes durante as conversas, este caráter não institucionalizado foi preferido pelos estudantes mesmo com as aparentes melhorias que seriam realizadas. Como acesso ao ônibus da UNIRIO para o transporte do coletivo a encontros ou palestras fora da UNIRIO, eventos formais ou palestras oficializadas. A preferência do Luíza Mahin visa uma determinada liberdade do coletivo, mas por outro lado, talvez a falta do suporte oficial tenha prejudicado o coletivo em suas organizações, em uma das atas das reuniões, podemos encontrar a seguinte fala:

***Ata do coletivo:** Decidimos organizar o coletivo em núcleos e funções, mesmo que todos estejam responsáveis por tudo. Entretanto na prática, há aqueles que de fato fazem e outros que só esperam acontecer.*

---

<sup>4</sup> As atas de diversas reuniões do Coletivo Negro Luíza Mahin são públicas e podem ser encontradas no blog oficial do Coletivo, que foi utilizado para a divulgação de atas e reuniões, ver em: <http://coletivoluizamahin.blogspot.com.br/>

tais conflitos organizacionais devem ser levados em consideração ao estudar o caráter de autogestão do coletivo, é importante a visualização de que o coletivo é composto por pessoas reais, conflitos reais e não é algo homogêneo e que busca a perfeição.

Ao adentrar o C.A Marielle Franco, primeiramente, fui abordada por um rapaz, que parecia ter um certo perfil de voz ativa no coletivo. Conversamos brevemente e ele me explicou alguns detalhes sobre o coletivo, fui informada que era um coletivo misto, formado por homens e mulheres negras, que teve sua formação inicial no final do ano de 2014, o estudante também me informou que em 2017, um professor da UNIRIO permitiu que os alunos utilizassem o seu tempo de aula para um evento de SLAM<sup>5</sup>, no evento “SLAM, consciência marginal”, os alunos convidaram pessoas do SLAM Resistência da UNIRIO para uma apresentação.

Logo depois, fui apresentada para algumas mulheres que estavam junto, havia cerca de 3 mulheres presentes no momento, perguntei a elas se teriam tempo para conversar e marquei alguns horários nos intervalos de aulas com elas, uma delas indicou uma outra colega que poderia conversar comigo. No total, consegui contato com quatro estudantes que estavam dispostas a conversar sobre suas experiências cotidianas como membros do Coletivo Luíza Mahin, assim como suas experiências pessoais envolvendo a sua realidade e questões como o racismo, desigualdade de gênero e de classe experienciadas dentro e fora da Universidade.

Ao conversar com tais mulheres, a pesquisa busca pensar as mulheres negras como sujeitos e não como objetos de pesquisa, visando uma aproximação com abordagens que têm buscado rever os paradigmas dominantes em relação à separação entre sujeito/objeto do conhecimento, visão tradicional presente ainda nas pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Tradicionalmente, os grupos e indivíduos pesquisados podem ser vistos como objetos de pesquisa e mesmo que tratados dentro de princípios éticos de respeito ao anonimato, à integridade física e moral do indivíduo pesquisado, não havia uma real apropriação do saber daquele sujeito, para Grada Kilomba (2020):

Ter o status de sujeito significa que, por um lado, indivíduos podem se encontrar e se apresentar em esferas diferentes de intersubjetividade e realidades sociais, e por outro lado, podem participar em suas sociedades, isto é, podem determinar os tópicos e anunciar os temas e agendas das sociedades que em que vivem (KILOMBA, 2020, p.74)

---

<sup>5</sup> O Slam funciona como um campeonato de poesias em forma de sarau. Ver mais em: <http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/138/slam-resistencia-a-poesia-e-a-voz-de-quem-sempre-sofreucalado>

Não há, aqui a pretensão de resolver esse impasse no campo da pesquisa, e sim realizar o movimento de ouvir as mulheres pesquisadas, considerando as demandas, as agendas, as dificuldades e necessidades no ambiente da universidade, os nomes foram modificados para garantir a privacidade das participantes, e as aspas de suas falas nas transcrições foram retiradas para manifestar a concordância e incorporação dessas falas como parte de sua própria reflexão.

Segundo as participantes da pesquisa, o Coletivo Luíza Mahin foi formado no final do ano de 2014 e durante a sua formação, haviam 5 estudantes presentes, três mulheres do curso de Pedagogia, incluindo uma das participantes da pesquisa, e dois estudantes do curso de Turismo, estes dois cursos de graduação são pertencentes ao CCH – UNIRIO.

Não foi encontrado por esta pesquisa, nenhum tipo de documentação, manifesto ou ata oficial da fundação do coletivo, ao questionar sobre o início do coletivo, fui informada de que os estudantes que estavam presentes em sua fundação, viam o coletivo como uma espécie de suporte afetivo, percebe-se uma certa autocritica em uma das falas relacionadas ao assunto, a participante reflete sobre a função do coletivo e demonstra que no início, o coletivo carecia de debates políticos:

***Laiz:** No início, fazíamos mais debates sobre a nossa vivência, do quanto estávamos deslocados nesse momento, nesse espaço que era a universidade majoritariamente branca, uma universidade federal na zona sul. E a gente mais se aportava um no outro de modo a passar por tudo isso juntos do que realmente estabelecer debates mais políticos, era como aquela de sensação de “não andamos só”.*

Ainda sobre a fundação do coletivo, a primeira ata encontrada das reuniões é datada em trinta de maio de dois mil e quinze, alguns meses após a data inicial aproximada informada pela participante, nesta ata, é relatada a primeira reunião oficial do coletivo Luíza Mahin, constam seis estudantes presentes e o tema da reunião foi a construção de uma identidade negra e futuras estratégias a serem tomadas pelo coletivo, um dos estudantes presentes questiona:

***Ata do coletivo:** “Devemos agregar ou especificar?” - Em relação a constituição do coletivo. Só negros militantes? Ou não, aceitaríamos a ajuda de simpatizantes também?*

A movimentação inicial do coletivo incluía dúvidas e questionamentos sobre as funções que um coletivo deve ter, percebe-se um certo impasse nas falas das estudantes e nas atas, esses impasses envolviam quem deveria fazer parte do Luíza Mahin, apenas militantes? Qualquer estudante negro? Nas falas há também o questionamento sobre convidar funcionários terceirizados da UNIRIO, em vista que os estudantes do coletivo perceberam que a maioria destes funcionários eram pessoas negras:

***Laiz:** Dentro da universidade pública, qual é a cor das pessoas que trabalham na limpeza? Qual é a cor dos terceirizados? Então, será que é realmente uma minoria?*

Também envolvia o fato de que os estudantes tinham a sensação de que o coletivo era um aporte, mas carecia de debates mais políticos e de atos mais concretos. Nos anos seguintes, os estudantes seguiram com tentativas de concretizar alguns objetivos traçados por eles durante as reuniões. O coletivo teve um grupo de estudos gerido pelos membros, no grupo de estudos, os textos eram selecionados por eles, incluíam textos que abordavam a condição da mulher negra e mãe, conforme fica aparente em uma das atas:

**Ata do coletivo:** *Um dos pontos a ser discutido na reunião (cancelada) do dia 28/10/2015 será sobre a situação da mãe negra universitária. Eu e Helena ficamos responsáveis de levantar textos e iniciar o debate no nosso próximo encontro. Como era de se esperar, com a correria do dia a dia tomando conta de casa, filha, trabalhos da faculdade e outras responsabilidades não pude me debruçar como gostaria sobre o assunto.*

A realidade vivida pelas estudantes demonstra certa dificuldade em algumas concretizações dos planos para o coletivo, mesmo com a seleção de textos envolvendo a temática da mulher negra e mãe, na ata fica explícito que nem sempre conseguiam aprofundar os estudos do coletivo, por mais que fossem feitas tentativas e pesquisas por parte destes membros. Outros objetivos e atos realizados pelo coletivo foram o planejamento de mídia e divulgação, que incluía a criação de um canal no *Youtube*, o canal tinha o objetivo de divulgar o “Projeto Vestibular Negro”, palestras, mesa redonda, documentários e vídeos dos eventos e reuniões do coletivo. Atualmente, podemos encontrar no *Youtube* o canal do coletivo, porém apenas um vídeo está disponível.

Também foram criadas uma página do Coletivo Luíza Mahin no *Facebook*, perfil e grupo na rede social, os estudantes tinham como objetivo a divulgação dos atos, reuniões, fotos, links de vídeos e postagens do *blog*, além do contato e interação com alunos e outros coletivos estudantis de universidades de todo o Brasil. Perfil no *Twitter*, com a intenção de “viralizar” campanhas e projetos e um endereço de *e-mail* oficial. O endereço de *e-mail* foi criado para servir como o contato oficial do coletivo, justificado pelo fato de que não tinham endereço fixo e telefone.

No ano de 2016, o coletivo se junta a organização do EECUN (Encontro de Estudantes de Coletivos Universitários Negros). O Encontro aconteceu no mês de maio, nas atas, os estudantes apontam que existem grupos no *Facebook* onde eles articulam e realizam organizações para os encontros. Os estudantes também se organizam para eventos chamados de “Calourada Preta”, um evento que pode incluir festas, músicas e mesas de debates. Eles sugerem



uma mesa redonda com temática que envolva a defesa contra situações de racismo cotidiano, também é sugerido um “cine clube”, onde seria exibido algum filme ou documentário com temática racial, seguido de um debate. Pela fala de uma das participantes, notou-se que no ano de 2016, o coletivo teve um maior número de adesões e os novos membros proporcionaram novas ideias e uma melhoria na organização do coletivo:

***Laiz:** Passamos os anos de 2015 e 2016 no gás de tentar fazer alguma coisa, uma calourada mas não conseguimos e no ano passado conseguimos uma maior estruturação com as pessoas que entraram. E a partir dele saíram as reuniões com mais frequência e em quantidades mais generosas e o grupo de estudos do coletivo.*

Intervenções visuais também foram realizadas, nas atas, há sugestões de cartazes, faixas, adesivos e camisetas, com a intenção de obter uma maior visibilidade do coletivo dentro da UNIRIO. Uma “Biblioteca Negra” também foi criada, o coletivo disponibilizava em um endereço de *e-mail*, uma pasta *online* com diversos textos de autores negros, a intenção era disponibilizar para os estudantes material teórico para estudos sobre questões raciais. Ao que as atas dos coletivos e algumas das conversas com as participantes demonstram, um dos maiores objetivos e uma grande tentativa de intervenção universitária do Coletivo, foi a criação de um pré-vestibular comunitário, sobre o pré-vestibular negro o coletivo diz:

***Ata do coletivo:** Pré- Vestibular Negro e Alfabetização de Jovens e Adultos Visionando auxiliar na inserção dos pretos que ainda estão fora das Universidades e também os funcionários terceirizados, que trabalham na nossa Universidade, e não tem acesso a educação. Pré- Vestibular aos sábados no CCH (em pendência: falar com o decano para ver a possibilidade da utilização de algumas salas da Universidades aos sábados)*

Foram realizadas reuniões abordando a construção do pré-vestibular negro, houve a sugestão de que as aulas fossem realizadas através de vídeos postados no *Youtube*, os alunos buscavam estudantes que fossem professores voluntários para as gravações dos vídeos ou de aulas presenciais. Nota-se novamente um certo impasse entre os membros em relação a institucionalização do coletivo, um dos participantes sugere pedir permissão ao decano para utilizar uma das salas para o pré-vestibular, ficam evidentes alguns conflitos que envolvem a estrutura e organização das intervenções relacionadas ao fato do coletivo estar ou não vinculado oficialmente à UNIRIO, uma longa fala em uma das atas se demonstra contrária a qualquer vínculo oficial e parece estabelecer o caráter de autogestão do Luíza Mahin:

***Ata do coletivo:** Sugerir que rompamos com os modelos burocráticos que a universidade nos enquadra/impõe, articulando assim o coletivo da maneira mais horizontal possível, construindo desta forma um espaço sem hierarquias aonde a aproximação, o contato, a relação, o respeito mútuo e a transparência sejam os pilares da nossa organização negra. Conversamos ainda sobre a delegação rotativa*

*de funções e os métodos mais democráticos da tomada de decisões. Sendo assim concluí-se que não poderíamos depender da burocracia branca para nos organizarmos enquanto luta e para a melhor tomada de decisões precisaríamos URGENTEMENTE de uma nova reunião aonde seriam discutidas as decisões pendentes (sigla) e também a discussão/elaboração de um manifesto do coletivo para melhor nos identificarmos*

O coletivo se articula sozinho e demonstra tentativas de organizações estruturais para o seu melhor funcionamento, podemos perceber uma distribuição dos membros para diversos “setores” do coletivo, o empenho para que as sugestões e planos futuros que acontecem durante as reuniões de fato aconteçam, levam os membros a se dividirem em núcleos e funções.

### **1.1.2 Organização estrutural do Coletivo Luíza Mahin**

Ao realizar esta pesquisa, nota-se primordialmente a organização do coletivo através das redes sociais, o fato se confirma na fala das participantes e nas atas das reuniões. Um dos primeiros passos de atuação do coletivo tem como objetivo a gravação de vídeos para o canal no *Youtube* do Coletivo Negro Luíza Mahin, determinam que um vídeo inicial no *Youtube* terá como seu objetivo, a apresentação breve dos membros. Os estudantes também se organizaram para designar membros para as funções de mediação das mídias e redes sociais. Foram designados moderadores para os perfis no *Youtube*, *Facebook*, *e-mail* e *Twitter*.

Para o *Youtube*, definiram como equipe necessária: Câmeras, roteiristas, apresentadores, editores e professores para o Pré-vestibular Negro. Para o *Facebook*, definiram como equipe necessária: administrador da página do coletivo e administrador do perfil do coletivo. Para o *Blog* oficial do Luíza Mahin, definiram um administrador do *blog*. Para o *e-mail*, um administrador do *e-mail*.

Em sua ata, assim ficou registrado:

**Ata do coletivo:** *Convocar voluntários por através de uma publicação (página do coletivo, de outros coletivos e na página da própria Unirio) explicando o que é o Coletivo Luiza Mahin bem como suas propostas e projetos. Dessa forma daremos visibilidade ao Movimento bem como agregaremos não só ajuda mas, também novos membros e colaboradores. Áreas de atuação do coletivo:*

*Mídias Sociais*

#### **1. YOUTUBE**

*Produção de materiais audiovisuais como o “Projeto Vestibular Negro”; “Divulgações de artistas, artes etc. “; Palestras, Mesa Redonda, Documentários e Entrevistas; Cobertura de Eventos e reuniões do próprio coletivo. Equipe Necessária:*

*Câmeras, Roteiristas, Apresentadores, Editores, Professores (Pré-vestibular)*

#### **2. FACEBOOK LUIZA MAHIN**

*O perfil do Facebook Luiza Mahin servirá como uma ponte, um link para que pessoas do círculo de amizade tenham acesso e conheçam as demais mídias e projetos feitos.*

*Equipe necessária: Administrador do Perfil*

### 3. PÁGINA FACEBOOK COLETIVO NEGRO LUIZA MAHIN

*A página terá um papel de divulgação do coletivo, através de fotos, links de vídeos e postagens do blog. Também servirá como meio de contato com seguidores e coletivos de todo o país. Equipe necessária: Administrador da Página*

### 4. BLOG

*No Blog serão feitas postagens resumindo reuniões, divulgação de eventos e projetos, bem como artigos e textos dos membros do coletivo. Equipe necessária:*

*Administrador do Blog*

### 5. TWITTER

*No twitter podemos efetuar chamadas e divulgações rápidas, bem como viralizar campanhas e projetos do movimento! Equipe necessária: Administrador do Perfil*

### 6. EMAIL

*Pelo fato de não termos uma sede ou uma base fixa, logo não temos um telefone para contatos e afins. O e-mail será usado para contatos mais formais, como viabilização de parcerias, contatos com outros movimentos e instituições, sendo também a melhor forma, e mais formal de sermos achados! Equipe necessária: Administrador do Email*

Ainda sobre o coletivo, durante a conversa com Laiz e com as outras três participantes desta pesquisa, podemos perceber uma característica central e de importância para a universidade do coletivo Luíza Mahin. Durante as falas de Laiz e Carmela, é citado que o coletivo envolve estudantes de vários cursos do CCH, são eles, pedagogia, Turismo e biblioteconomia:

**Laiz:** *O coletivo teve início no final de 2014, ele foi na verdade incentivado por um aluno que não está mais aqui, que era de Turismo, e no início eram apenas 5 pessoas, eu, ele, mais duas meninas de pedagogia e um menino que não me lembro o curso. E no início eram mais debates da nossa vivência, do quanto a gente estava deslocado nesse momento, nesse espaço que era a universidade, que era majoritariamente branca, uma universidade federal na zona sul.*

**Carmela:** *A pedagogia não tem um coletivo específico do nosso curso porque a maioria do Luíza Mahin são estudantes da pedagogia, então, como ele é formado por estudantes de diversos cursos, ele entra como um mecanismo de defesa intercurso.*

Durante a pesquisa, questiono para outras colegas estudantes da UNIRIO, se conhecem outros coletivos e quais elas consideram os mais populares entre os estudantes, e a referência que todas tinham de coletivo negro, era a do coletivo Luíza Mahin. Embora coletivos negros, feministas ou de mulheres, de uma forma geral não sejam conhecidos popularmente por terem como característica uma figura de autoridade, um representante oficial ou um presidente, como acontece em Diretórios Centrais de Estudantes (DCE), existe uma característica percebida que pode ser aqui destacada, a de que existem pessoas que são de certa forma uma referência no Coletivo Negro Luíza Mahin. Nas conversas subsequentes com as mulheres, percebe-se que a participante Laiz é vista como a referência, ela foi citada diversas vezes pelas demais e prestou mais informações básicas sobre o Luíza Mahin. O que parece ficar evidente neste coletivo, é

que mesmo com os núcleos de sua estrutura bem definidos, com funções vinculadas em cada núcleo, ainda assim, algumas pessoas assumem uma certa liderança quase que de forma espontânea, sem uma definição criteriosa ou pré-determinada pelas participantes.

O coletivo definiu presencialmente a sua organização em quatro núcleos, a sugestão foi a de um melhor aproveitamento dos membros através desses núcleos, durante uma reunião que aconteceu fora da Universidade, todos se dividiram em diversas funções dentro de objetivos pré-determinados. Foi assim determinado por eles:

**Ata do Coletivo:** *COMUNICAÇÃO: Divididos em duas vertentes, o Áudio-Visual e as Rede Sociais (página no Facebook, email, blog).*

*Nesse núcleo, os integrantes dispostos a atuarem e compromissarem na área; irão gerir a parte de comunicação do coletivo dialogando intra e externamente, dando os recados que deverão ser passados pelo coletivo.*

*CAPTAÇÃO DE RECURSO: Nesse núcleo, os integrantes dispostos a atuarem e compromissarem na área; irão administrar os recursos financeiros do coletivo. Bom ressaltar que além de pensarmos no nosso, devemos ter em vista que nos comprometemos ajudar na construção do EECUN.*

*PRODUÇÃO EXECUTIVA: Nesse núcleo, os integrantes dispostos a atuarem e compromissarem na área; irão planejar, realizar e assegurar propostas de mobilização do coletivo, sendo ela através de festas, palestras, calouradas preta e por aí vai...*

*RELAÇÕES INSTITUCIONAIS: Nesse núcleo, os integrantes dispostos a atuarem e compromissarem na área; irão dialogar com as instâncias da instituição UNIRIO. Seria o nosso lado mais burocrático e diplomático, para que possamos realizar as nossas ações dialogando (ou não) com a universidade.*

Fica assim evidente a importância das redes sociais para a atuação do coletivo. No núcleo de comunicação, acontece a organização das redes sociais e da parte Áudio-Visual, atuando através da *internet*, dessa forma, podemos concordar que “o desenvolvimento tecnológico alterou as formas de comunicação e informação e, assim, pensar as que se apresentam nos contextos sociotécnicos nos quais estamos imersos” (COUTOTES; OSWALD; FERREIRA, 2017, p.25-26), nesse sentido, percebemos uma comunicação totalmente voltada para o *online*, que permite a divulgação dos encontros presenciais, o contato com outros coletivos e até mesmo debates em grupos de redes sociais.

Os núcleos de captação de recurso e produção executiva aparentam ter suas funções em um campo mais presencial, são núcleos descritos como administrativos, onde a captação de recursos será distribuída entre os afazeres do coletivo e planejamentos serão realizados para festas, palestras e outros eventos. Quando o núcleo de relações institucionais é descrito, observa-se novamente os conflitos relacionados a institucionalização do coletivo, utilizam palavras como burocrático e diplomático para descrever a relação com a UNIRIO, nota-se uma

dúvida em dialogar ou não com a universidade. Questionando sobre o núcleo de relações institucionais e a relação da estudante com o coletivo e a UNIRIO, Laiz me responde:

*Laiz: O meu debate racial, ele é todo fora da sala de aula, é com o coletivo. É como o (membro do coletivo) fala, é onde temos mais fortalecimento, eu, apesar de falar pouco e ser muito tímida, tenho mais vontade de entrar nos debates raciais e LGBT's pelo coletivo do que pelo próprio currículo de pedagogia.*

O impasse com a universidade parece de certa forma ser pessoal e um certo tipo de mecanismo de defesa dos estudantes, Laiz fala em fortalecimento, mas questionamos aqui até que ponto um coletivo universitário deve ou não se relacionar com a universidade a qual pertence. A escolha pessoal do Luíza Mahin foi a de não institucionalizar, de se manter distante do que chamam de burocracias. A fala de Laiz, que marca uma posição oficial do coletivo, mas também demonstra sua posição pessoal em relação ao assunto, faz parte das conversas que esta pesquisa utilizou para estabelecer as análises acerca do coletivo Luíza Mahin. Percebemos que Laiz faz parte do Luíza Mahin, porém Laiz é uma mulher negra, um indivíduo que possui suas próprias opiniões e questionamentos e esta pesquisa conversou com estas mulheres e levou suas individualidades em consideração ao analisar o Coletivo Luíza Mahin.

## **1.2 É conversando que se entende: Mulheres no Luíza Mahin**

As conversas com as participantes do Luíza Mahin tiveram durações variadas, entre trinta minutos e uma hora e meia com cada uma. Foram realizadas três conversas no total, a primeira com a participante Laiz. A segunda conversa foi realizada com duas participantes ao mesmo tempo, Marina e Fernanda. E a última conversa foi realizada com a participante Carmela. Todas as conversas foram realizadas dentro do CCH – UNIRIO.

A conversa, como metodologia de pesquisa, precisa ser o mais livre possível para que a pesquisadora evite, ao máximo, interferir; promovendo, assim, uma relação de confiança com as participantes, pois entendemos que “o conversar é uma maneira especial de se relacionar com o outro, uma vez que compreende o estar e o pensar juntos, a troca, a polifonia, sem que isso signifique o apagamento da autoria de fala e pensamento de cada um” (REIS, GONÇALVES, RIBEIRO, RODRIGUES, 2017, P.70).

Os tópicos das conversas foram previamente pensados e anotados por mim em meu caderno, porém, evitei levar qualquer documento impresso que pudesse simular uma entrevista, permitindo assim que as falas fossem espontâneas e ricas em detalhes, em vista que a conversa

faz parte da vida corriqueira das pessoas, do seu cotidiano, ela permite muitas possibilidades de encontros, de pontos de vista, vozes e tons (RIBEIRO, SOUZA, SAMPAIO, 2018).

As conversas foram realizadas com mulheres negras e com as múltiplas faces de suas vidas cotidianas como estudantes, como membros de um coletivo negro, como sujeitos, como mulheres. Os lugares das conversas foram diversos e não foram previamente planejados para que pudéssemos manter certa naturalidade, ou seja, as conversas aconteceram entremeadas com as atividades cotidianas das mulheres participantes, deixei que sugerissem locais e horários que fossem mais apropriados para elas, fiz anotações em meu caderno, anotei seus nomes e seus contatos, como telefones e e-mails, gravei nossas conversas apenas com o gravador de meu celular, que deixei apoiado por vezes em uma mesa ou em minhas pernas. Desta forma, concordamos quando os autores nos trazem as próximas reflexões:

Por isso a importância do caderno de campo, das anotações das falas que interrompem o fluxo do planejado, das gravações de narrativas orais, das fotografias, da escuta do outro: trata-se de instrumentos metodológicos que nos permitem não reviver, mas voltar a pensar com mais detalhes, recriar experiências vividas e registradas no decorrer da pesquisa. (REIS, GONÇALVES, RIBEIRO, RODRIGUES, 2017, P.76)

Sendo assim, entende-se a importância de pequenos atos, pequenas anotações, a importância das gravações, do contato, da fala. Por muitas vezes, as gravações e anotações durante a pesquisa foram revisitadas, obtive um reencontro com as falas das participantes ouvindo novamente tudo que foi gravado e recordado. Com este exercício de revisitação das falas, anotações, saberes, conseguimos compreender melhor o “desafio que é fazer pesquisa a partir dos estudos com os cotidianos, pois se trata de uma luta por reconhecimento dos sujeitos ordinários e seus saberes” (REIS, GONÇALVES, RIBEIRO, RODRIGUES, 2017, P.85).

Com uma das participantes, sentei-me em um cantinho da entrada do CCH, com um celular no modo gravador apoiado em minhas pernas, um pequeno caderno e caneta em minhas mãos. Enquanto isso, ela montava seu “tabuleiro” para vender doces e complementar, de alguma forma, sua renda. Dessa forma, a conversa aconteceu enquanto ela vendia seus doces, enquanto acenava e falava com seus colegas que passavam, enquanto demonstrava a pluralidade de suas pautas e de seu cotidiano, então, por que conversar?

Conversar, etimologicamente, tem um significado que poderia ser traduzido como “viver com”, “encontrar-se com frequência”. Esse “com”, presente já na própria grafia do verbo – com-versar – nos remete à presença de outrem. Dessa forma, conversar tem a ver com uma ação dialógica que se retroalimenta na e da palavra pronunciada, compartilhada. Potencia-se no encontro com o outro, no contato com ele, na partilha da fala que é, também, em alguma medida, a partilha do pensamento. (REIS, GONÇALVES, RIBEIRO, RODRIGUES, 2017, P.70)

Partindo do pressuposto sobre o entendimento dos autores citados acima acerca do que é uma conversa, assumimos aqui uma “pesquisa compromissada com a horizontalidade, o diálogo e a democracia” (REIS, GONÇALVES, RIBEIRO, RODRIGUES, 2017, P.70), a conversa atravessa esta pesquisa como uma forma de um melhor entendimento que envolve uma temática de pesquisa com o cotidiano, sobre isto, refletimos que:

A pesquisa com os cotidianos, sendo uma forma de investigar tecida no encontro/confronto com o outro, é também desenhada na relação, donde e onde se pode pensar e ir traçando o caminho único do pesquisar com o outro. Nesse sentido, parece-nos razoável crer que, a pesquisa traz consigo incertezas, dúvidas e, talvez, assombros; impele-nos a questionar o "rotineiro" e o "acontecimento", desnudando a dialógica e a complexidade constitutivas dos cotidianos. (REIS, GONÇALVES, RIBEIRO, RODRIGUES, 2017, P.78)

Ao pesquisar com o outro, os caminhos traçados no cotidiano da UNIRIO me levaram aos acontecimentos rotineiros do campus do CCH e da vida das quatro participantes da pesquisa. Com as outras três mulheres, conversei no subsolo do campus, local onde os estudantes se sentam em mesas para realizar tarefas, conversar, comer e até mesmo dormir. Neste local, nos sentamos em uma mesa ao fundo, conversamos enquanto a vida na universidade acontecia. Alguns colegas curiosos nos interrompiam para perguntar a elas o que estavam fazendo. Outros membros do coletivo me olhavam de forma curiosa, desafiadora e desconfiada. Esta face cotidiana desta pesquisa, demonstra ainda mais a necessidade do entendimento de uma metodologia que abraça o cotidiano estudantil do qual estas mulheres e o coletivo Luíza Mahin fazem parte, sobre a pesquisa com cotidianos e a conversa como metodologia, concordamos que:

Na pesquisa com os cotidianos, nossa intenção é provocar o *fazersaber, praticar* a investigação fora dos tribunais metodológicos; uma pesquisa que encarna e experimenta trilhas, desvios, movimentos e vai construindo o caminho no ato mesmo de caminhar, como uma ação singular, embora atravessada por tantas vozes e conversas. (REIS, GONÇALVES, RIBEIRO, RODRIGUES, 2017, P.75)

Estas vozes e conversas, trilhos e desvios podem ser percebidos ao longo da pesquisa, por muitas vezes, percebemos que “quando nos aventuramos pelos tortuosos caminhos de pesquisar com o cotidiano, e não sobre ele, enfrentamos muitas encruzilhadas, algumas armadilhas e certos desafios” (SERPA, 2010, p.54), concordamos com Serpa acerca das armadilhas e desafios, de fato, pesquisar, anotar, compreender, memorizar e ceder espaço para que o outro também seja protagonista da pesquisa parece ser mais simples do que de fato é.

A pesquisa que envolve conversa também envolve empatia, entendimento e humanização, por vezes, a escuta de uma narrativa em forma de desabafo parece simples, mas

cabe ao pesquisador o entendimento deste desabafo como uma narrativa, e a sensibilidade para compreender não uma verdade absoluta e sim uma troca de experiências, este compartilhamento cabe dentro desta metodologia pois “a conversa como metodologia de *retrorreflexão* vem sendo utilizada por alguns grupos que buscam nesta prática criar um lugar de encontro onde os sujeitos possam reinventar a si e a suas realidades através da palavra compartilhada” (SERPA, 2010, p.55).

A sensibilidade para a compreensão dos fatos pesquisados e das particularidades de cada uma das mulheres aqui presentes na pesquisa se fazem necessárias, pois concordamos novamente com Serpa, ao utilizar a conversa como metodologia para produzir uma dissertação, entendemos que isto:

Significa produzir um texto onde as vozes não sejam apenas um ponto de apoio, as escoras, onde vou erguer o prédio de minha sabedoria, sob as quais vou erguer minhas argumentações e verdade, mas exatamente o contrário, são vozes que nos desequilibram, nos convidam para o embate e para o debate. Significa produzir um texto marcado pelo movimento de vozes que se atravessam, e ao se atravessarem provocam umas nas outras mudanças de rumo, mudanças de perspectivas. (SERPA, 2010, p.54)

Conforme Ribeiro, Souza e Sampaio (2018), a conversa tomada como metodologia central em pesquisas em educação não pressupõe ser melhor, mais “eficaz” ou “eficiente” do que outros procedimentos de pesquisa. Para os autores, “trata-se, antes, de abrir horizontes de possibilidade para que possamos vivenciar o assombro, a dúvida, a indagação, e o encantamento na pesquisa.” (RIBEIRO, SOUZA, SAMPAIO, 2018, p.37). A proximidade com o tema pesquisado, com o local onde a pesquisa ocorreu e minha relação com as participantes foram elementos fundamentais que aumentaram ainda mais o encantamento pela pesquisa. Assumir a conversa como um itinerário importante para acessar as informações mostrou-se acertado por permitir uma relação de aproximação e de envolvimento com as participantes e suas histórias, trata-se de uma metodologia:

Fora das previsões dos manuais metodológicos, das normas, das especificações científicas. Mas também e principalmente por isso, uma metodologia que devir a pesquisa, o encontro, a troca: não há como prever de antemão, as questões que vão surgir, os objetivos, as discussões a serem tecidas. Assumir a conversa como metodologia de pesquisa significa, portanto, assumir que a investigação não tem objetivos fechados, mas interesses. (RIBEIRO, SOUZA, SAMPAIO, 2018, p.36).

Portanto, a conversa como metodologia articula-se aos interesses desta pesquisa, pois conversando com as quatro mulheres, surgem discussões inesperadas e questões inusitadas



acerca de suas vidas privadas e episódios cotidianos de racismo, a conversa também pode ser entendida como:

Uma metodologia que se produz com os sujeitos e suas vozes em um movimento dinâmico e imprevisível. A cada nova palavra, a cada novo acontecimento, a cada nova experiência ressignificada na palavra do outro a pesquisa abria-se para uma nova trilha. Caminhos abertos pela conversa... (SERPA, 2010, p.56)

Os interesses guiados pelas conversas, flutuam e perpassam situações de: racismo estrutural, racismo institucional, racismo genderizado ou gendrado (KILOMBA, 2020; CARDOSO, 2012), desigualdade de gênero e classe e lesbofobia. Sobre racismo genderizado, Kilomba diz que:

“Raça”, não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da “raça”. A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de “raça” e na experiência do racismo (KILOMBA, 2020, p.94).

Uma passagem que indica esta situação foi apresentada por uma das participantes quando relatou que foi abordada por uma estudante branca questionando-a sobre a limpeza da universidade. A estudante parece ter “confundido”, considerando-a como funcionária. Em outra situação, uma outra participante falou sobre suas tranças e seu cabelo, sobre suas roupas, relatando que se sente “objetificada”. Pode-se entender que não se trata somente de racismo ou somente de uma questão de gênero. Para Kilomba (2020, p.99) “o impacto simultâneo da opressão “racial” e de gênero leva a formas de racismo únicas que constituem experiências de mulheres negras e outras mulheres racializadas”.

Falar sobre situações de racismo vividas muitas vezes pode ser uma experiência não positiva ou pode até mesmo reviver traumas, quando se trata de racismo, a experimentação do ato de falar do sujeito precisa ser acompanhada da empatia do pesquisador, entende-se que os relatos das mulheres, membros do coletivo Luíza Mahin, podem significar traumas adquiridos em seu cotidiano, não são apenas pautas políticas, pautas sobre feminismo negro ou sobre cotas raciais, são pautas sobre o currículo universitário, mas também são vidas pessoais de pessoas reais que sofrem com o racismo, nesse sentido, podemos complementar com Kilomba:

Fanon utiliza a linguagem do trauma, como a maioria das pessoas negras o faz quando fala sobre experiências cotidianas de racismo, indicando o doloroso impacto corporal e a perda característica de um colapso traumático, pois no racismo o indivíduo é cirurgicamente retirado e violentamente separado de qualquer identidade que ela/ele realmente possa ter. (KILOMBA, 2020, p.39).

Nesse ponto, a conversa permitiu uma interação mais humanizada, em vista que pesquiso de um local que me permite entender plenamente a dor de quem eu ouço, talvez a similaridade

com as mulheres escolhidas e a proximidade no campo tenha de fato favorecido a empatia nesta pesquisa, onde me coloquei a disposição para não somente ouvir, mas também partilhar, sentir na própria pele, vivenciar a pesquisa de forma interina. Sendo assim:

A conversa é, talvez, de alguma maneira e em alguma medida a arte de se fazer presente, de dar o tempo, isto é, de se colocar disponível a ouvir, a escutar, a pensar, e partilhar com o outro o que nos habita, fazendo dessa ação não só uma possibilidade de investigação, mas, antes, de transformar-se no próprio ato de investigar. (RIBEIRO, SOUZA, SAMPAIO, 2018, p.36).

Este ato de se colocar disponível para ouvir o outro faz parte da conversa, ao nos colocarmos a disposição, ouvimos do outro suas experiências através de sua narrativa, sendo assim, “podemos contar ou descrever uma vivência, um fato, um acontecimento. Mas quando narramos uma experiência, convidamos outros seres humanos a compartilharem conosco de nossa humanidade” (SERPA, 2010, p.60), sendo assim, narrando compartilhamos experiências, estas que foram compartilhadas comigo, assumimos aqui seu caráter subjetivo. Concordamos com Serpa:

A experiência dota a narrativa de certa legitimidade e profundidade que a informação fortuita raramente possui. O narrado talvez não seja compatível ou mesmo simpático a minha “verdade”, mas ao ser narrado com verdade, ao ser ouvido com verdade, permite que eu perceba quantas verdades existem mundo a fora, permite que eu repense, que eu reflita sobre as minhas “verdades”. (SERPA, 2010, p.61)

Portanto, assim como Serpa, também entendemos que a experiência é a fonte onde os narradores bebem (BENJAMIN, 1994), sendo assim, compreendemos aqui a subjetividade das narrativas orais que escutamos ao longo das conversas, assim como a troca de experiências, diálogos e caminhos que a pesquisa trilhou, não nos posicionamos como donos da verdade absoluta, ou mesmo temos a pretensão de assumir que toda e qualquer experiência narrada nas conversas seja uma verdade absoluta, assumimos as “verdades” contadas, as experiências narradas, as diversas verdades que são ditas ao conversar, ao trocar palavras, confissões, saberes e intimidades proporcionadas pelas conversas. Sobre experiências, Larrosa nos proporciona a seguinte reflexão:

Se a experiência é o que nos acontece e se o saber da experiência tem a ver com a elaboração do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece, trata-se de um saber finito, ligado à existência de um indivíduo ou de uma comunidade humana particular; ou, de um modo ainda mais explícito, trata-se de um saber que revela ao homem concreto e singular, entendido individual ou coletivamente, o sentido ou o sem-sentido de sua própria existência, de sua própria finitude. Por isso, o saber da experiência é um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal. Se a experiência não é o que acontece, mas o que nos acontece, duas pessoas, ainda que enfrentem o mesmo acontecimento, não fazem a mesma experiência. O acontecimento é comum, mas a experiência é para cada qual sua, singular e de alguma maneira impossível de ser repetida. (LARROSA, 2002, P.27)

A reflexão de Larrosa acerca de experiências é importante para repensarmos o uso da conversa como metodologia nesta dissertação, as experiências narradas ao longo das conversas foram de fato individuais, particulares, subjetivas e pessoais. Larrosa nos fala que mesmo que duas pessoas tenham passado pelo mesmo acontecimento, suas experiências são singulares e particulares. Adotamos então esta reflexão ao analisarmos as conversas, entendemos a particularidade das narradoras, aceitamos a sua subjetividade e as suas verdades, pois entendemos que de forma singular, elas nos contam seus pontos de vista acerca de determinados acontecimentos e fatos. Continuando a reflexão sobre experiências, destacamos o seguinte pensamento de Larrosa:

Se o experimento é genérico, a experiência é singular. Se a lógica do experimento produz acordo, consenso ou homogeneidade entre os sujeitos, a lógica da experiência produz diferença, heterogeneidade e pluralidade. Por isso, no compartilhar a experiência, trata-se mais de uma heterologia do que de uma homologia, ou melhor, trata-se mais de uma dialogia que funciona heterologicamente do que uma dialogia que funciona homologicamente. Se o experimento é repetível, a experiência é irrepitível, sempre há algo como a primeira vez. Se o experimento é preditível e previsível, a experiência tem sempre uma dimensão de incerteza que não pode ser reduzida. (LARROSA, 2002, P.28)

As pluralidades, heterogeneidades, diferenças e singularidades contidas nas experiências que foram dialogadas ao longo das conversas demarcam justamente o caráter plural destacado por Larrosa, as experiências acompanham toda a fala das quatro participantes da pesquisa e é de se levar em consideração a suas formas singulares de narrar os acontecimentos, sentimentos e situações vividas por elas e narradas ao longo das conversas, dessa forma, “ a conversa surge como uma experiência que vivemos e que vai nos constituindo, pois nos desafia a pensar com o outro sobre o mundo que vivemos e fazemos” (SERPA, 2010, p.72). Sobre as singularidades e pluralidades de uma experiência, Serpa também reflete:

Muitas vezes passamos anos acreditando que uma experiência que nos marcou profundamente só tem uma interpretação possível, e de repente o outro me faz compreender que o que vivi e o que narrei pode ser compreendido de outra maneira. De muitas outras maneiras. Por isso a narrativa de uma experiência é mais que descrever. É mais que simplesmente contar uma “histórinha” para o deleite da plateia. Ao compartilharmos uma experiência retiramos ela de seu lugar fixo para entregá-la ao mundo, e não sendo mais apenas nossa, ela ganha milhares de outras narrativas possíveis, milhares de tons, milhares de possibilidades. Uma pesquisa sempre será apenas uma, ou algumas, dessas possibilidades, mas a sua leitura por outros sujeitos será uma porta aberta para o infinito. (SERPA, 2010, p.66)

Entendemos e concordamos com Serpa quando assumimos aqui que esta pesquisa é uma das possibilidades de um olhar sobre as experiências vividas e narradas pelas mulheres do Luíza Mahin, as conversas aconteceram de forma espontânea, porém, a interpretação dos fatos cabe a

esta pesquisa aqui realizada, compromissada também com a narrativa do outro e a experiência contada pelo outro, pois entende-se aqui que “ao pesquisarmos assumimos uma postura dialógica diante das enunciações do outro e de nossas enunciações. O que dizemos, o que o outro diz, nossas experiências, as experiências dos outros, nossa narrativa, a narrativa dos outros estão em constante movimento” (SERPA, 2010, p.62). Sobre a utilização de narrativas como metodologia em trabalhos acadêmicos, Petrucci-Rosa reflete:

A narrativa encontra-se intimamente relacionada ao ato de rememorar, que se estabelece no entrecruzamento de tempos (passado, presente e futuro), espaços e visões. A produção de narrativa não é a elaboração de um relatório, mas sim, é a possibilidade de mobilizar experiências no plural, pautando antigas histórias sob o ponto de vista cultural (PETRUCCI-ROSA, 2017, p.567)

Consideramos a concepção de narrativas como instrumento metodológico descrita por Petrucci-Rosa, porém, compreendemos o papel da escuta de narrativas de experiências na conversa como metodologia de pesquisa e optamos por esta concepção neste trabalho acadêmico, ainda sobre a narrativa como método, a autora discorre:

O trabalho com fragmentos narrativos, que são eminentemente imagéticos e que operam como peças de um caleidoscópio, remete claramente a um conceito de história não linear, não causal, constituída nas rupturas, nas fraturas, nas descontinuidades. São unidades de sentido, preche de significados que comunicam experiências. (PETRUCCI-ROSA, 2017, p.567)

A conversa como metodologia de pesquisa leva em consideração o narrar dos participantes da pesquisa, na diferenciação entre a conversa como metodologia e a narrativa como metodologia, entendemos também que ao utilizar conversas como método “o que entra em jogo é a partilha de escuta e de fala. As narrativas tecidas por meio das conversas espreitam a interação, seja no sentido de complementar, seja para divergir e juntos refletir e ressignificar os contextos das práticas” (REIS, GONÇALVES, RIBEIRO, RODRIGUES, 2017, P.81).

O ato de investigar, que aqui começa com a busca pelo coletivo Negro Luíza Mahin, descrito, falado e visto através dos olhos de quatro mulheres negras, perpassa por suas vidas e em consequência disso, a investigação através da conversa, abre um leque diverso de pequenas histórias contadas sobre situações de racismo cotidiano. Podemos então, não só obter informações sobre as pautas do coletivo, mas perceber de uma forma muito profunda o que é de fato um coletivo negro: são pessoas, são histórias reais que o fazem ser o que é. Sendo assim, “o confronto entre as diferentes experiências que nos constituem e a partilha de diferentes narrativas faz do encontro entre os sujeitos uma prática potencialmente educativa” (SERPA, 2010, p.57).

Muitas vezes essa característica de uma pesquisa que envolve uma realidade cotidiana, pode ser vista pelo sujeito branco (KILOMBA, 2020) como algo raso e até mesmo desqualificado, sobre isso, a autora faz uma reflexão importante:

Como acadêmica, por exemplo, é comum dizerem que meu trabalho acerca do racismo cotidiano é muito interessante, porém não muito científico. Tal observação ilustra a ordem colonial na qual intelectuais negras/os residem: “Você tem uma perspectiva demasiado subjetiva”, “muito pessoal”; “muito emocional”; “muito objetiva”; “Esses são fatos objetivos?”. Tais comentários funcionam como uma máscara que silencia nossas vozes assim que falamos. (KILOMBA, 2020, p.51)

A reflexão de Kilomba demonstra brevemente o caráter academicista *branco* que muitas vezes foi criticado pelas estudantes negras, uma delas comenta sobre a falta de autores negros no currículo universitário, é percebido que muitas vezes o conhecimento produzido pelos coletivos, por estudantes negras/os e até mesmo por autores e acadêmicos negros são descredibilizadas ou sofrem tentativas de silenciamento, “além disso, as estruturas de validação do conhecimento, que definem o que é erudição “de verdade” e “válida”, são controladas por acadêmicas/os brancas/os.” (KILOMBA, 2020, p.53), portanto, esta pesquisa entende que os métodos clássicos acadêmicos talvez não caibam aqui. Sobre metodologias pós-críticas, Paraíso diz:

Nas metodologias de pesquisas pós-críticas que usamos/fabricamos, temos como premissa, em terceiro lugar, que as teorias, os conceitos e as categorias que podem explicar as mudanças na vida, na educação e nas relações que nela estabelecemos são outros. Sabemos que a teorização cultural e social, os movimentos sociais, a pedagogia e a educação não podem ser mais os mesmos. Consideramos que nossos entendimentos disso tudo também devem ser outros. Não podemos mais pesquisar do mesmo modo que, em outros tempos, investigamos em educação e em currículo. Por isso, em nossas pesquisas, ampliamos nossas categorias de análise que deixaram de priorizar apenas classe social e passaram a atentar e a operar com questões de gênero, sexualidade, raça/etnia, geração, idade, cultura, regionalidade, nacionalidade, novas comunidades, localidade, multiculturalidade etc. (PARAÍSO, 2012, p.27)

Desta forma, a conversa, o envolvimento pessoal e a interação mais dinâmica com a pesquisa aconteceram de forma não convencional afim de avaliar e interpretar a realidade de mulheres negras, que acontece de forma completamente diferente da realidade de pessoas brancas. A conversa se torna então uma potência de metodologia de pesquisa pós-crítica, não convencional e que valoriza a pesquisa com cotidianos, concordamos com a próxima reflexão:

Não compreendemos experiência como acúmulo de vivências nem como a possibilidade de se fazer experto em seja lá o que for. Pelo contrário, compreendemos experiência como aquilo que vai se constituindo tanto no nosso caminhar pelo mundo, no nosso modo singular de se relacionar com esse mundo, bem como com os outros e com o próprio conhecimento. Essa ideia de experiência nos aproxima do porquê da

aposta na conversa e nas rodas de conversação como potencialidade metodológica. (REIS, GONÇALVES, RIBEIRO, RODRIGUES, 2017, P.80)

A aposta na conversa como método, leva em consideração as experiências narradas e o acúmulo de vivências de quatro mulheres negras, entendemos aqui a conversa como uma forma de educação, de saberes, verdades e possibilidades, pois “uma conversa é, essencialmente, um gesto pedagógico, á medida que educar pode ser compreendido como o modo de conversar a propósito do que faremos com o mundo e com a vida” (SKILAR, 2018, p.12). Levamos assim a conversa como método, concordando com Skilar, a conversa como gesto pedagógico e educativo. Apresentando a seguir, as quatro participantes, suas vivências, narrativas e experiências.

### **1.3 Quem são as mulheres participantes da pesquisa?**

Todas as participantes tiveram a garantia de que o anonimato seria respeitado, por questões éticas atinentes à pesquisa, optamos por trocar os nomes de todas as participantes e de qualquer membro do coletivo que foi citado nas conversas e nas atas, desta forma, nenhuma das participantes será identificada. Além disso, as informações relativas a disciplinas, docentes ou qualquer outra informação que identificasse setores, departamentos ou cursos da UNIRIO também foram resguardadas. Importante ressaltar que todas as participantes eram estudantes do Curso de Pedagogia, quando da realização das conversas. A transcrição das conversas das participantes levou em consideração trechos relacionados às categorias de análise do coletivo Luíza Mahin, das situações cotidianas na vida destas mulheres, que envolvem raça, classe e gênero.

#### **1.3.1 Laiz**

Eu sou bissexual assumidamente há 14 anos, hoje mesmo eu falei para minha mãe que ia trazer minha namorada para dormir na minha casa. Eu não sou sensível em relação a esse assunto porque mesmo sendo muito tímida e quieta, a minha personalidade é muito de militância, eu sempre levanto as bandeiras do que eu sou.

A primeira participante que tive contato foi Laiz, quando conversei com uma colega do curso de pedagogia sobre coletivos negros, ela logo me falou “vou te apresentar para uma amiga e ela vai te ajudar muito na sua pesquisa”, a amiga era Laiz, uma jovem de 23 anos, cursava o oitavo período do curso de pedagogia, Laiz cursou o ensino médio no CEFET/RJ (Centro

Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca), ela me conta que se formou e saiu do CEFET/RJ direto para a UNIRIO.

No começo de nossa conversa, percebi uma certa timidez e desconfiança, mas não demorou muito para que Laiz se sentisse mais à vontade, contei a ela que também era estudante da UNIRIO e que também fiz parte do curso de pedagogia. Logo, ela se auto identificou como uma mulher negra e bissexual, revelou que apenas percebeu a sua própria negritude ao entrar na universidade, em nossa conversa ela demonstra a importância do ambiente da UNIRIO na construção de sua identidade racial. Laiz foi referenciada por todas as demais mulheres participantes da pesquisa, o que indica o seu caráter de popularidade e sua figura de referência no coletivo. Laiz foi responsável por informar sobre o coletivo Negro Luiza Mahin (fundação, atividades, organização, membros, etc).

Ela estava presente no C.A, quando tive meu primeiro contato com o coletivo Luíza Mahin, se descreve como uma pessoa muito tímida, porém, “da militância”, relata que no início de sua militância, resolvia tudo no grito e hoje em dia já se considera uma pessoa mais calada e que seleciona seus debates. Durante a conversa, me revela que está em um relacionamento sério com outra mulher e aponta seus interesses em debates que envolvam sexualidades e questões LGBTQI+, além das questões raciais. Ela diz que dentro da UNIRIO se sente em uma bolha, onde pode estar à vontade com sua namorada sem ser incomodada, ela atribuiu esse fato a sua participação no Luíza Mahin, diz que o coletivo é um suporte e que não entraria em brigas se soubesse que não teria o apoio dos colegas do coletivo.

Laiz me conta que gosta de pagode e que adora uma música de um grupo de pagode chamada “Morena da cor de jambo”, ela diz que se achava uma morena da cor de jambo, e que em sua escola do ensino médio, seus amigos costumavam chamá-la de Ana Maria Braga da Angola, em referência à uma apresentadora famosa da televisão brasileira. A jovem me conta que antes da UNIRIO, não via nenhum problema nisso e se surpreende ao pensar o quanto ela normatizava situações racistas. Na UNIRIO, ela também diz viver a fluidez da sua sexualidade de forma mais livre e sem julgamentos. Me revela que adora carnaval e que quase bateu em um homem que quis se meter em um beijo lésbico de suas amigas, interessante ver a figura de Laiz me relatando este fato, que ao mesmo tempo me parece ser uma mulher tímida e um pouco retraída, porém fala com naturalidade que reagiu sem medo a uma situação de assédio. Conversei com Laiz no subsolo do CCH, durante toda a nossa conversa, dois jovens, também membros do Luíza Mahin ficaram por perto, ao terminar de falar comigo, pedi que me passasse seu contato, a jovem atendeu meu pedido e saiu prontamente com seus colegas.

### 1.3.2 Carmela

A universidade me fez continuar crítica, a gente de classes populares, a gente não tem muito acesso, ainda mais eu que sou uma mulher de mais de 40 anos e vim fazer minha faculdade só agora, justamente beneficiada por essa política de inclusão, que veio depois dos anos 2000, que promoveu o acesso dessas camadas mais populares na universidade.

Carmela foi a segunda mulher com quem conversei. Trata-se de uma mulher que preferiu não revelar a idade exata, mas disse ter passado dos 40 anos. Nascida no estado da Bahia, na cidade de Salvador, veio para o Rio De Janeiro há 13 anos, através de uma oportunidade de emprego. Ela é mãe de uma menina de 9 anos, separada do pai de sua filha, Carmela me conta que se divide entre a universidade, trabalho e cuidados com sua filha e com sua casa. Quando cheguei no C.A Marielle Franco, o centro acadêmico do curso de Pedagogia, Carmela estava junto com os membros do coletivo ali presente, fomos apresentadas por minha colega e ela veio até mim, sorridente e simpática e logo quis conversar, marquei de encontrá-la mais tarde no mesmo dia, ela pediu para que fossemos para a entrada do CCH, onde costumava vender bolos e doces para os outros estudantes, funcionários da UNIRIO e professores.

Assim como Laiz, Carmela também cursou o ensino médio no CEFET, porém, seu ensino médio foi realizado no CEFET da Bahia. Ela me relata que se formou em um curso técnico de eletrônica pelo CEFET/BA, o que garantiu seu emprego na empresa de telecomunicações “OI”, pouco tempo depois, foi transferida para o Rio De Janeiro, onde permaneceu morando por mais de 10 anos. Atualmente, Carmela retornou para a cidade de Salvador, na Bahia.

Carmela voltou a estudar no ano de 2014, e através das cotas raciais, teve a oportunidade de ser aprovada no curso de pedagogia da UNIRIO, me contou que pouco tempo após ser aprovada através do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), foi demitida de seu emprego, o que a levou a vender doces e salgados na porta da universidade. Carmela era uma figura bem marcante no CCH, muitos que passavam por nós enquanto conversávamos paravam para dar um abraço ou cumprimentá-la.

Em nossa conversa, revelou alguns conflitos com sua identidade racial. Em alguns momentos, se afirmava prontamente como mulher negra, em outros momentos parecia ainda estar construindo sua identidade racial. Ela relata que a universidade tem grande relevância para gerar este conflito, me conta que assim como Laiz, ela também não se via como negra antes de entrar na UNIRIO, mas que a universidade fez com que ela continuasse crítica e abrisse



questionamentos sobre a certeza de ser ou não negra. A fala de Carmela é interessante pois demonstra que o processo de identificação racial não é necessariamente rápido e direto, percebe-se que existem altos e baixos, dúvidas e certezas.

Lembro que sua maior preocupação era com sua filha de 9 anos, contei para Carmela que também sou mãe de uma menina, senti que após essa informação, ela parece ficar mais feliz ao se identificar mais comigo, após contar este fato para Carmela, durante a conversa, ela volta ao assunto da maternidade diversas vezes e comenta que atualmente está mais preocupada em não conseguir permanecer na UNIRIO, não por ser negra, mas sim por ser mãe e vir de uma classe humilde.

### 1.3.3 Fernanda

*Senti como se essa vaga não fosse nem real. Quando eu cheguei aqui, estava totalmente encantada e percebi no primeiro dia que tudo era uma ilusão, esse espaço não era meu, que tinham me dado cotas, mas não me deram voz.*

Fernanda me foi apresentada por outra participante da pesquisa, Marina. Quando combinei de conversar com Marina, no subsolo do CCH, ela me falou que precisávamos conversar com a Fernanda, “você vai ver só, vai adorar falar com ela, ela não tem medo de dizer umas verdades”. Fiquei curiosa com a fala de Marina e logo fomos ao encontro de Fernanda. A terceira participante, revela logo de início ser cotista. Quando conversamos, ela disse estar frequentando o quinto período do curso de Pedagogia. Fernanda demonstrou ter bastante confiança sobre sua identidade racial, relatou que sempre soube que era negra, antes mesmo de entrar na universidade. Casada e mãe de uma menina pré adolescente de 11 anos, Fernanda me falou de suas vivências e experiências como mulher negra e sobre o racismo no cotidiano acadêmico, apontando um conhecimento relevante sobre a luta por direitos básicos dentro da universidade, como direito à alimentação e ao auxílio para o transporte dos estudantes.

A participante me pareceu ser a mais séria das quatro mulheres com as quais conversei, me relatou muito aborrecida, com um tom de voz de quem estava muito chateada, ao lembrar de uma situação, onde gastou R\$112 com passagens e alimentação, em apenas dois dias para ir até a universidade se matricular. Fernanda me conta que sem o *RioCard* (cartão de passagem carioca) dado pela universidade aos alunos cotistas, ficaria inviável a sua locomoção até a UNIRIO, em vista que mora no bairro de Realengo, zona norte do Rio de Janeiro, área periférica da cidade.

Depois que falamos sobre o coletivo e aparentemente a conversa já ter encerrado, Fabiana disse que queria me mostrar algo, começou a mexer em seu celular e me mostrou um vídeo, onde apareciam algumas crianças negras e sua voz ao fundo, ela perguntava para as crianças se elas se reconheciam como negras. Ela me conta que são crianças de uma comunidade do Rio De Janeiro, e que faz parte de um projeto que incentiva a escrita e leitura das crianças que são moradoras de diversas comunidades do Rio, como por exemplo, Rocinha, Morro do Alemão e Cesarão, atualmente Fernanda é coordenadora pedagógica do projeto.

### 1.3.4 Marina

*Me olham e eu sinto que só sabem ver a carne, falam: nossa, que corpo, que boca, que porte, que pele. Sabe o que me dá vontade de fazer? De perguntar se a pessoa quer me comprar!*

A quarta e última mulher participante que aqui vos apresento é Marina, uma jovem de 21 anos, solteira, sem filhos, estudante do curso de Pedagogia e moradora da zona norte do Rio De Janeiro, um local que é considerado parte da periferia da cidade. Ela conta que atualmente mora no bairro da Penha e que estudou a vida toda em escolas públicas no bairro de Manguinhos, também na zona norte do Rio De Janeiro. Marina entrou na UNIRIO através de cotas raciais e para estudantes de colégios públicos, diz que se sentiu deslocada por estar estudando na zona sul do Rio De Janeiro, para ela, foi um choque iniciar sua graduação, e perceber que dos quarenta alunos em sua turma, apenas dois eram negros.

Sentindo-se deslocada, ela conta que entrou para o coletivo assim que iniciou seus estudos, ela relata que no coletivo se sentiu acolhida e compreendida. Marina conta que costumava alisar seus cabelos, que queria ser moreninha, igual a atriz de uma novela, ela diz que hoje tem consciência de que tentava se *embranquecer* para ser mais aceita socialmente, porém, ao chegar na UNIRIO, se sentiu muito diferente, mesmo com suas tentativas de *embranquecimento*, ela relata que em seu colégio público “todo mundo era igual a mim”.

Durante nossa conversa, Marina pareceu ser uma jovem muito empática e sensível, se preocupava comigo e me perguntava se ela estava conseguindo me ajudar com a pesquisa, sempre sorridente, ela me relata com emoção o fato de não saber responder em situações de racismo, me conta que ela só consegue chorar. Fala sobre ter sua autoestima baixa e sobre sua relação com seu corpo. Ela traz em sua fala muitos episódios de racismo cotidiano na universidade e de racismo genderizado. Relata assédios por conta de seus cabelos, olhares desconfortáveis e diz que sonha em ter liberdade, pois não se sente à vontade nem mesmo para

escolher qualquer roupa para usar na universidade, evitando shorts e roupas decotadas, Marina diz que não quer ser só um corpo ou um objeto sexual.

Após a apresentação do coletivo Luíza Mahin e das quatro participantes da pesquisa, avançaremos para o segundo capítulo, apresento uma introdução a história dos movimentos negros e de gênero e sua relação com as universidades, perpassando e dando ênfase no movimento de mulheres negras e do feminismo negro no Brasil.

## **CAPÍTULO 2 - INTRODUÇÃO A UMA HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS NEGROS E DE GÊNERO NAS UNIVERSIDADES**

A ascensão dos movimentos sociais no Brasil vem se dando há décadas, conforme se avança a própria democracia no país, mesmo que com muitos sobressaltos e descontinuidades. Nos últimos 30 anos, sobretudo a partir da redemocratização política iniciada em 1985, com a transição para regimes civis após 21 anos de ditadura militar, as lutas democráticas vêm se reconstituindo lentamente no Brasil. Atualmente, os movimentos sociais das chamadas minorias protagonizam suas lutas por conquistas de direitos. Esta pesquisa observa de perto novos movimentos de luta feminista e antirracista que aconteceram na Universidade Federal Do Estado do Rio De Janeiro (UNIRIO), no ano de 2018<sup>6</sup>, com atualizações durante os anos subsequentes, 2019, 2020 e 2021, protagonizados por mulheres negras, estudantes do curso de Pedagogia. A primeira sessão deste capítulo será dedicada a um panorama do movimento de mulheres negras no Brasil, dando destaque especialmente para a década de 80, momento histórico onde ocorreu a criação do grupo de mulheres negras do Rio De Janeiro e o Nzinga – coletivo de mulheres negras. Já na segunda sessão, discutiremos as relações entre o movimento de mulheres negras e o feminismo negro, na terceira sessão, abordaremos a temática de identidades negras em pauta, identidades que podem ter o papel de classificar e hierarquizar a população por critérios como raça, gênero, nacionalidade e sexualidade. Neste capítulo, as discussões sobre identidades e as temáticas históricas sobre movimento de mulheres negras e feminismo negro no Brasil, tem como objetivo abordar assuntos pertinentes a pesquisa e a importância do papel da mulher negra dentro dos movimentos sociais, incluindo coletivos, em vista que o Coletivo Negro Luíza Mahin, aqui analisado, é visto pela pesquisa a partir da singularidade de quatro mulheres negras militantes.

### **2.1. Um pequeno panorama do Movimento de Mulheres Negras no Brasil**

O Movimento de Mulheres Negras contemporâneo surgiu no fim da década de 1970, quando mulheres envolvidas com a militância antirracista e feminista passaram a se reunir em grupos de discussão direcionados para a experiência de mulheres negras na sociedade brasileira.

---

<sup>6</sup> Para fins de esclarecimentos sobre os dados da pesquisa: As conversas com as quatro estudantes ocorreram no ano de 2018. Ao adentrar no curso de mestrado em educação, em março de 2019, utilizo as conversas que já haviam sido realizadas em 2018, buscando novamente o contato com as mulheres no ano de 2021, para obter atualizações e dados complementares. Entre os anos de 2019 e 2021, a pesquisa seguiu buscando novas informações acerca do Coletivo Negro Luíza Mahin, assim como um estudo do caso ocorrido e a realização das análises das conversas.

Nesses espaços – geralmente vinculados a entidades e organizações do movimento negro – mulheres negras brasileiras discutiam as especificidades da experiência feminina negra frente as opressões de raça, gênero e classe, tanto na sociedade como um todo, como em espaços dos movimentos feministas e negros. Os grupos tinham como objetivo fortalecer e qualificar politicamente as mulheres para que pudessem atuar de forma mais assertiva na esfera pública.

A emergência do Movimento de Mulheres Negras se insere no contexto de repressão e impedimento da participação social e política característicos do Regime Militar (1964-1985), bem como a resistência e a reivindicação por direitos por parte da sociedade civil<sup>7</sup>. Com o afrouxamento das políticas de repressão a partir da década de 1970, houve uma retomada das mobilizações populares. No fim da década, foi criado o Aqualtune (1978), grupo formado por mulheres negras ligadas ao Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN). Na mesma época, mulheres vinculadas ao Movimento Negro Unificado (MNU) formaram os Centros de Luta Maria Felipa e Luiza Mahin (VIANA, 2010).

Conforme Carneiro (2015), a década de 1980 foi marcada pela emergência e consolidação de novos agentes sociais, até então silenciados no debate público e nos projetos de justiça social. Um marco significativo foi a participação dos movimentos sociais na elaboração da Constituição em 1988. Apesar das desigualdades sociais ainda marcarem a realidade brasileira, a Constituição Federal de 1988 representou um avanço na mobilização popular por direitos. A constituição garantiu por lei a igualdade entre homens e mulheres, o direito às creches, a ampliação da licença à maternidade, planejamento familiar entre outras demandas dos movimentos feminista e de mulheres.

Também criminalizou o racismo, conquista obtida após uma intensa pressão exercida pelo movimento negro no decorrer das décadas de 1970 e 1980. Inseridas nesse contexto de ebulição política, as organizações de mulheres negras proliferaram no decorrer da década. No Rio de Janeiro, em 1982, foi criado Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro e, em 1983, foi criado o Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras. Em São Paulo, foram fundados o Coletivo de Mulheres Negras do Estado de São Paulo (1983), o Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista e o Grupo de Mulheres Negras do Movimento Negro Unificado (MOREIRA, 2018; RIOS, FREITAS, 2018).

---

<sup>7</sup> Para mais informações sobre a participação de mulheres negras nos movimentos de resistência à Ditadura Militar ver: SILVA, Tauana Olivia Gomes. A participação política das mulheres negras comunistas durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984). Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente, Florianópolis, 2014.

O Nzinga ocupa um lugar importante na trajetória do movimento de mulheres negras, não só por ser uma das primeiras organizações autônomas de mulheres negras, mas por ter sido responsável pelo primeiro periódico independente de mulheres negras: o Nzinga Informativo. Entre os anos 1975 e 1985, houve uma proliferação de publicações e periódicos feministas, impulsionados pela declaração da Década da Mulher pela Organização das Nações Unidas. O Nzinga Informativo foi lançado em 1985, com o objetivo de abordar questões acerca da realidade social vivida pelas mulheres negras (FREITAS, 2018). Assim, Rios e Freitas (2018) refletem sobre o Nzinga Informativo:

No que se refere particularmente ao Nzinga Informativo, o discurso que constitui a identidade coletiva do periódico aparece para nomear uma perspectiva de mundo orientada por uma posição sócio-histórica com vistas à superação de uma inferioridade internalizada pela condição racial e sexual, que teria gerado uma rígida desigualdade de classe. Essa inferiorização era entendida como legado duradouro da estrutura de relações coloniais, sendo uma interpretação resultante da leitura fanoniana, marcante na vertente desse pensamento negro e feminista. Para as editoras do jornal, as particularidades das mulheres negras referem-se a seu modo de vida: suas formas de sentir, pensar e perceber a realidade social. Portanto, não se trata de defender um ponto de vista baseado exclusivamente na diferença, mas sobretudo nas desigualdades que geraram as diferenciações e hierarquizações sociais. (RIOS, FREITAS, 2018, p. 25)

A Imprensa Negra ocupa um espaço privilegiado nas análises sobre a trajetória de homens e mulheres negras brasileiras desde o fim do século XIX. Segundo Nilma Lino Gomes (2017), os jornais, publicações e periódicos produzidos pela população negra assumiam um papel informativo e educador, se opondo às ideologias racialistas vigentes. No caso do Nzinga, essa produção representava um espaço onde mulheres negras podiam expressar suas opiniões, pontos de vistas e discutir questões e pautas específicas, muitas vezes negligenciadas no interior dos movimentos negro e feminista.

Núbia Regina Moreira (2018) observa que uma das particularidades da atuação das mulheres negras em São Paulo foi a participação em instâncias do Estado, uma vez que, em 1985 as ativistas Sueli Carneiro e Theresa Santos participavam do Conselho Estadual da Condição Feminina, após uma disputa com o movimento feminista. Diversas teóricas e ativistas negras consideram o I Encontro Nacional de Mulheres Negras um marco fundamental para a consolidação do movimento de mulheres negras (CARDOSO, 2012; MOREIRA, 2018; PEREIRA, 2019). O Encontro foi realizado em 1988, em Valença, Rio de Janeiro e contou com a participação de cerca de 450 militantes de 17 estados. Segundo Moreira (2018) os principais objetivos do encontro eram:

a) denunciar as desigualdades sexuais, sociais e raciais existentes, indicando as diversas visões que as mulheres negras brasileiras têm em relação ao seu futuro; b) fazer emergir as diversas formas locais de luta e autodeterminação face às formas de discriminação existentes; c) elaborar um documento para uma política alternativa de desenvolvimento; d) encaminhar uma perspectiva unitária de luta dentro da diversidade social, cultural e política às mulheres presentes no Encontro; e) realizar diagnóstico da mulher negra; f) discutir as formas de organização das mulheres negras; g) elaborar propostas políticas que façam avançar a organização das mulheres negras, colocando para o mundo a existência do Movimento de Mulheres Negras no Brasil de forma unitária e de diferentes vertentes políticas. (MOREIRA, 2018, p. 80)

O Encontro não foi a primeira experiência das mulheres negras com eventos direcionados para suas demandas e agendas políticas. Antes do encontro de Valença, já haviam sido realizados o I Encontro de Mulheres de Favela e da Periferia e o Encontro Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro. Essas experiências ajudaram no amadurecimento das ativistas e possibilitaram a realização de um evento em nível nacional (RIOS, FREITAS, 2018). Além disso, as ativistas já participavam ativamente de organizações e articulações ligadas aos movimentos feminista e negro, o que garantiu um repertório de conhecimentos e ferramentas de intervenção na esfera política.

Conforme abordado anteriormente, a participação das mulheres negras na sociedade é marcada pela intersecção de categorias de diferenciação que se manifestam simultaneamente, produzindo uma realidade social desigual e discriminatória. No caso das mulheres negras brasileiras, a articulação entre racismo e sexismo ocupa uma posição de destaque uma vez que são entendidos como eixos estruturantes de opressão e exploração, localizando homens e mulheres em diferentes posicionamentos de sujeitos (CARDOSO, 2012). A autora utiliza o conceito “racismo gendrado” para se referir às experiências das mulheres negras, a partir da intersecção de gênero e raça. Conforme Cardoso (2012), a perspectiva interseccional compreende que:

o racismo constrói diferentes trajetórias/relações de gênero para mulheres e homens de grupos raciais/étnicos diferentes, mas faz também com que mulheres e homens pertencentes ao mesmo grupo racialmente subordinado vivenciem o racismo de lugares de gênero diferentes. (CARDOSO, 2012, p. 124)

Em sua dimensão simbólica, o racismo gendrado é explicitado nos estereótipos relacionados às mulheres negras, que apresentam diferenças em relação ao ideal de feminilidade branco. As mulheres negras são frequentemente apresentadas como um exemplo do que uma

mulher não deve ser<sup>8</sup>, sendo associadas à servidão, submissão e hiper sexualização. Em um país majoritariamente negro, mas que visa conservar seus padrões de beleza eurocêntricos, mulheres negras são preteridas por seus parceiros, que muitas vezes preferem “objetificar” sua beleza. Usando-as somente para relações sexuais e assumindo relacionamentos afetivos apenas com mulheres brancas, dentro dos padrões de beleza hegemônicos, revelando ainda a atual face da herança escravista no Brasil.

Assim aconteceu com Marina:

**Marina:** *Acho que essa falta de afetividade pode levar as mulheres negras para relacionamentos abusivos e a se embranquecer na tentativa de manter relacionamentos. Eu acho que sempre vou me sentir assim, minha autoestima sempre será baixa, me sentirei insegura, nunca vou me sentir bem. Talvez seja assim que comece o processo de autosabotagem. Porque você passa a se questionar se as pessoas realmente gostam de você, eu já cheguei a sentir medo das pessoas, a achar que todo mundo é bem melhor do que eu, ficar em casa pensando se eu realmente deveria sair ou não. É duro, mas o racismo faz isso com as pessoas.*

Falas racistas são constantes em nossa sociedade, pessoas dizem que não se relacionam com mulheres negras por “questão de gosto”. Mas deve-se levar em consideração que gosto é uma construção social e a construção social dominante perpetua a visão do padrão de beleza exposto pela mídia, que passa longe de representar as mulheres negras do nosso país. Sobre se sentir objetificada e estereotipada, Marina relata:

**Marina:** *Têm certas roupas que eu deixo de usar aqui, eu evito shorts e tenho que ficar escolhendo as roupas. Eu vejo meninas brancas aqui usando shorts curtos, blusas decotadas, elas têm a liberdade que eu sinto que não tenho. Eu sinto que não posso fazer isso porque se eu fizer, eu serei a Globeleza! A Globeleza todo mundo vai querer olhar, dar uma conferida no meu corpo, ficar idealizando e me objetificando, me sinto dentro de uma burca.*

A pouca representatividade que recebem muitas vezes são voltadas para a sua hiper sexualização, como por exemplo, a “mulata tipo exportação”. “Mulata”, que historicamente era um termo usado de forma pejorativa para definir filhos mestiços de brancos com negras escravas. Até hoje, é usado como estigma de hiper sexualização da mulher negra.

## 2.2 O movimento de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil

---

<sup>8</sup> Para um maior aprofundamento sobre a construção do corpo da mulher negra como um Outro, ver o artigo de Janaína Damasceno, O corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: o caso



A aproximação entre militantes dos movimentos de mulheres negras e do movimento feminista no Brasil geralmente é situada na realização do III Encontro Feministas LatinoAmericano e Caribenho - EFLAC, em 1985 em Bertioga, São Paulo. Esse evento contou com

da Vênus Hotentote. DAMASCENO, Janaína. O corpo do outro: construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro. Fazendo Gênero 8-Corpo, Violência e Poder, 2008.

a participação de diversas mulheres negras com históricos diversos e foi marcado pelo conflito entre feministas brancas e negras em torno da centralidade do debate racial (MOREIRA, 2018). Dentro dessa perspectiva, as mulheres negras, que até então estariam se “recusando” a se identificar como feministas por causa do apagamento das demandas relacionadas à raça, passaram a compor o movimento feminista, configurando o que, posteriormente, Cláudia Pons Cardoso nomeou de “feminismo negro brasileiro”, em evidente diálogo com as obras de feministas norte-americanas como bell hooks e Patricia Hill Collins.

A narrativa de formação do feminismo negro quase sempre carrega uma chave interpretativa que parte do pressuposto de que as mulheres negras eram desprezadas no interior do movimento negro e do movimento feminista e, com isso, passaram a ser organizadas de forma autônoma. Atualmente, trabalhos como o de Cláudia Pons Cardoso apontam para uma nova perspectiva, considerando que a atuação dessas mulheres no interior dos movimentos sociais, principalmente os movimentos negros e feministas, mas não só, proporcionou a essas mulheres um aprendizado e a criação de um repertório político que desembocou na percepção de que era necessário agir de forma autônoma a partir de uma organização própria.

Dessa forma, concordamos com Suelaine Carneiro (2015), quando afirma que a análise do movimento de mulheres negras e do feminismo negro precisa superar a lógica dicotômica que se faz em torno do movimento feminista (considerado movimento libertário) e o movimento de mulheres negras (considerado um movimento popular). A relação entre os movimentos de mulheres e o movimento feminista deve ser entendida então, a partir do desenvolvimento histórico destes e dos movimentos sociais brasileiros de uma forma geral. Para ela, os movimentos populares de mulheres se inscrevem na história das lutas feministas na medida que suas "reivindicações estavam dirigidas ao poder público para que realizassem mudanças em suas condições de vida"(CARNEIRO, 2015, p. 23), redimensionando a vida privada e a inserindo nos espaços públicos de ação coletiva.

A relação entre o movimento feminista e o movimento de mulheres se dá a partir da ampliação do alcance do movimento feminista em outros espaços políticos como sindicatos,

associações de bairro etc. O contato entre o movimento de mulheres e o feminismo ampliou a agenda e as possibilidades de atuação das mulheres nos movimentos sociais. Ainda de acordo com Carneiro (2015), para as mulheres ativistas que aderiram ao feminismo, ele se tornou uma prática política, autônoma, que interpela tanto a sociedade como os próprios movimentos sociais na defesa e promoção da vida e participação social das mulheres.

Na perspectiva da autora, o movimento de mulheres negras pode ser identificado desde o período escravista, com a participação em levantes e quilombos, passando pela resistência passiva e pela participação em irmandades e grupos religiosos até a atuação nas uniões femininas, nas associações de bairros e nos sindicatos. As feministas negras retomam essa trajetória, reivindicando para si um repertório de resistência e participação política das mulheres negras brasileiras às opressões impostas pela colonização, escravização e, posteriormente à exclusão e à marginalização.

Para Cardoso (2012), enquanto o movimento de mulheres negras é formado pela diversidade de manifestações e organizações, que têm mulheres como sujeitos centrais e as ações políticas e teóricas que visam a transformação da realidade das mulheres negras, o feminismo seria, então, “parte dos movimentos de mulheres, ou seja, uma de suas faces” (CARDOSO, 2012, p. 237). Ela entende que, ao adotarem a identidade feminista, as militantes negras construíram um conjunto de representações e definições próprias, às vezes em enfrentamento às concepções do feminismo hegemônico e se inscrevendo enquanto um sujeito político e questionando a concepção universal da categoria mulher veiculada pelo discurso feminista hegemônico.

Moreira (2018) observa que esse cenário de cisão entre o movimento de mulheres e o feminismo, caracterizado pela exclusão das especificidades das mulheres negras das pautas e teorias feministas e pela universalização da mulher em torno da figura branca, foi paulatinamente, se modificando, com a inserção das discussões sobre a diversidade no feminismo e o reconhecimento das demandas não só de mulheres negras. Uma vez que o tensionamento entre mulheres de diferentes pertencimentos raciais, orientações sexuais e classes transformou a configuração do movimento feminista, foi necessário incorporar a diversidade entre mulheres em sua agenda política, conforme afirma Carneiro (2015) o movimento observado por ela nas décadas posteriores indica uma participação cada vez maior de mulheres negras em eventos e organizações feministas, fruto da ação das ativistas em torno de seu reconhecimento como feministas e também indicava uma maior articulação entre as categorias gênero e raça.

Ainda é necessário apontar que o fortalecimento do movimento feminista em países considerados “desenvolvidos”, como Estados Unidos e Inglaterra, contribuiu para que o feminismo se propagasse nos países latino-americanos, incluindo aí, o Brasil . Importante salientar que a inserção de textos e livros escritos por mulheres negras norte americanas também contribuiu consideravelmente para o fortalecimento de uma identidade feminista negra no Brasil. Consideramos pertinente lembrar que, já na década de 1980, as mulheres negras disputavam o discurso feminista, o que pode ser observado nos textos e pronunciamentos da ativista e teórica Lélia Gonzalez (1984) e na participação de Theresa Santos e Sueli Carneiro no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo.

### 2.3 Identidades negras em pauta

Atualmente, dentro das universidades públicas, são perceptíveis os reflexos da história do ativismo feminista negro, em que as gerações atuais partem de questões estudantis, acadêmicas e até estéticas para fomentar seu ativismo. De fato, me sinto pertencente a esta realidade, em que vontade de modificar o mundo e a minha imagem surge da minha experiência dentro da Universidade Pública. Percebi que meus atos diretos e indiretos foram associados à minha identidade racial. Em 2013, tentei me libertar de meu cabelo alisado, em busca da aceitação do cabelo natural. Tive consciência do padrão de beleza eurocêntrico acometido em uma sociedade orientada por uma mídia embranquecida para as grandes massas, entrando em um processo conhecido como “transição capilar”, processo esse que até hoje tento finalizar.

Marina também relata algo parecido:

*Marina: Na adolescência eu alisava o cabelo, eu queria ser aquela atriz da Malhação, a moreninha, sabe? Eu sempre falo que eu tive um estranhamento ao vir para a UNIRIO porque eu sou da Penha, e eu estudei sempre em Manguinhos, em colégios públicos. Onde eu estudava era todo mundo igual a mim, sabe? Mesmo com essa questão do embranquecimento, era todo mundo no mesmo nível que eu, praticamente todos negros. Vir para a UNIRIO, através das cotas, foi um pouco chocante, eu realmente me senti deslocada.*

Durante os estágios obrigatórios de minha graduação em Pedagogia, sempre procurei inserir livros com personagens negros ou com temáticas que, de certa forma, abordassem o racismo e o machismo. Estive estagiando na rede municipal do Rio De Janeiro, em escolas públicas como o Espaço de Desenvolvimento Infantil Gabriela Mistral e o CREJA - Centro Municipal de Referência de Educação de Jovens e Adultos. Mesmo que de forma breve, lembrome de ter utilizado com carinho o livro “O Cabelo de Lelé”, buscando falar sobre a

estética negra e a naturalização de temáticas raciais, tanto na educação infantil quanto no ensino de jovens e adultos. Mudanças sutis me acometem a reflexões sobre a presença negra na academia, as mulheres negras estão ausentes de grande parte das pesquisas de Ciências Humanas que se dedicam a analisar criticamente a realidade brasileira, quando não são representadas de forma estereotipada.

Em “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1984), Lélia Gonzalez analisa os estereótipos relacionados às mulheres negras brasileiras – mulata, doméstica e Mãe Preta – e como essas imagens são cristalizadas pela mídia e pelas obras de intelectuais brasileiros, atuando como um instrumento de manutenção do racismo e do sexismo. E, mesmo entre as produções feministas, a questão de raça é negligenciada (AZEREDO, 1994; CALDWELL, 2000; CARDOSO, 2012; SANTOS, 2016) implicando na “construção de uma análise distorcida e limitada sobre a experiência feminina no Brasil” (SANTOS, 2016, p. 25). A ausência de mulheres negras nas produções intelectuais é reflexo do racismo e do sexismo presentes na sociedade brasileira. Dificilmente, mulheres negras e suas experiências são consideradas temáticas relevantes para pesquisas e o acesso à universidade – apesar de ter se ampliado nas últimas décadas – ainda é dificultado pela falta de recursos, não apenas de ingresso como também de permanência. Além disso, uma vez inseridas na universidade, a suposta neutralidade do trabalho científico acaba apagando essas questões, como afirma Cláudia Pons Cardoso (2012)

A ausência do debate sobre relações raciais nos estudos feministas brasileiros se faz sentir em grande escala, principalmente no tocante à posição racial das autoras, dificilmente apresentada. Essas falam e produzem conhecimento, na sua quase totalidade, de um lugar não marcado, uma vez que branco é um marcador sem marcas, diferentemente de nós mulheres e homens negros, obrigados a justificar/explicar os marcadores presentes em nossas construções sociais/teóricas, pois ser negro é assumir um lugar racialmente e politicamente marcado. (CARDOSO, 2012, p.243)

O enfrentamento ao racismo e o sexismo passa, portanto, pelo questionamento dos discursos veiculados pela produção de conhecimento realizada no interior de instituições acadêmicas e científicas. O paradigma da neutralidade do pesquisador foi identificado como um subterfúgio para o apagamento de questões relacionadas à raça, gênero e sexualidade e seus impactos nas realidades experienciadas por mulheres negras ao redor do mundo, Fernanda comenta sobre as pautas do coletivo não serem abordadas, academicamente, dentro das salas de aula:

**Fernanda:** *As nossas pautas que são abordadas aqui nas disciplinas, não discutem nem com o nosso cotidiano, nem com a didática que o Paulo Freire tanto falou, que*

*deveria tratar da vida do aluno para depois inserir o conteúdo. Aqui é todo mundo Freireano, mas é o Freire assassinado pelo método, aqui tem muito Comenius em pele de Freire. Está vendo o que esse pessoal acadêmico está perdendo com a gente?*

O sentimento de não pertencimento que muitas vezes me acomete e acomete Fernanda, é um sentimento conhecido por muitas mulheres negras, então pesquiso porque me afeto, porque compreendo, porque não busco neutralidade, porque sinto na pele a relevância do tema pesquisado. Pesquiso porque o meu “eu” enquanto pesquisadora se transforma em nós, nós mulheres negras.

No livro “Pensamento Feminista Negro” (2019), Patricia Hill Collins discute os processos de supressão do pensamento crítico produzido pelas mulheres negras norte-americanas e sua relação com as opressões interseccionais:

Dois critérios políticos influenciam os processos de validação do conhecimento. Em primeiro lugar, as reivindicações de conhecimento são avaliadas por um grupo de especialistas que passou por uma série de experiências sedimentadas as quais refletem o lugar de seus grupos nas opressões interseccionais. Ninguém que se dedica à produção acadêmica passa ao largo de ideias culturais e de sua localização nas opressões interseccionais de raça, gênero, classe, sexualidade e nação [...] Em segundo lugar, cada comunidade de especialistas é responsável por sua credibilidade, definida pela população na qual ela se situa e da qual advêm seus conhecimentos básicos que são tomados como certos. (COLLINS, 2019, p. 405).

A autora continua sua análise apontando o caráter eurocêntrico do conhecimento produzido na academia e as condições socioeconômicas, como falta de educação básica de qualidade, dificuldade de acessar quadros docentes e administrativos nas universidades etc., que impedem que o pensamento de mulheres negras seja validado e desenvolvido nas comunidades acadêmicas. Apesar de se referir às mulheres norte-americanas, esse quadro também está presente no Brasil (CARDOSO, 2012; CALDWELL, 2000). Dessa forma, uma das estratégias utilizadas por mulheres negras intelectuais e ativistas é a localização do sujeito que produz o conhecimento no contexto no qual está inserido, incluindo uma atenção cuidadosa em torno das relações de poder estabelecidas por e sobre ele, abandonando noções universalizantes e despersonalizadas. Para Cardoso (2012):

Situar o lugar de fala foi o caminho encontrado a fim de criar um ambiente democrático de diálogo, pois, partilhar o olhar sobre as próprias experiências, olhar este empregado para pensar e intervir na realidade revelava as semelhanças com as experiências das mulheres das quais estava responsável por garantir os direitos, através da elaboração e execução de políticas públicas. A Manifestação da posicionalidade fornece indícios de nossa compreensão e teorização da e sobre a sociedade.”(CARDOSO, 2012, p. 284)

Portanto, manifesto aqui a minha posicionalidade, partindo de minhas próprias experiências, da vivência de ser uma mulher negra em meio de uma sociedade e de uma mídia eurocentrada. Este lugar de mulher negra e pesquisadora, transforma as temáticas estudadas em reflexões mais profundas, como as questões sobre a necessidade da estética negra como forma de reconhecimento racial. Esta estética ganha espaço a partir do momento em que o cabelo ou uma determinada roupa e costumes, acabam sendo símbolos culturais de uma raça. A estética talvez seja o ponto inicial. O ponto de onde partimos para conscientizações políticas, ela abre as portas para um debate racial mais profundo e científico dentro das universidades.

Quando me aprofundo em minhas leituras sobre feminismo negro e interseccional, surgem então questionamentos sobre a construção de uma identidade racial. Durante toda a vida, nós mulheres e negras, ouvimos que somos morenas, que negra é só quem tem a pele retinta. Laiz relembra quando também pensava desta forma:

*Laiz: Antes de entrar aqui, eu me considerava parda e eu amava a música do Sorriso Maroto que era a Morena da Cor de Jambo, para mim, eu era morena da cor de jambo. Só depois da faculdade que eu fui ter criticidade sobre essas coisas.*

Assim como Laiz, em minha vida pessoal também tive experiências parecidas, ouvi que se eu alisasse meu cabelo ficaria tudo bem, pois minha pele é clara e o problema estava só no cabelo ruim, tomei isso como verdade por muitos anos, me pergunto quantas mulheres não passaram pelo mesmo, atualmente compreendo que a construção de uma identidade pode ser tanto individual como coletiva.

Carmela também relata suas dúvidas e inquietações sobre o seu processo de reconhecimento racial, que parece estar em andamento:

*Carmela: Como Laiz falou que não se reconhecia como negra, eu também achava que eu era mestiça. Até hoje, eu não vou mentir para você, para te dar uma imagem de que eu tenho certeza ou consciência racial, eu ainda não tenho essa certeza de que sou negra porque eu me vejo como uma mistura brasileira, historicamente eu acho que é tudo muito misturado. Eu me reconheço como descendente de negros, mas também de índios.*

*Caroline: E o que você acha que falta para essa certeza? O que te deixa em dúvida?*

*Carmela: A universidade ainda não me fez ter aquela posição definida “Eu sou negra”, mas me fez abrir esses questionamentos e essas dúvidas sobre me reconhecer como tal. Quando eu olho tudo que é europeu, da cultura deles, eu não consigo me identificar. A universidade me fez refletir mais sobre alguns temas, me lembrei logo da Bahia, a gente tem o hábito lá de chamar de neguinha, a gente chama todo mundo assim. Talvez seja um equívoco, uma falta de consciência. Eu ainda não consigo me sentir ofendida de ser chamada assim por ter vindo de Salvador. Mas aqui no Rio eu me policio, vejo que aqui isso é muito crítico, e lá (Salvador) o índice de população negra é muito grande.*

*Caroline: Mas você acha que isso é racismo?*

*Carmela: Eu ainda tenho algumas coisas na minha reflexão, que eu ainda não consigo ter aquela certeza de que se me chamou de neguinha é pejorativo, então não vou chamar mais de neguinha. Eu chamo minha irmã de negona e eu acho*

*interessante porque de repente pode ser alguma coisa muito pessoal, em nenhum momento quando eu chamava minha irmã de negona, eu não conseguia associar esse termo “negona” a cor da pele e a ser alguma coisa pejorativa, talvez seja uma questão regional. Não sei se por ignorância ou falta de percepção minha, talvez eu ainda vá evoluir, mas eu ainda não consigo ter aquela consciência formada sobre isso, eu desconstruí muitos conceitos aqui e construí outros também.*

Em suas palavras, Carmela nos mostra que ainda está desconstruindo conceitos e demonstra de forma humilde, que está em aprendizado, inclusive considerando que pode estar equivocada em suas afirmações, ao falar que não se incomoda no uso da palavra *neguinha*.

Carmela afirma em alguns momentos de nossa conversa, ser uma mulher negra, em outros, demonstra estar construindo uma identidade racial, desconstruindo pensamentos e realizando reflexões sobre seu possível reconhecimento racial, demonstrando fluidez no movimento, que nem sempre acontece da noite para o dia, causando incertezas e questionamentos.

Sobre identidades, podemos considerar que são construções sociais e históricas que se consolidam através do processo de diferenciação entre grupos e indivíduos humanos. São produto da organização social moderna, onde a diferença assume o papel de classificar e hierarquizar a população a partir de critérios como raça, gênero, nacionalidade, sexualidade e religião. Essa dinâmica de diferenciação atua tanto na solidificação de sociedades desiguais e hierarquizadas quanto na construção de identidades pautadas em traços culturais, históricos e experiências comuns de grupos socialmente marginalizados.

As identidades são relacionais e ocorrem em níveis individuais e coletivos. A diferença é estabelecida por marcações simbólicas relativamente a outras identidades e não pode ser desvinculada das condições sociais e materiais dos sujeitos (HALL, 2003). A marcação é produzida a partir de sistemas de representação (formas pelas quais damos sentido às práticas e relações sociais) e pela diferenciação social (de que forma essas classificações são experienciadas pelos sujeitos nas relações sociais) (HALL, 2003).

Entretanto, nem sempre a diferença se refere a uma relação de dominação. Avtar Brah (2006), afirma que a compreensão da diferença demanda uma análise atenta de seu contexto e significado, identificando quando ela atua na produção de desigualdades e quando é mobilizada visando a atuação democrática na esfera política. A autora compreende a diferença como uma relação social “constituída e organizada em relações sistemáticas através de discursos econômicos, culturais e políticos e práticas institucionais.” (BRAH, 2006, p. 362).

De acordo com Stuart Hall (2006), o desenvolvimento da concepção de sujeito e das identidades acompanharam os processos de complexificação das sociedades modernas, podendo ser definidas a partir de três momentos/definições: o sujeito do Iluminismo, o sujeito

sociológico e o sujeito pós-moderno. Para o autor, a noção de sujeito e os processos de identificação não podem ser descolados da organização social na qual estão inseridos, logo, a identidade e o próprio sujeito não são a-históricos, fixos ou “naturais”, mas produtos e produtores de relações sociais complexas: o sujeito moderno surgiu em um momento e em um lugar particular, o continente europeu.

A passagem da Idade Média para a Moderna foi marcada por uma profunda alteração na organização e percepção de mundo na Europa e resultaram em uma forma específica de individualismo, surgindo assim, a ideia do sujeito soberano: o sujeito do Iluminismo. O sujeito passou a ser visto como um ser dotado de uma essência única, se diferenciando da “Natureza” pela racionalidade. Com o desenvolvimento das sociedades modernas, essa concepção não foi totalmente abandonada, mas passou a ganhar uma forma mais coletiva e social, “o cidadão individual tornou-se enredado nas maquinarias burocráticas e administrativas do Estado Moderno.” (HALL, 2006, p.30).

Essa concepção integrada entre o sujeito e as estruturas sociais, o autor denomina Sujeito Sociológico. Esse indivíduo racional era, geralmente, representado pela figura masculina, branca, cisheterossexual. Pessoas que destoavam dessa imagem – mulheres, LGBTQI+, não brancos – eram associadas à natureza, sendo considerados incapazes da racionalidade que definiria o ser humano, dessa forma, as diferenças foram entendidas em oposição ao homem branco europeu, justificando as relações de poder e exploração.

Entretanto, no contexto atual, marcado pela globalização, os intensos fluxos de pessoas, bens e informações, as identidades fixas, mesmo quando entendidas em relação ao contexto em que o sujeito está inserido, não conseguem apreender as múltiplas categorias de identificação e pertencimento, nem a forma como elas se relacionam entre si. Há, portanto, uma descentralização do sujeito, que passa a ter acesso a inúmeros apelos e possibilidades de identificação, que não são nem fixas e nem permanentes.

A Identidade se tornou politizada e, “uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida”, se tornando um elemento de disputa na esfera pública (HALL, 2006, p. 21). A Identidade na era da Globalização assumiu um caráter posicional e político, que não existe apenas como um centro ou uma “essência” humana, mas perpassada por diferentes componentes como projetos políticos, culturais e histórias particulares e coletivas (HALL, 2003).



Em sociedades como a brasileira, pós-coloniais e racialmente estratificadas, as múltiplas possibilidades de identificação são, muitas vezes, apropriadas por grupos sociais marginalizados como uma estratégia de resistência e reivindicação por direitos humanos. A noção de que um indivíduo pode assumir identidades variadas, por vezes contraditórias, ao mesmo tempo que nenhuma delas tem a capacidade de unificar todas as outras, amplia as possibilidades de atuação política dos ativistas, uma vez que permite estabelecer diálogos e alianças e, ao mesmo tempo, demarcar rupturas e diferenciações sem que isso resulte em um processo de exclusão.

O autor aponta que, apesar de ainda haver uma insistência, consciente ou não, em “unificar” as identidades em torno de um discurso em comum, elas permanecem atravessadas pela diferença, pelas contradições e por outras identidades (HALL, 2006). Para Brah (2006), a organização de grupos sociais em torno de identidades coletivas implica em uma negociação com as diferenças percebidas no interior do grupo, ou seja:

uma dada identidade coletiva parcialmente apaga traços de outras identidades, mas também carrega outros traços delas. Isso quer dizer que uma consciência expandida de uma construção de identidade num dado momento sempre requer uma supressão parcial da memória ou senso subjetivo da heterogeneidade interna de um grupo. Mas isso de nenhuma maneira é o mesmo que dizer que as relações de poder que são parte da heterogeneidade desaparecem. A eventual mudança (se houver) dos padrões de relações sociais seriam contingente em relação ao poder dos desafios políticos que discursos e práticas específicos são capazes de efetuar. (BRAH, 2006, p. 371)

Portanto, a mobilização política da identidade envolve desafios referentes a seu caráter instável e o questionamento das concepções essencialistas do sujeito. Os movimentos sociais que se articulam em torno de categorias políticas de identidade – como o movimento feminista e o movimento negro – precisam, ao mesmo tempo, reconhecer a forma como a diferença impacta as relações sociais dentro e fora do movimento e organizar seus membros em torno de uma agenda em comum. Para dar conta das contradições próprias dos movimentos de identidade, Spivak (1985) propõe a noção de essencialismo estratégico, que diz respeito ao uso do essencialismo com um objetivo político declarado ao mesmo tempo em que se questiona e contesta a noção de uma identidade essencial (BAHRI, 2013).

Essa perspectiva encontra consonância, por exemplo, com a noção de Identidade étnicoracial defendida por Munanga (2004), para o qual, a identidade negra é uma noção estratégica, que busca formar uma unidade política que tenha força para reivindicar transformações na realidade da população negra. A unidade política de identidade é norteadada pelo reconhecimento do racismo como um instrumento ideológico da dominação e exploração

daqueles classificados como negros, constituindo uma experiência compartilhada e específica que permite que os indivíduos possam se mobilizar coletivamente.

A concepção da identidade enquanto uma estratégia política é partilhada por Cardoso (2012), que entende que apesar da identidade racial de homens e mulheres negras seja perpassada pela afirmação da cor, também envolve o “compromisso efetivo com a reabilitação de todo um legado, histórico, cultural, político e filosófico e com o enfrentamento do racismo.” (CARDOSO, 2012, p. 162)

O processo de quebra de padrões estéticos e da busca por uma espécie de libertação em termos políticos e sociais ainda arremetem ao processo da construção de uma identidade racial; dentro da Universidade Federal Do Estado Do Rio De Janeiro, onde por exemplo, as alunas problematizam a falta de autores com que se identifiquem, que se aproxime mais de sua realidade, de mais autoras mulheres, que valorize o conhecimento da mulher negra latinoamericana caribenha. A fala de Laiz, demonstra que essas mulheres buscam espaço, reconhecimento acadêmico e valorização de suas próprias identidades:

**Caroline:** *Então, como uma mulher negra, o que você acha que falta para que você se reconheça e tenha espaço na UNIRIO?*

**Laiz:** *Acho que o que falta é reconhecer as vivências, sabe? Porque dentro da sala de aula, ao meu ver, em oito períodos, muito das situações e pautas negras seriam mais debatidas e reconhecidas se você desse voz e vivência, por exemplo, pra professores negros do município ao invés de falar que eles precisam de treinamento. Se você reconhecer que: Ok, eu estou lidando aqui com 50 teóricos brancos, por que não tem um teórico negro? Por que eu não consigo escutar Frantz Fanon em uma sala de aula? Por que eu não tenho Angela Davis na sala de aula? São os porquês dentro de uma sala de aula que dificultam a gente conhecer e debater as pautas, se eu não reconheço a história eu não vou reconhecer os conceitos. É por isso que o Coletivo Luíza Mahin é tão importante, o que não temos em sala de aula, temos no coletivo*

Ainda refletindo sobre questões de identidade, de acordo com Hall (2006), ao contrário do que anunciam os discursos de “crise da identidade” nos debates contemporâneos, a fragmentação do sujeito não significou o fim das identidades, mas sua transformação em, como abordamos, uma percepção posicional e politizada. A descentralização não apagou as categorias de diferenciação, mas ampliou suas possibilidades, resultando na emergência de novos sujeitos e movimentos sociais, bem como as possibilidades de atuação política em torno da reivindicação de Direitos Humanos.

A forma como a diferença é mobilizada na produção de desigualdades sociais assume um caráter dicotômico e por oposição, representadas por binômios como branco/Negro, masculino/Feminino, sujeito/objeto, razão/emoção dentre outros, promovendo uma diferenciação que ganha sentido através da relação de oposição e hierarquização e que

“invariavelmente implica relações de superioridade e inferioridade, relações hierárquicas que se enredam com economias de dominação e subordinação.” (COLLINS, 2016, p. 108-109).

Assim, a diferença assume um caráter fundamental na organização social, não podendo ser compreendida apenas como “estilos de vida” ou categorias de identidades descritivas. No caso das mulheres negras, a concepção de um sujeito perpassado por múltiplas identidades pode ser identificada nas produções de intelectuais, artistas, ativistas e militantes que se debruçaram em torno das intersecções de raça, gênero, classe, sexualidade dentre outras categorias de identidade que marcam a experiência feminina negra, especialmente em contextos póscoloniais e em sociedade racialmente hierarquizadas. Esse pensamento fica mais evidente quando consideramos o conceito de interseccionalidade, desenvolvido a partir das produções e histórias de mulheres negras ativistas e intelectuais nos Estados Unidos. Segundo Collins (2019):

A ideia de interseccionalidade se refere a formas particulares de opressão interseccional, por exemplo, intersecções entre raça e gênero, ou entre sexualidade e nação. Os paradigmas interseccionais nos lembram que a opressão não é redutível a um tipo fundamental, e que as formas de opressão agem conjuntamente na produção de injustiça. Em contrapartida, a ideia de matriz de dominação se refere ao modo como essas opressões interseccionais são de fato organizadas. Independentemente das intersecções específicas em questão, domínios de poder estruturais, hegemônicos e interpessoais reaparecem em formas bastante diferentes de opressão. (COLLINS, 2019, p. 57).

Sobre opressões interseccionais e marcadores que vão além da raça, neste caso, gênero e classe, podemos analisar certos marcadores nas falas de Carmela, existem em suas falas, conflitos de identidade e a construção de uma identidade racial que está em andamento. Porém, também há demonstrações de conflitos com o próprio coletivo e suas pautas. Ela revela que decidiu participar de um outro projeto de coletivo que abrangesse melhor a pauta da maternidade, deixando transparecer que nem sempre as pautas convergem com a realidade de todas. Ela demonstra a necessidade de pautas que não envolvam somente discussões sobre racismo, mas também sobre gênero e sobre relações de classe:

**Carmela:** *De uma maneira macro, talvez as minhas demandas não sejam atendidas pelo coletivo, porque até onde eu sei, apesar de ter contato com pessoas que fundaram o coletivo, que entraram junto comigo na Unirio em 2014, de forma específica na questão dos negros, dentro da universidade, essas demandas são atendidas, mas quando você começa a focar em outras causas, talvez não. Por exemplo, eu participo de um projeto que é o Crianças na Unirio, que tenta conseguir um espaço pra crianças que eventualmente possam estar aqui por necessidade e demandas de mães trabalhadoras, como é o meu caso, e a Unirio não tem um espaço sequer, tem várias universidades no Brasil que tem creches, aqui não tem nem um espaço nem de acolhimento e nem recreativo.*

Este conflito de interesses na fala de Carmela, demonstra o movimento da participante e suas dúvidas em relação ao sentimento de pertencimento ao coletivo, mesmo se sentindo parte

dele, Carmela revela na conversa que talvez o coletivo não atenda suas demandas como mulher e mãe, e sim foca de forma específica em questões raciais, Carmela cita o exemplo da demanda de mães trabalhadoras e a falta de espaço na universidade e talvez no próprio coletivo:

***Carmela:** Aqui temos tanto conhecimento, tanto espaço, tantos cursos, e eu pensei logo nisso, aqui temos Pedagogia, Biblioteconomia, pensei que seria interessante para os dois lados, tanto para os cursos que poderiam oferecer estágios nesses espaços, como em contrapartida também poderia ajudar essas mães que estejam chegando na universidade. Essa nova demanda que é o negro, o pobre, a mãe. Uma colega que entrou junto comigo e com Laíz, no mesmo período, na turma de Pedagogia, foi uma das fundadoras do coletivo, me informou e tal, aí eu fiquei meio em dúvida, e algumas vezes em que eu conversei com ela sobre a temática (crianças na UNIRIO), apesar de ela ser mãe, eu sentia que ela não me dava muita atenção, eu percebia que o foco não estava voltado pra essa questão*

Apesar de anteriormente, em uma das atas do coletivo, estar registrado que o grupo de estudos iria efetuar análises e debates que envolvessem a situação da mulher negra e mãe, aparentemente a situação de mulher negra e mãe de Carmela e suas demandas, segundo ela, estariam sem espaço. Refletindo sobre identidades e marcadores interseccionais de opressão, aprofundaremos o conceito de interseccionalidade, movimentos sociais, coletivos negros e o coletivo Luíza Mahin no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 3 - INTERSECCIONALIDADES E AMBIENTES UNIVERSITÁRIOS: O (RE) ENCONTRO DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO

A Interseccionalidade nos permite analisar de que forma os diferentes sujeitos se inscrevem nas relações sociais, tendo em vista o caráter múltiplo não só das identidades que os interpelam, mas também da dimensão estrutural e produtora de desigualdades e opressões destas estratégias de diferenciação. Este conceito faz parte desta pesquisa pois rejeitamos análises que privilegiam determinadas categorias em detrimento de outras ou que buscam uma compreensão da sociedade a partir de uma visão totalizante, dando destaque para o caráter plural das experiências humanas em seu contexto social, histórico e geográfico. Portanto, neste capítulo discutiremos movimentos sociais como o feminismo, em específico, o feminismo negro interseccional, que leva em consideração os marcadores de raça, gênero e classe, tão primordiais para esta pesquisa, também aprofundaremos a discussão sobre movimentos sociais e coletivos negros, finalizando em uma análise mais enfática do Coletivo Negro Luíza Mahin.

### 3.1 Sou negra, sou pobre e sou mãe: uma perspectiva interseccional

A perspectiva interseccional logo me ocorre quando relembro das estudantes que conversaram comigo, que não só questionavam o racismo, mas que principalmente alertavam sobre seus papéis de gênero em seus relacionamentos pessoais no cotidiano, sobre as dificuldades financeiras em permanecer na universidade, os valores altos do transporte até a universidade e a distância que as cansava, algumas passavam até 3 horas na volta para casa. São mulheres que vivem em comunidades, algumas moram em locais periféricos, que precisam lidar com violência no local onde vivem no Rio De Janeiro; se torna impossível não pensar em classe quando pensamos no movimento político feminista, sobre dificuldades financeiras no cotidiano, Fernanda me relata sua primeira experiência dentro da universidade:

**Caroline:** *Mas qual foi a sua impressão quando chegou aqui?*

**Fernanda:** *Eu fiz a minha matrícula aqui na UNIRIO e no dia seguinte eu voltei para pedir uma declaração para o meu RioCard, o funcionário me disse que era cedo para pedir uma declaração. Eu argumentei com ele que a matrícula já estava ativa e eu precisaria do papel para conseguir o meu cartão. Então ele foi fazer a declaração, viu que eu era cotista e perguntou “você é negra aonde?”. Foi a minha primeira recepção aqui, eu gastei R\$112 de passagem e alimentação em dois dias para vir até a Urca me matricular*

Fica claro que para Fernanda, além das questões raciais, a aluna se incomoda e deixa explícito a dificuldade de permanência na universidade para um estudante oriundo de classes

sociais desfavorecidas. Sobre esta situação específica, podemos atrelar também o conceito de racismo institucional, Fernanda me relata com suas próprias palavras:

**Caroline:** *E é só uma questão de acolhimento? Qual a importância do coletivo negro na sua vida aqui?*

**Fernanda:** *Eu acho importante a existência do coletivo como forma de confrontar o racismo institucional, que não é aquele racismo direto, de uma pessoa chegar e te confrontar com uma injúria racial. É toda uma estrutura universitária que de certa forma acaba colocando o aluno para fora, e o coletivo serve como um apoio aos alunos que chegam aqui sozinhos. Então, como ele é formado por estudantes de diversos cursos, ele entra como um mecanismo de defesa intercurso.*

Das falas de Fernanda, podemos analisar a realidade de uma estudante negra e suas dificuldades financeiras e a falta de suporte que ela recebeu ao tentar se matricular na universidade, e ainda analisar o conceito de racismo institucional, explicado e vivido por ela. Sobre dificuldades de permanência para estudantes negros e pobres em universidades e o racismo institucional, apontado pela ativista do Coletivo Luíza Mahin em sua fala, concordamos com os autores:

Toda a dificuldade que alunos pobres enfrentam para se manter na universidade — a falta de bolsas de estudos, de restaurantes e alojamentos universitários razoáveis, a rigidez da disciplina escolar (com seus horários, testes etc.) — explícita, para os ativistas, o racismo institucional. Isto é, são lidos como formas de expulsá-los, como recusa em acolhê-los, como incompreensão racialmente motivada. (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020, p.321)

Com a fala de Fernanda, fica claro a relevância da classe ao analisar o Coletivo Negro Luíza Mahin sob a perspectiva destas mulheres, levar em consideração o racismo institucional apontado por ela, que é visto como a falta de acolhimento, de suporte, de entendimento de suas vivências, é também demarcar a perspectiva interseccional quando se analisa os fatores de classe social. Sobre racismo institucional, explicamos que “o termo se refere a um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas tais como em sistemas e agendas educativas, mercados de trabalho, justiça criminal, etc.” (KILOMBA, 2020, P.77-78).

Ainda sobre questões de raça, podemos identificar no cotidiano universitário e na necessidade da criação de um coletivo negro, a luta contra as diferentes faces do racismo. Além do racismo institucional citado na fala de Fernanda, Kilomba (2020) também define em sua obra, o racismo estrutural, entendemos que “estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestadamente seus sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos racializados em desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. Isso é chamado de racismo estrutural” (KILOMBA, 2020, P.77).

De fato, a interseccionalidade transpassa os caminhos desta pesquisa, ao longo do percurso buscaremos demarcar a importância de um ativismo negro interseccional, por

consequente, da relevância de marcadores existentes na vida de mulheres negras e universitárias, um deles é a classe. Angela Davis, que é citada por uma participante em sua fala, uma mulher feminista e negra, salienta em sua obra os marcadores de raça e classe, além do gênero, a subordinação de mulheres quanto a sua classe as torna distantes do acesso à educação, assim como normatiza comportamentos machistas e patriarcais, diferenças salariais, maternidade compulsória e falta de acesso a livros e teorias feministas, neste sentido, Carmela me relata suas dificuldades de permanência e as relaciona com suas características pessoais:

**Carmela:** *Não vou mentir, mas já peguei olhares preconceituosos aqui, não somente pela questão racial. Mas por ser negra, por, no momento, ser uma trabalhadora informal, por ser do Nordeste, por ser uma mulher de mais de 40 anos. Dentro de uma sociedade preconceituosa, eu carrego várias características que somam*

Analisando a fala de Carmela, identificamos intersecções de opressões, atualmente, o conceito de interseccionalidade tem recebido maior atenção por parte de pesquisadores e pesquisadoras nos círculos acadêmicos, discursos políticos, nas agendas de movimentos sociais e documentos de orientação e avaliação de políticas públicas (MACHADO, 2019; PEREIRA, 2019), ganhando, portanto, significados diversos e incentivando produções intelectuais que buscam compreender o caráter simultâneo das opressões bem como desenvolver metodologias e paradigmas epistemológicos interseccionais (PEREIRA, 2019). Ainda sobre interseccionalidade, Ana Cláudia Jaquetto Pereira (2019) divide os “estudos interseccionais” em três vertentes: os estudos que se dedicam à investigação das dinâmicas interseccionais; o debate sobre o conceito de interseccionalidade como categoria epistemológica e metodológica e projetos políticos que se baseiam em uma visão interseccional da estrutura social.

O debate, longe de se esgotar, revela para uma questão importante em relação ao desenvolvimento do conceito: a relação íntima com as trajetórias políticas e pensamento crítico desenvolvidos por mulheres negras norte-americanas desde o período escravista<sup>9</sup>. Para Collins (2016), a percepção de que as opressões pautadas nas diferenças de classe, raça, gênero e sexualidade atuam de forma simultânea e interligada na produção de sujeitos é uma característica definidora do pensamento das mulheres negras. Ela afirma que essa característica distintiva não precisa ser necessariamente consciente e que cabe às mulheres negras intelectuais

---

<sup>9</sup> A inserção do conceito de interseccionalidade na produção acadêmica é, geralmente, atribuída à teórica norte-americana Kimberlé, Crenshaw no artigo “Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”, publicado em 1991. Para Patrícia Hill Collins, a interseccionalidade é uma característica distintiva do pensamento feminino negro, mesmo que não usem o termo, uma vez que parte da concepção de que gênero e raça são mutuamente constituídos e não categorias distintas. Entre outros exemplos, destaca-se o discurso da ativista Sojourner Truth, em 1851 na Convenção pelos Direitos das Mulheres em Akron, E eu não sou uma mulher.

e ativistas a “produção de fatos e de teoria sobre a experiência de mulheres negras que vão elucidar o ponto de vista de mulheres negras para mulheres negras.” (COLLINS, 2016, p. 102).

Pesquisadoras do campo de estudo de gênero e feminismos, constantemente teorizam o conceito de interseccionalidade (DAVIS, 2016; VIGOYA, 2016; PISCITELLI, 2008), em “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras” (2008), Adriana Piscitelli trata do conceito de interseccionalidade emergente no debate feminista, assim como apresenta comentários sobre Kimberlé Crenshaw e sua contribuição ao cunhar o termo, “Segundo Crenshaw, as interseccionalidades são formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo, patriarcalismo.” (PISCITELLI, 2008, p.267). Ainda sobre o termo cunhado por Crenshaw, o feminismo interseccional ou simplesmente “intersec”, surge na década de 1980, quando o termo interseccionalidade é associado ao feminismo por Kimberlé Crenshaw professora de direito, negra e norte-americana, formada em Harvard e que lecionou na UCLA - School of Law e Columbia Law School,<sup>10</sup>.

O feminismo intersec reconhece que a opressão sofrida pelas mulheres não é somente pelo seu gênero. E pretende proporcionar a intersecção entre diversas opressões, fazendo recortes sociais, econômicos, de gênero e raça. Respeitando as individualizações do movimento feminista como um todo. O feminismo interseccional contempla vertentes como o transfeminismo e o feminismo negro.

O entendimento da interseccionalidade para esta pesquisa acadêmica, se faz necessária quando durante as conversas, percebemos diversas opressões e questões relacionadas não somente a raça, mas principalmente a gênero e classe. Um exemplo destes marcadores é a história de Carmela:

**Caroline:** *Você me contou antes que é nordestina, que veio da Bahia! Minha família paterna também é da Bahia, mas do interior, me conta mais sobre ter vindo de lá para o Rio.*

**Carmela:** *A minha vinda para o Rio de Janeiro foi para atender uma expectativa profissional, me formei em eletrônica pelo CEFET-BA e trabalhei lá na empresa OI, antiga Telemar e vim transferida para o Rio de Janeiro, onde atuei na OI por 10 anos. No ano de 2014 eu resolvi voltar a estudar, fiz o ENEM pois eu só tinha o nível técnico. Depois que fiz o ENEM, me vi na condição de conseguir acessar uma universidade pública e fiquei bastante feliz, e foi nesse momento em que fui demitida da OI. Quando informei ao meu gerente que tinha conseguido uma boa nota no ENEM, e que eu queria fazer esse curso em uma universidade pública, para a possibilidade de uma melhora profissional, eu achei que me gerente ficaria feliz com isso, porém eu fui surpreendida por uma reação negativa dele, que falou pra mim que não teria como me ajudar, pois eu precisaria ter um horário definido de trabalho para conseguir*

---

<sup>10</sup> consultar <https://law.ucla.edu/faculty/faculty-profiles/kimberle-w-crenshaw>



*cursar o primeiro período do noturno, e como eu era da área técnica, ele falou que talvez eu não teria condições de fazer a faculdade pois eu teria que trabalhar em horários diferenciados.*

**Caroline:** *E qual foi sua reação com essa negativa dele?*

**Carmela:** *Eu tentei conseguir voluntários dentro da minha empresa, eu pedia ajuda para eles e para amigos, para caso eu caísse na escala dentro do horário da faculdade, que eles pegassem os turnos para mim, ou trocassem a escala. Meu gerente acabou aceitando, mas era notório a cara de insatisfação dele com a situação. Embora alguns colegas achassem que era loucura da minha parte, a minha data de demissão da OI, é a mesma data em que eu comecei a estudar aqui na UNIRIO. O gerente teve a coragem e a hombridade de ir para a empresa cedo, coisa que ele nunca fazia, somente para me demitir, me dar minha carta de demissão. E, quando eu começo na UNIRIO, é também o encerramento das minhas atividades na empresa que me transferiu pra cá, o Rio de Janeiro.*

A história de Carmela demarca questões que envolvem classe e gênero, portanto, consideramos aqui a utilização do conceito de intersecção de opressões para as análises das conversas com as quatro estudantes do coletivo Luíza Mahin. Podemos identificar na interseccionalidade seis parâmetros definidores, divididos entre sua “face descritiva”, sua “face normativa” e seus “aspectos epistemológicos”. A primeira compreende três traços: a importância das relações de poder entre grupos e indivíduos a partir dos marcadores sociais. A ideia de que as opressões atuam simultaneamente e estão em constante transformação, não podendo ser entendidas como categorias isoladas e/ou fixas; a noção que elas atuam em múltiplos níveis na organização social, que também não podem ser tratados como fenômenos isolados, mas em uma relação complementar.

A face normativa se apresenta na percepção de que as desigualdades produzidas pelos eixos de opressões são injustas e que a reivindicação da interseccionalidade deve ser acompanhada por um compromisso com transformações sociais. O sexto traço está relacionado com o aspecto epistemológico e consiste na valorização das experiências e pontos de vista de mulheres negras, produzindo um conhecimento distinto e, geralmente, desqualificado pelo conhecimento dominante (PEREIRA, 2019).

Percebo esta desqualificação do conhecimento produzido por mulheres negras universitárias, principalmente pelo fato de que este conhecimento muitas vezes se dá em atmosfera externa a sala de aula, estas mulheres se agrupam em coletivos, trazem seus pontos de vista, seus olhares feministas e negros para dentro dos coletivos. Neste ponto, Laiz reflete sobre a falta de espaço dentro da academia:

**Laiz:** *desde o momento em que a gente começou a conversar sobre a falta de bibliografia negra, eu já me sinto de alguma forma impactada, da falta de conversa sobre questões étnicas, eu já me sinto impactada, e a faculdade tem muito disso, sabe? Não só a faculdade, mas acho que a vida. Quando você está no meio acadêmico você*

*vê muito disso, o academicismo. Você tem aquele choque, cara, isso acontece lá fora, mas acontece aqui também, então por que vocês não falam disso?*

Em sua fala, fica explícito o quanto carrega o sentimento de que a vivência de uma mulher negra é constantemente desvalorizada academicamente. No Coletivo Negro Luíza Mahin, me foi relatado pelas estudantes, que mulheres se encontravam em seu grupo de estudo, separavam bibliografias para as leituras, organizavam rodas de conversa, que por exemplo, tinham como temática a situação da mulher negra e mãe, a organização do coletivo, organização do *pré vestibular negro*, produção de mídias e vídeos para o canal no *youtube* do coletivo e sugeriam em sala de aula a adoção de uma bibliografia mais ampla, que contemplasse mulheres negras nas disciplinas estudadas no curso de Pedagogia da UNIRIO, nas palavras de Fernanda:

**Fernanda:** *Por exemplo, se você está discutindo epistemologia, você pode trazer autores negros para o debate, entende? Agora, quando o professor já vem com toda aquela teoria eurocentrada, você acaba não fomentando o debate. Então, justamente quando você vai falar sobre temas raciais, as pessoas não têm acesso e o discurso fica somente dentro dos coletivos e dentro dos movimentos. É aí que entra o racismo institucional, é o professor que diz que não tem como debater raça, é o professor que diz que não conhece, que não foi levado a esse debate, que ele não aprendeu isso, como é que ele vai falar disso agora, etc.*

Fernanda inicia uma discussão acerca do currículo universitário e aponta que as discussões raciais ficam apenas dentro dos coletivos, ocasionada por um racismo institucional, não tendo espaço em sala de aula, porém, Marina complementa com outra fala, trazendo um outro ponto de vista:

**Marina:** *Eu fiz introdução aos estudos científicos, no primeiro período, onde você aprende o que é citação, nota de rodapé, bibliografia. O texto base da disciplina era o da Nilma Lino Gomes, que é uma autora negra que discute questões étnico raciais na educação. A disciplina desta professora era uma disciplina técnica, mas o texto base para você aprender a fazer uma citação é de uma autora negra que promove debates raciais, e ela falou para minha turma sobre isso. Ela poderia muito bem ter pego um texto sobre metodologia da pesquisa, sobre as normas da ABNT e ter mandado a gente ler, mas não, ela contextualizou de uma outra forma.*

As falas de Fernanda e Marina trazem pontos de vista diferentes, Marina lembra que existem exceções, e que alguns professores fazem tentativas de aproximação com uma bibliografia negra em sala de aula. Mas o que fica claro nesta pesquisa, é que estas mulheres apoiavam outras mulheres e outros homens negros que precisassem de ajuda em algum tipo de conflito que envolvesse questões raciais, assédios ou discussões acaloradas em sala de aula, seja com professores ou com outros colegas universitários. O currículo era um grande ponto de

tensão e conflito, em vista que tanto na fala das quatro mulheres, quanto nas atas do coletivo, encontramos críticas que demonstram que as discussões que ocorriam dentro dos coletivos, na maioria das vezes não acontecia em sala de aula, sobre isto, concordamos que:

O currículo, portanto, passa a ser objeto de constante de discussão dos coletivos, que se apoiam na leitura de autores descoloniais, pós-coloniais, subalternos, fanonianos, afrocentrados, pan-africanistas, feministas e queers, que vão lastrear um novo discurso político e subsidiar exigências por mudanças epistemológicas na academia (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020, p.321)

Estas exigências por mudanças na academia fazem parte do ativismo presente na vida universitária, presente nos coletivos e presente em mulheres negras estudantes, que demonstravam óbvias construções de conhecimento produzidos externamente as salas de aula. A relação entre o ativismo e o conhecimento produzido por mulheres negras é apontada por diversas autoras (CARDOSO, 2012; COLLINS, 2016; PEREIRA, 2019). Tendo isso em vista, é necessário compreender as formas particulares que o ativismo de mulheres negras assume a partir de sua realidade material. Para Collins (2016), o ativismo não se limita às formas tradicionais de organização, como sindicatos e partidos políticos. Uma vez inseridas em uma sociedade que as localiza em um lugar de desumanização e exploração, a autora reconhece que a própria resistência em assumir os papéis socialmente impostos é uma forma legítima de ativismo feminino negro, uma vez que estão “mantendo o controle sobre sua definição enquanto sujeitos, enquanto seres humanos plenos, a rejeitarem definições delas próprias como 'outros' objetificados.” (COLLINS, 2016, p. 113).

### **3.2 O ativismo da mulher negra e universitária**

No caso de universidades como a UNIRIO, mulheres negras ativistas levam seu conhecimento, suas vivências e suas pautas para este ambiente; tentam sempre se manter presentes em rodas de conversa, saraus, eventos, congressos e coletivos universitários, este modelo de ativismo alia a concepção de interseccionalidade a produção de conhecimento por mulheres ativistas em movimentos sociais, sobre ativismo dentro da universidade, Carmela me relata que iniciou um projeto que acolhesse e futuramente desse espaço para mães e crianças dentro da UNIRIO, ela viu que sua demanda não era atendida pela universidade e se movimentou junto a professores e outras colegas:

*Carmela: Como estudante de Pedagogia, logo que entrei aqui, me vi com essa necessidade e vi que a necessidade não era apenas minha, e também de outras mães*

*e de outras pessoas, eu comecei a questionar a não existência de nenhum movimento nesse sentido. E aí eu tive um professor que é muito atento a essas demandas, e é um professor bastante sensível a essas questões e eu questionei ele sobre isso e aí a gente começou a se movimentar e se articular nesse sentido. Hoje em dia o projeto já está todo escrito e articulado como projeto de extensão, a professora, de serviço social, ela que está à frente, ela que escreveu o projeto.*

Carmela demonstra que existe uma busca por espaço e um protesto pela falta dele no meio acadêmico, um ativismo que muitas vezes não se limita às universidades, estas mulheres também são expressivas em suas redes sociais, em seus trabalhos, em suas famílias e comunidades onde vivem. Carmela se movimenta em torno de algo que é sua demanda, mas ela se questiona se não é a demanda de outras mulheres também, o movimento de Carmela, certamente trouxe impacto no cotidiano universitário, sua tentativa de trazer um espaço para crianças dentro da universidade, demonstra uma estratégia de pertencimento e permanência, a estudante está ativamente buscando o seu lugar de direito dentro da UNIRIO:

**Caroline:** *E de onde surgiu essa ideia? O que é o projeto na prática?*

**Carmela:** *Na prática ele visa que a UNIRIO disponibilize no mínimo um espaço de acolhimento, de recreação, onde as crianças que precisem estar aqui, principalmente no horário noturno, que seriam filhos de mães estudantes e trabalhadoras, poderiam estar aqui assistindo suas aulas. Essa ideia surgiu quando eu me vi aqui e com essa necessidade, eu não me considero uma idealizadora do projeto não, mas quando eu me vi dentro desse espaço e vi que não tinha, eu pensei que em algum momento eu já tinha ouvido falar em creches universitárias. Eu sou muito questionadora por natureza, eu fui logo questionar porque que aqui não tem esse espaço e para a mãe trabalhadora, que não tem com quem deixar sua criança, como ela faz para estudar?*

O ativismo de Carmela e de outras mulheres negras tem, portanto, uma face cotidiana – expressa nas estratégias de sobrevivência e contestação dos lugares reservados a elas na organização social – que não é menos importante que a atuação junto a coletivos, organizações, sindicatos, partidos políticos, ONGs etc. Diante desta perspectiva, a tradição histórica de resistência de mulheres negras pode ser traçada desde o período escravista, nas estratégias de resistência empreendidas por mulheres escravizadas, seja em seu envolvimento com levantes, movimento abolicionista e fugas, bem como no que Gonzalez (1984), nomeia de “resistência passiva” da “Mãe Preta”: a transmissão de valores culturais e civilizatórios enquanto trabalhavam como escravizadas domésticas, contestando as práticas sociais que as consideravam destituídas de cultura e racionalidade. Diversas vezes, nos deparamos com narrativas que excluem mulheres negras da escrita da história ou as coloca em um espaço de coadjuvantes (COLLINS, 2016) – quando muito há o reconhecimento de sua inscrição na arena política a partir da década de 1980.

Essa sensação de exclusão incita conflitos entre estudantes e professores, muitas vezes as estudantes negras percebem no currículo de cursos de graduação do CCH da UNIRIO, como por exemplo, Pedagogia, Biblioteconomia e Museologia, uma espécie de apagamento do papel da mulher negra na história. Ouvi de alunas questionamentos sobre parecer que não existem intelectuais negras no ramo da educação e das ciências humanas, tamanha falta de visibilidade nos currículos:

**Laiz:** *Eu tive uma disciplina que foi Educação e Filosofia, onde o professor pegou uma unidade da disciplina e trabalhou sobre filosofia africana. Foi muito bacana, mas aí cada um fez seu texto, debatemos e acabou, não debatemos mais nada sobre outra vertente que não fosse a eurocentrada.*

**Caroline:** *Mas você acha que isso se acontece em todo o curso de Pedagogia?* **Laiz:** *O currículo de pedagogia não me dá embasamento para debater raça, a gente não tem matéria nenhuma que realmente debata raça, eu até falei isso em uma aula de Ideologia racial no contexto escolar. Dentro da sala de aula de Pedagogia, só agora que eu vejo um pouco de debate racial porque a turma que eu entrei tem duas pessoas que realmente debatem.*

Essas tensões trazem questionamentos aos professores e aos outros alunos, existem discussões e conversas dentro e fora de sala sobre o assunto, uma tentativa de aproximação da teoria feminista e de autoras negras com a academia. As alunas questionam os motivos para não adicionarem intelectuais negras em disciplinas básicas do currículo e muitos professores se mostram abertos à novas perspectivas e mudanças curriculares. Porém, as tensões ainda se mostravam presentes nas falas das estudantes, neste ponto, concordamos com GUIMARÃES, RIOS e SOTERO (2020):

Nessa direção, quando demandam a contratação de professores pesquisadores na área das relações étnico-raciais, os estudantes argumentam que o corpo docente atual das universidades brasileiras, além de apresentar flagrante desigualdade por cor, favorecendo explicitamente pesquisadores brancos, não tem formação adequada para trabalhar assuntos que emergem da curiosidade acadêmica do novo alunado. (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020, p.319)

Estes assuntos que emergem de dentro dos coletivos, e de estudantes negros de uma forma geral, demonstram a necessidade de entendimento da individualidade destas alunas, muitas vezes suas críticas, seja ao currículo, ou a falta de professores negros que entendam e saibam direcionar e manejar as discussões raciais, fazem com que o ativismo destas alunas seja visto como algo radical ou agressivo, para Fernanda, este sentimento é presente no seu cotidiano:

**Fernanda:** *Existem situações que nós negras passamos por aqui, onde nós somos vistas como violentas, sendo que em inúmeras situações precisamos de defesa. As pessoas falam que os coletivos são radicais, mas é fácil falar quando eles já têm suas próprias instituições de apoio. Eu não quero que a estatística fale por nós, eu quero que nós mesmos falemos por nós, o coletivo é uma forma de sobrevivência emocional do aluno negro e cotista dentro do meio acadêmico.*

As discussões sobre as possibilidades de atuação ativista de mulheres negras estão relacionadas ao surgimento de novas formas de ações coletivas<sup>11</sup> e a ampliação das possibilidades de interpretação das ações de grupos subalternizados no enfrentamento às opressões e proposição de novas perspectivas de organização social. Enquanto isso, intelectuais e ativistas, tem investido na inscrição, valorização e legitimação das experiências das mulheres negras, reivindicando esse legado. Esta atuação, muitas vezes custa um preço alto para as estudantes, que se vêm no cotidiano estudantil, tendo que lidar com tensionamentos e situações que as fazem ter uma sensação de esgotamento.

Assim aconteceu com Marina:

**Marina:** *Às vezes é isso que a vida e a universidade nos causam, um esgotamento, ficamos adoecidos, a palavra que vai me definir aqui é esgotamento. Esse processo nos esgota, adocece. Entrar em uma sala de aula e ver situações racistas, entrar no seu centro acadêmico e encontrar uma amiga negra chorando porque uma professora chamou ela de maluca. Isso deixa qualquer um triste e eu acho que o trabalho do coletivo é esse, acolher. Porque se dependermos somente do DCE, não teremos apoio.*

A fala de Marina denuncia seu cansaço em lidar com situações cotidianas de racismo, é importante ressaltar que “o racismo cotidiano acontece em um contexto particular; tem objetivos particulares e envolve atores e atrizes em condições sociais particulares” (KILOMBA, 2020, p.88), desta forma, entendemos que a particularidade de Marina demonstra a sua individualidade dentro do coletivo, e mostra ainda, de acordo com ela, a necessidade que ela tem de ser acolhida pelo coletivo Luíza Mahin.

### 3.3 Reflexões sobre movimentos sociais e coletivos negros

Os movimentos sociais contemporâneos frequentemente reinventam e ressignificam a democracia, propondo modelos alternativos que se afastam dos pressupostos da Modernidade Europeia<sup>1213</sup> e visam estabelecer novos parâmetros para as relações sociais. A segunda metade

---

<sup>11</sup> Termo proposto por Charles Tilly para se referir as diferentes práticas e formatos dos movimentos sociais. As ações coletivas seriam situações nas quais pessoas acreditam e investem seus recursos – inclusive seus próprios esforços - para fins comuns. GOHN, Maria da Glória Marcondes. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, 1997.

<sup>12</sup> A Modernidade pode ser entendida como um momento histórico, uma concepção de mundo e uma organização social, histórica e geograficamente localizada: surgiu na Europa Ocidental por volta do século XV e se consolidou no decorrer do século XIX. Apesar de reivindicar um caráter universalista e globalizante, a Modernidade é racializada e gendrificada, sendo centrada no sujeito branco e masculino dotado de racionalidade. (CARDOSO,<sup>13</sup> ; HALL, 2006)

do século XX foi palco de transformações profundas – sociais, econômicas, políticas – e assistiu a emergência de novos sujeitos políticos, mais ou menos organizados, que questionavam a ordem social, não só no âmbito das relações de produção, mas em esferas como: cultura, ideologia, relações sociais etc.

No contexto brasileiro, a resistência à Ditadura Militar caminhou lado a lado com a emergência de sujeitos que escapavam à categoria de classe e reivindicavam um reconhecimento mais amplo: mulheres, negros, LGBTQIA+, moradores de bairros pobres e favelas, sem-terra, indígenas etc., passaram a se organizar e articular propostas alternativas de justiça social e valores democráticos, uma dessas formas de articulação, são os coletivos universitários, analisados nesta dissertação, “o fato é que, com a abertura das universidades brasileiras a novos e maiores contingentes de estudantes negros, em grande parte admitidos pela política de cotas, os coletivos passaram a ser uma forma de aglutinação desses estudantes” (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020, p.313), tornando constante e crescente a conscientização política de determinados grupos de militância em busca de visibilidade e ações afirmativas resultantes em melhorias imediatas no seu cotidiano.

Esse movimento contínuo organiza grupos com interesses iguais, como por exemplo, o movimento LGBTQIA+, o movimento negro e o movimento feminista. É importante ressaltar que a juventude tem substancial participação em movimentos sociais. Coletivos como o Coletivo Negro Luíza Mahin, reiteram a sensação de acolhimento e realizam tentativas de abordar múltiplas pautas individuais de seus membros participantes, como por exemplo, Laiz, uma jovem bissexual que afirma se sentir segura dentro do Luíza Mahin e dentro da UNIRIO, por sentir que o movimento não a deixa ser afetada e ainda permite a fluidez de discussões que abordem a temática LGBTQIA+, em suas palavras:

*Laiz: Eu acho que na bolha da UNIRIO, eu vejo uma fluidez em viver a minha sexualidade sem os pré-julgamentos. De um modo geral, a gente não vive isso do lado de fora. Eu, particularmente, não vivo, e quando eu saio dela, até com as pessoas da faculdade, temos embates que aqui não existem. No carnaval eu quase bati em um cara que queria se meter no meio de um beijo lésbico de duas amigas. Aqui dentro, na minha bolha de amigos eu não vejo isso mas sei que ocorre. Tanto no meio negro, quanto no meio LGBT, eu não sou afetada. Mas lá fora eu já tive discussões terríveis porque há preconceito, não há respeito como sujeito ou como ser humano.*

A individualização dos movimentos sociais ocorre como forma de buscar equidade. Dentro do movimento LGBTQIA+, temos diversidade como o movimento trans, o movimento gay e diversas pautas divergentes. Cada grupo se une para alcançar direitos. A militância se torna coletiva, quando sujeitos em comum encontram apoio em suas pautas individualizadas.

Laiz fala sobre sua sexualidade a apoio dos colegas:

**Laiz:** *Desde muito nova, o meu grupo de amigos sempre foi muito presente nessa questão da sexualidade. Com 13 anos a gente falava “olha, sou bi” ou “olha, sou gay”, então eu nunca tive muito tabu com isso e também lá em casa minha mãe nunca teve tabu, não teve aquele pensamento de que a filha dela não poderia ser gay. E na faculdade eu vejo mais fluidez nisso, só na faculdade, quando eu saio dela já é outra história*

Assim como Laiz discorre abertamente sobre sua sexualidade e a vivência dela dentro da universidade, atualmente, os jovens da periferia e de classes desfavorecidas também se incluem no mundo digital e através da internet e de redes sociais, tem acesso a informações políticas, notícias e se engajam mais facilmente e se tornam sujeitos ativos e protagonistas nas lutas por direitos sociais em movimentos feministas, negros e com pautas LGBTQIA+.

No Brasil, nas últimas décadas, a força e a visibilidade política estavam em movimentos classistas tradicionais, como sindicatos e, no caso da juventude, em organizações nacionais estudantis, como Diretórios Centrais De Estudantes (DCE) e Centros Acadêmicos. No entanto, os movimentos sociais também foram se diversificando e surgiram dissidências a essas estruturas tradicionais de organização estudantil. Nesse cenário de diversidade de movimentos, estão os coletivos, formato mais novo e menos institucionalizado dos movimentos. Sobre coletivos, concordamos com os autores:

Com a abertura das universidades brasileiras a novos e maiores contingentes de estudantes negros, em grande parte admitidos pela política de cotas, os coletivos passaram a ser uma forma de aglutinação desses estudantes. De modo geral, pelo que observamos em reuniões presenciais, em conversas informais com estudantes ou em páginas de Facebook ou mesmo em gravações em audiovisual, aglutinam-se em coletivos aqueles que encontram na universidade se não um ambiente hostil, ao menos um ambiente em que sua presença é notada como discrepante — seja pela cor, pela condição econômica, pela formação cultural, pela orientação sexual, seja ainda pela origem territorial (especialmente das periferias dos grandes centros urbanos, do interior dos estados ou mesmo de outras regiões do país), isto é, algo frequentemente interpretado por esses alunos como sentimento de deslocamento. (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020, p. 313)

Atualmente, as redes sociais como, por exemplo, o *Facebook*, vem se tornando instrumento de organização e luta dos jovens. As políticas públicas inclusivas nas universidades também tiveram seu papel no quesito de mobilização das minorias jovens, promovendo diversas ações que acontecem dentro dos coletivos universitários e:

Nos ambientes universitários brasileiros dos dias que correm, são as novas entidades que se autodenominam coletivos que procuram agenciar, formar e organizar politicamente estudantes negros e cotistas, além de acompanhar a implementação das políticas de ações afirmativas e apoiar a carreira universitária estudantil” (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020, p.310).



A inclusão de jovens de classes sociais desfavorecidas, transexuais, indígenas, negros e outros grupos nas universidades, proporciona a possibilidade de um engajamento político e um ativismo em prol de interesses dos seus iguais. Ações como saraus, marchas, oficinas e coletivos, acontecem organizadas pelos próprios estudantes. A representatividade de décadas de movimento negro atinge as universidades e ganha espaço e voz com a militância jovem, um exemplo destas ações, neste caso, organizada pelo Luíza Mahin, foram as Calourada Pretas, na ata do coletivo, podemos acompanhar sua organização:

***Ata do coletivo:** Outra mobilização do coletivo também está no planejamento de uma calourada preta, no qual seria o acolhimento dos calouros e calouras, negros e negras, de forma fraterna e afrocentrada. Já que o coletivo, repudia a forma convencional que é dada em trotes aos calouros recém ingressados nas universidades - Esses mesmos trotes se sustentam em gincanas opressivas e depreciativas, ainda mais, aos poucos alunos negros destas Instituições que sumariamente vivenciam e denunciam casos de racismo ocorridos nessas ocasiões.*

Estas ações produzidas por estudantes negros universitários, como o exemplo do Luíza Mahin, onde o coletivo busca se distanciar das práticas costumeiras universitárias, procurando uma nova forma de fazer uma recepção de calouros, sem opressões e deprecições, fazem parte da experiência que os indivíduos constroem individual e coletivamente junto aos movimentos sociais e é fonte de saberes e sentidos que promovem mudanças na realidade social. Sobre estas experiências e novas mobilizações na UNIRIO, concordamos com a seguinte afirmação:

Aprofundando-se no perfil do movimento universitário nas universidades públicas, Stephanie Lima (2019) demonstra que a questão racial tem ganhado força entre as populações lgbt nas Instituições de Ensino Superior (ies) públicas, indicando que as experiências e identidades dos estudantes cotistas perfazem múltiplos pertencimentos, os quais são interseccionados em suas formas de mobilização na universidade (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020, p.313).

Essa experiência é formada no cotidiano, a partir das estratégias e obstáculos que se apresentam aos ativistas, bem como as redes de solidariedade que estabelecem entre si, fornecendo instrumento para que grupos sociais interpretem a própria realidade e criem “fazeres propositivos”, produzindo representações simbólicas alternativas e positivas que fortalecem o sentimento de pertencimento e agência em seus membros (GOHN, 2001).

Assim, os movimentos sociais se apresentam como espaços onde grupos sociais socialmente excluídos podem projetar suas idealizações de vida e justiça social, reivindicar direitos e lugares onde grupos e indivíduos constroem suas subjetividades e identidades, se inserindo no mundo em que vivem como sujeitos ativos. O surgimento desses sujeitos se articula

com a concepção de identidade pós-moderna proposta por Stuart Hall (2006). A expansão europeia impôs a diversos grupos humanos uma forma de classificação e organização social cristalizada em torno de identidades fixas, supostamente naturais, que determinavam o lugar social ocupado pelos indivíduos. Entretanto, o desenvolvimento histórico e a complexificação das sociedades modernas foram acompanhadas por um amplo e diverso movimento de resistência não só à dominação política e econômica, mas da desumanização imposta, fazendo emergir construções discursivas alternativas à ideologia dominante que buscam ressignificar as marcações da diferença. Sobre sujeitos, Maria da Gloria Gohn (2013) elabora:

Para que o assunto não fique abstrato ou algo metafísico, ou algo de devir a ser, é bom lembrar que os sujeitos coletivos são frutos da articulação de sujeitos individuais. Por sua vez, esses indivíduos são carregados de individualidade (que não pode ser confundida com individualismo, algo egocêntrico que pode ser até autoritário). A individualidade diz respeito à forma como os indivíduos elaboram as pertencas herdadas (de raça, sexo, idade, cultura local, religião ou credos, nacionalidade, língua materna etc.) com suas experiências de vivência e convivência com o outro. (GOHN, 2013, p. 18)

A importância do sujeito ao analisarmos os movimentos sociais é considerada por Gohn (2013) como fundamental, uma vez que nos permite localizar os indivíduos em seu contexto social – membro de uma classe, etnia, gênero, nacionalidade – e reconhecer seu papel na construção da realidade a partir de suas interações com outros sujeitos e com o mundo. Bem como, nos possibilita abordar suas trajetórias políticas e sociais a partir de uma perspectiva interseccional, que reconhece a incidência de múltiplos eixos de opressão, bem como a possibilidade de um mesmo indivíduo atuar a partir de diferentes categorias de identificação de acordo com as demandas que emergem de seu contexto social.

Esses sujeitos que aqui abordamos são mulheres negras ativistas, membros do Coletivo Negro Luíza Mahin. Para entendermos o local dessas mulheres dentro do coletivo, não podemos desvincular a ideia de que são sujeitos que se identificam com uma ou mais causas políticas e sociais, os coletivos são uma forma de movimento social e seus sujeitos pertencentes possuem motivações que incluem raça, classe e gênero para a entrada no coletivo, sobre ativistas, concordamos com Guimarães, Rios e Sotero (2020):

À diferença das entidades tradicionais, os coletivos seriam marcados por um novo ideário organizacional mais horizontalizado, por novo repertório de ação, pelo uso sistemático de redes sociais da internet, recusando-se a denominar-se militantes, como nos partidos e sindicatos, e preferindo intitular-se ativistas. (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020, p.311).

É importante ressaltar que, assim como as noções de sujeito e de identidade, os movimentos sociais não podem ser encaixados em modelos fixos e estáveis, uma vez que apresentam formatos, reivindicações, estratégias e pontos de vista diversos. Assim, a análise dos movimentos sociais e seus sujeitos leva em conta as especificidades dos movimentos: seus conflitos, articulações e trajetória histórica. No decorrer do tempo, os movimentos sociais produziram novas realidades, mas também precisaram se adaptar e responder às transformações conjunturais, o que resultou em uma reformulação interna e externa de suas dinâmicas.

Devemos levar em conta, também, as especificidades dos movimentos, seus conflitos, articulações e a posição social ocupada por seus atores, uma vez que “essas diferenças traduziram-se nos repertórios de ação coletiva disponíveis a esses diferentes grupos” (GOIRAND, 2009, p. 330). No Brasil, os movimentos sociais vêm reivindicando o direito à memória e reinterpretando as narrativas históricas oficiais a partir da reivindicação de um legado histórico de resistência que, geralmente, toma como marco referencial a colonização. Para Camille Goirand (2009), a especificidade dos chamados “novos” movimentos sociais está em sua estrutura fragmentada, territorializada e instável. A classe, categoria central nos movimentos tradicionais e “antigos”, aparece diluída frente a diversidade de valores e representações que priorizam o debate em torno da distribuição do poder e recursos, da justiça social e dignidade humana. Portanto:

À primeira vista, a “novidade” dos movimentos sociais surgidos na década de 1980 e depois na de 1990 residia aparentemente em características ao mesmo tempo organizacionais e ideológicas. Menos estruturados que os movimentos operários tradicionais, afirmando sua vontade de autonomia em relação ao Estado, aos partidos e à maioria dos sindicatos, eles não se apoiavam exclusivamente nas relações de produção ou de classe, contestando também a ordem social existente com base em reivindicações não materiais. A observação dessas mobilizações deu ênfase, desse modo, à sua ligação com a mudança dos valores e clivagens sociais dominantes, assim como às construções identitárias específicas por elas favorecidas. Essas duas abordagens, pelos valores e as identidades, foram amplamente adotadas pelos analistas latino-americanos. (GOIRAND, 2009, p. 333)

Não é, portanto, uma relação de oposição entre movimentos sociais “antigos” – operários, sindicatos e partidos políticos; centralizados na categoria de classe – e “novos” – caracterizados pela primazia das identidades culturais, mas de uma nova forma de “fazer política”, de intervir na realidade social. Os novos movimentos sociais latino-americanos propuseram formas alternativas de compreender a democracia, interpretar a cultura e as práticas sociais, muitas vezes vinculando questões socioeconômicas com outras como religião, cultura, etnia, território

etc. O político deixou de ser uma esfera separada, para permear todos os aspectos da vida e organização social.

Historicamente, a reinterpretação das noções de cidadania e democracia acompanhou o processo de reabertura política no continente americano. Observa-se o declínio do regime militar a partir do fim da década de 1970, com a anistia dos exilados políticos em 1979, processo que só se finalizou em 1988, com a Constituição da Nova República. A transformação institucional e política aconteceu simultaneamente com a reestruturação e surgimento de mobilizações populares impulsionadas pela possibilidade de atuar de forma mais assertiva na construção da nova democracia.

Questões cotidianas e “privadas” – como o direito à moradia e a violência doméstica – foram politizadas e inseridas no debate público ao mesmo tempo que o acesso desigual aos direitos e benefícios da cidadania era caracterizado como ilegítimo e injusto (GOIRAND, 2009). Dessa maneira, grupos como mulheres, negros, LGBTQIA+ passaram a atuar na esfera política através de estratégias que se embasavam nas políticas da diferença, extrapolando a questão socioeconômica e reivindicando uma alteração na própria cultura. Segundo Bem (2006):

A década de 1980 foi das mais significativas não apenas por ter marcado o início do fim do regime ditatorial; foi também uma das mais frutíferas do ponto de vista da pluralização dos movimentos sociais, que passaram a abranger várias novas temáticas, como a questão das mulheres, dos negros, de crianças, dos índios, do meio ambiente etc. O Movimento Diretas-Já demonstrou, pela força e determinação, que o “povo” brasileiro não tinha mais fôlego para suportar as atrocidades do regime que havia se instalado em 1964. Levou irremediavelmente ao fim da ditadura, fortaleceu a Sociedade Civil, aumentando a sua autoestima e originando, no período entre 1985 e 1988, o amplo movimento pela Constituinte, responsável pela nova Carta Constitucional (1988), que introduziu vários dispositivos centrados na garantia de direitos sociais. (BEM, 2006, p. 1151-1152)

Reconhece-se, no entanto, a impossibilidade de, neste trabalho, apresentar de forma detalhada as experiências e o legado histórico de resistência e mobilizações populares na América Latina desde suas primeiras manifestações. No caso do Brasil, os movimentos sociais vêm reivindicando o direito à memória e reinterpretando as narrativas históricas oficiais a partir da reivindicação de um legado histórico de resistência que, geralmente, toma como marco referencial a colonização.

Apesar de considerar essas reivindicações legítimas, enfoca-se no processo de reestruturação e emergência dos movimentos sociais brasileiros a partir do fim da década de 1970, se consolidando ao longo dos anos 1980 e 1990. Partilhando da concepção de Gohn

(2011), que define movimentos sociais como as ações coletivas de caráter social, político e cultural que permitem que a população se organize e se mobilize em torno de demandas e reivindicações. Essas ações podem ser em forma de denúncia, passeatas, atos de desobediência civil, negociações com outros grupos sociais etc. Atualmente nos deparamos com novos formatos, estratégias e ferramentas de ativismo político, principalmente por causa do desenvolvimento das novas TICs (tecnologias da informação e comunicação). A adoção das TICs, em particular as redes sociais, amplia as possibilidades de conexões a um nível que talvez seja possível falar em movimentos virtuais.

Para Gohn (2011), o paradigma latino-americano constitui uma posição estratégica, uma vez que o que marca a singularidade dos movimentos latino-americanos está nas experiências concretas de mobilização, e não nos pressupostos teóricos. Apesar de reconhecer a ampla diversidade de abordagens teóricas, a autora identifica cinco eixos analíticos nos trabalhos sobre movimentos sociais na América Latina (GOHN, 2011). Primeiro, as teorias que partem de reflexões sobre a cultura e a construção das identidades, tendo como centrais a noção de pertencimento, aspectos da subjetividade e cultura.

Em seguida, as teorias que destacam a Justiça Social a partir de questões de reconhecimento da diferença e da desigualdade e na redistribuição, com forte influência da Escola de Frankfurt. O terceiro eixo concentra as teorias que enfatizam a resistência e a autonomia dos movimentos na construção de novas concepções e organizações sociais, essa abordagem adota uma posição crítica à ideia de integração social através das políticas públicas, uma vez que resulta em uma burocratização e em uma cidadania “tutelada”, marcada por uma relação de dependência com as instâncias de poder.

O quarto eixo diz respeito às teorias pós-coloniais ou das racionalidades alternativas; nelas, o conhecimento ganha um enfoque privilegiado, entendido como a base do domínio político, econômico, cultural e social e com raízes na colonização do século XVI. Por último, a autora discute as teorias voltadas para a institucionalização, analisando os vínculos e redes entre os indivíduos, embasadas pelas noções de privação social.

### **3.3.1 Tensionamentos e movimentos para a permanência das estudantes negras universitárias**

Refletindo sobre os estudos e afirmações de Gohn (2011) acerca dos movimentos sociais no Brasil, concluímos que, de fato, os anos 80 foram propícios para o campo dos movimentos

sociais e os anos 2000 foram tão importantes quanto para uma ampliação dos movimentos sociais em ambientes universitários. O movimento negro e feminista se torna mais marcante junto com as ações afirmativas e a política de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. Sobre a política de cotas e a adesão das universidades públicas brasileiras, os autores discorrem:

A ufba foi uma das primeiras universidades a adotar uma política de cotas raciais para ingresso: em 2004, estabeleceu um patamar mínimo de 42% de ingressantes negros por curso a cada ano. A usp, ao contrário, apenas recentemente adotou uma política de cotas: o número de estudantes negros matriculados por ano aumentou de 11%, em 2007, para 25,7% em 2019. A UFF, por sua vez, também tardia na adoção de cotas raciais, viu, entretanto, o número de alunos negros admitidos por cotas nos últimos anos dar um salto fantástico: de 407, em 2014, para 7.761, no segundo semestre de 2018, ou seja, um crescimento de 1.906%.” (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020, p.310).

De fato, a política de cotas e a expansão das ações afirmativas, esta sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 2012<sup>14</sup>, expandiram o debate racial dentro das universidades, “o ambiente político de forte mobilização civil nas ruas deu visibilidade às formas de organização que vinham sendo gestadas em diferentes espaços sociais, dentro e fora das universidades públicas brasileiras” (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020, p.311), ao longo dos anos, o número de estudantes negros cotistas aumentou em universidades públicas, esse aumento significativo trouxe junto com ele uma demanda racial e social abordada por estes estudantes, a popularização e a busca por coletivos negros e feministas ocasiona determinadas tensões no campo universitário nunca vistas antes.

Fernanda reflete sobre isso durante nossa conversa:

**Fernanda:** *Eu sou estudante do 5º período de Pedagogia e sempre soube que eu era preta, mas eu não me entendia negra na totalidade do ser negro porque eu não frequentava espaços de racismo. Eu fui passar por isso quando eu vim para a universidade, eu cheguei aqui pelas cotas raciais e descobri o não pertencimento. Após essa descoberta, eu comecei a perceber os movimentos sociais dentro da universidade, acho que é algo um pouco cultural, porque os negros chegam aqui e acabam se juntando e se movimentando dentro dos coletivos.*

Uma dessas tensões, que talvez tenha sido o ponto inicial para a criação da maioria dos coletivos negros, onde se encontram mulheres feministas negras e ativistas, é a aplicação da política de cotas raciais universitárias. Inúmeros estudantes negros recebem denúncias de fraudes nas cotas raciais, ou seja, de estudantes fenotipicamente brancos tentando se passar por estudantes fenotipicamente negros, para então adentrar a universidade através de cotas raciais.

---

<sup>14</sup> [LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.](#)

As fraudes nas cotas raciais, e de classe, universitárias são um assunto conhecido, devido ao aumento no número de casos ao longo dos últimos anos. Essas estudantes negras, membros dos coletivos, muitas vezes participam de comissões de heteroidentificações raciais, a presença de estudantes negros, representados em suas maiorias por membros de coletivos negros universitários, dentro desses comitês, demonstra uma grande conquista para os coletivos universitários negros e para a população jovem e ativista em geral, principalmente por mulheres negras, que são constantemente hostilizadas por seus cabelos crespos, que ouvem comentários racistas sobre seus fenótipos negros, e que encontram nos comitês de heteroidentificação uma espécie de justiça social:

No campo das reivindicações, uma pauta comum dos coletivos negros é supervisionar a aplicação da política de cotas, garantindo reserva de vaga a candidatos fenotipicamente negros (pretos e pardos). Essa pauta é de certo modo incorporada aos coletivos em sua interação com a sociedade civil (outras organizações negras) e com o Estado (em particular o Ministério Público). O estabelecimento de comissões de heteroidentificação racial surge como a principal demanda, com base no argumento da existência de “fraude nas cotas”, compreendida como falsidade na declaração racial por pessoas brancas, ou seja, pessoas que não são socialmente negras ou indígenas e que usariam de má-fé no processo seletivo para conquistar uma vaga pública, uma vez que a única exigência para acessar a política seria a ficha de autodeclaração. Sem mecanismos de controle de possíveis burlas, a burocracia universitária se viu pressionada pelas ações coletivas estudantis. (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020, P.318)

As comissões de heteroidentificação ainda são um assunto polêmico em alguns cursos e universidades, causando protestos por parte de alunas e alunos negros e cotistas, esses protestos muitas vezes acabam na sala das reitorias universitárias. E os estudantes cotistas, que muitas vezes passam por situações de racismo cotidiano, seguem verbalizando os seus descontentamentos, que ocorrem muitas vezes com outros colegas ou com o corpo docente:

***Marina:** Aconteceu uma situação aqui na UNIRIO: uma professora começou a falar que as pessoas tinham que casar para cima, que as pessoas tinham que casar com gente que era branca, que não era vendedor de pipoca ou camelô. Então ela disse que isso era muito difícil aqui no Brasil, porque todo mundo aqui tem um pé na... eu achei que as pessoas não iriam complementar a frase, mas todo mundo respondeu: na cozinha! E começaram a gargalhar... isso aconteceu logo assim que eu entrei, eu fiquei assustada e nervosa, eu saí da sala e fui chorar no banheiro porque eu sei que na verdade eles queriam falar na senzala.*

Ainda sobre racismo cotidiano e normatização de situações racistas, Laiz também relata:

***Laiz:** Teve um dia que uma mulher aqui meteu a mão no meu cabelo e eu quase bati nela! Muita coisa também eu não via como racismo antes de entrar aqui na universidade. Eu estava vendo uma publicação do Facebook com meus amigos, e os meus amigos me chamavam de Ana Maria Braga da Angola, ou então de moreninha da cor de café, e na época eu lembro que eu ria pra caramba disso e a gente não tinha*

*a conscientização de que era errado. E quando fomos rever a publicação no Facebook o meu colega falou “cara, o quanto racista eu era!”.*

Tensionamentos como estes são comuns em outras universidades e ambientes acadêmicos onde se encontram coletivos negros e feministas. Outras ações como participações em “calouradas”, onde os estudantes dos coletivos recebem novos estudantes cotistas, forte presença nas redes sociais, encontro de estudantes negros e encontros de coletivos negros, e até mesmo denúncias ao Ministério Público, no caso das “fraudes nas cotas”, também são realizadas. No Encontro de Estudantes e Coletivos Negros Universitários, realizado em 2016, na UFRJ, foi formulada uma Carta de Princípios com fundamentos para orientação dos coletivos:

Primeiro, definiu-se como negro(a) “todo aquele que possui em suas características fenotípicas, como cor da pele, rosto, cabelos que caracterizam a raça negra sendo um fator determinante da sua identificação social”. Depois, foram elencados seus princípios péticos: (a) a afrocentricidade, que eles entendem como “método político”, explicitando a seguir: “compreendemos a inaplicabilidade de todo e qualquer método que destoe da perspectiva afrocentrada tendo como egi de formas de relação política condicionadas por sindicatos ou encontros governistas, tais qual como conferência e métodos utilizados em congressos sindicais e movimentos estudantis ditos tradicionais que atuam sob base eurocêntrica”; (b) o suprapartidarismo, que significa não alinhamento ou dependência financeira com nenhum partido político ou entidade a eles ligada; e o alinhamento “contra todas as formas de opressões”, em que se listam “lgbtphobia, machismo e sexismo” (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020, P.314).

A carta definida pelos estudantes, no encontro que ocorreu na UFRJ, demonstra organização, padronização de princípios, comprometimento e seriedade por parte dos coletivos. A definição do “ser negro” para esses coletivos implica em ativismos que ocorrem em diversas universidades, estes se comprometendo na luta anti fraudes, na afrocentricidade que valoriza a estética negra e traz para a pauta questões emergentes, como as discussões curriculares. O Coletivo Negro Luíza Mahin esteve presente na construção do EECUN – 2016, em uma de suas atas, os estudantes discorrem:

**Ata do coletivo:** *Decidimos somar forças na construção do EECUN (Encontro de Estudantes de Coletivos Universitários Negros). Um evento que tem como princípio: a afrocentricidade; o suprapartidarismo e a auto-gestão. A UFRJ sediará algo histórico, nunca veremos tanto negras e negros num só espaço universitário e precisamos da força de cada um presente deste coletivo para materializarmos esse nosso sonho. Será exaltando a aproximação de barreiras entre os coletivos mais distantes do Brasil, teremos ciência como eles estão se articulando entre si. Discutiremos o porquê e qual o critério para termos apenas 30% das vagas nas faculdades, se somos 53% da população brasileira. Pensaremos modos de atuar diante a essa questão. E acho que o mais importante do evento, que acontecerá nos dias 12, 13 e 14 de maio de 2016, é a proposta de como nós como universitários*



*podemos restabelecer a base da nossa população; a nossa formação e pesquisas acadêmicas tendo o enfoque num retorno social.*

A ata do coletivo e a existência do EECUN, demonstram que estudantes negros procuram apoio uns nos outros, em busca de estabilidade e permanência, algo que a universidade já deveria proporcionar. Os coletivos são novos movimentos sociais, mas aqui, os coletivos negros surgem quase como um grito sufocante de permanência. Pensar sobre a importância da coletividade nos ambientes universitários se torna indispensável ao pesquisar sobre o papel de estudantes negras em coletivos. As ações e movimentações em torno do EECUN, feitas pelo Luíza Mahin, demonstram o caráter ativista dos estudantes:

**Ata do Coletivo:** *Na construção do EECUN, aquelas(es) que estão dispost@s a ser articuladores há um grupo no facebook, tanto na articulação nacional, quanto a estadual. As reuniões nacionais serão via Skype. Enquanto as reuniões regionais/estaduais serão presenciais.*

**PRECISAMOS PLANEJAR MEDIDAS DE CAPTAÇÃO FINANCEIRA PARA O EECUN.**

*Uma das propostas de obter grana e também associada a uma ideia de interação a(o)s nov@s calour@s foi a de realizar uma festa na semana da consciência negra.*

Ao visualizar a movimentação do Luíza Mahin em torno do EECUN, se torna inquietante e desafiador pensar: o que significa se organizar em termos de um coletivo? Quais as aproximações e afastamentos com outros formatos organizativos estudantis? A necessidade de um encontro apenas de coletivos negros, demonstra a individualidade deste movimento, se torna improvável não refletir sobre as motivações destes grupos ao se acolherem. Quando grupos marginalizados se juntam, a sensação do coletivo é uma espécie de segurança onde o apoio mútuo favorece a construção de um movimento social.

Sobre isto, Laiz comenta:

**Laiz:** *Lá fora não vai ser assim, eu sei que eu posso estar andando de mãos dadas com a minha namorada na rua e não vai ser visto como algo normal, na UNIRIO a gente anda, vamos nas festas e é normal, mas sei que não é uma realidade. Meus amigos aqui me dão apoio, é o que a gente fala aqui no coletivo Luíza Mahin, tem brigas que eu não entraria se eu não soubesse que eu tenho alguém atrás de mim, que é o coletivo negro*

Dentro das universidades e espaços escolares, os movimentos sociais apoiam e ajudam as estudantes negras. Mulheres negras, trans, a comunidade LGBTQIA+, encontram seus espaços na coletividade. A inclusão de transexuais, como a jovem Maria Clara Araújo<sup>15</sup>,

---

<sup>15</sup> [contatomariaclaraaraujo@hotmail.com](mailto:contatomariaclaraaraujo@hotmail.com)

estudante de pedagogia na UFPE, militante negra, que se declara transfeminista<sup>16</sup>, e foi uma das primeiras mulheres transexuais ativistas da atualidade a entrar em uma universidade federal no Brasil, por meio de cotas raciais, nos mostra como os diversos grupos ganharam seus espaços dentro e fora das universidades. Questiono Laiz, se ela tem conhecimento de outros coletivos dentro da UNIRIO, que sejam pautados em causas LGBTQIA+:

**Laiz:** *Há uns dois anos ou três anos aqui teve uma pré-construção de um coletivo LGBT com o pessoal de Ciências Política, até que rolou umas duas ou três reuniões, mas eu não estava presente, mas daqui da Pedagogia, eu não vejo nenhuma organização seguindo essa vertente política.*

Sendo pautadas ou não por movimentos estudantis, esses jovens, participantes de coletivos, exigem recortes sociais e raciais, que respeitem a sua sexualidade e que demonstrem que cada indivíduo possui interesses distintos e pode lutar por si em busca de visibilidade e respeito por suas pautas:

Essa juventude — em sua grande maioria egressa de escolas públicas, muitas vezes os primeiros a obter diploma universitário na família —, longe de negar sua origem social ou racial, diluindo-se em organizações estudantis clássicas ou buscando viver no anonimato, articula-se de forma autônoma no meio universitário.” (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020)

O movimento negro é um grande exemplo, atualmente tem atingido inúmeras jovens negras e estudantes, que se organizam em debates sobre racismo e preconceitos cotidianos. Diversas situações de racismo têm sido expostas em redes sociais através de blogs, sites e organizações. Como por exemplo, o portal do Gelédes<sup>17</sup> - Instituto da mulher negra. Fundado em 1988, o Gelédes tem grande visibilidade nas redes sociais e é pioneiro em denúncias de racismo. Quando peço para Laiz se apresentar e questiono sobre o espaço do movimento negro dentro da universidade e pergunto sobre como é fazer parte de um movimento negro que luta em prol das minorias, logo ela rebate:

**Laiz:** *Eu tenho 23 anos, sou estudante do curso de Pedagogia na UNIRIO, estou no 8º período e não me considero minoria. Isso é um dos debates que eu só fui descobrir dentro do coletivo e que eu ainda estou fomentando, muita coisa eu ainda estou fomentando aqui. A questão das minorias é que elas não são minorias em si, muito pelo contrário, em números elas são muito maiores do que a própria linha do opressor. Aqui dentro da universidade, eu não me reconhecia como mulher negra até entrar aqui.*

---

<sup>16</sup> Consultar para fontes acadêmicas sobre transfeminismo <http://transfeminismo.com/academico/>

<sup>17</sup> Géledes é uma organização política de mulheres negras, incluindo Sueli Carneiro, doutora em educação pela Universidade de São Paulo (USP). [www.geledes.org.br](http://www.geledes.org.br)

*Caroline: Me explica um pouco mais sobre não se considerar uma minoria*

*Laiz: Essa questão de minorias, quando você fala sobre negros, nós somos a maioria na população, ponto. A questão são os negros dentro desses espaços até então dominados por brancos, então essa expressão minoria não é legal, não é minoria. A questão aí é a invisibilidade, a dificuldade de acesso, porque são coisas diferentes. Então você não pode falar que os negros são minoria, não somos.*

A fala de Laiz se faz necessária para repensarmos o uso de certos termos quando analisamos movimentos sociais, levar em consideração a opinião da jovem e principalmente, respeitá-la, Laiz não quer ser vista e nem tratada como minoria, importante destacar aqui, que ter voz e ser ouvido em sociedade é também dar voz ao outro e fazer o seu semelhante se sentir seguro, sentir que suas demandas serão ouvidas e que suas lutas por igualdade e equidade não serão em vão. Compreender questões como essas foram as motivações deste trabalho acadêmico. A criticidade presente nas conversas e nas reflexões que esta pesquisa acompanha, demonstra um fato que merece ser apontado e analisado: a construção de uma identidade racial acontece muitas vezes a partir de um determinado engajamento político, social ou pessoal.

Ainda sobre o termo “minorias”, Laiz discorre:

*Laiz: Eu vejo muito mais a ideia desse termo de passar uma idealização de controle, já que você é uma minoria, então você não tem como lutar contra essa maioria, então você mantém um nível de opressão, do que realmente sermos minoria*

Jovens como Laiz, buscam uma vivência estudantil que rebata opressões em seu cotidiano, com isso, querem ocupar espaços que são seus por direito. Com um maior interesse por assuntos étnicos, acontece a cobrança por um espaço estudantil que permita que esses indivíduos debatam sobre raça, e sobre conceitos que até então, eles afirmam que só encontram disponíveis em debates nos coletivos participantes. Assim, indivíduos – mulheres, homens, jovens – tornam-se sujeitos e como sujeitos clamam pela valorização de suas vivências e por um ambiente que escute a sua voz, além disso:

Um segundo ponto crítico de estranhamento e deslocamento entre os estudantes e o novo meio universitário é a ausência de uma política sólida de permanência que contrabalance a falta de recursos materiais da grande maioria dos cotistas. Estes geralmente moram longe das universidades, têm pouco recursos para compra de material escolar, precisam trabalhar para se sustentar e, às vezes, sustentar a família. (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020, p.321)

Esta afirmação concorda com o que podemos encontrar na fala das participantes, que sinalizam a falta de apoio e recursos para a sua permanência no ambiente universitário, apresentar o processo de ativismo a partir da perspectiva de estudantes negras serve como forma de reconhecimento e valorização de suas vivências tão singulares. Pensar as trajetórias ativistas

desses sujeitos, ajuda assim a iluminar movimentos coletivos que têm surgido cada vez com mais frequência nos campus universitários, em um momento específico da universidade pública e são um bom sinal da atividade democrática, sobretudo ao inventarem novos formatos organizativos, questionando os modelos tradicionais de organização estudantil, como os Diretórios Acadêmicos (DA) ou Centros Acadêmicos (CA), concordando assim que:

Talvez a característica mais marcante da ruptura com os coletivos mais tradicionais seja a quebra de hierarquia de gênero, que se refletia no perfil cis-heteronormativo das lideranças, já que muitas lideranças desses coletivos são mulheres, gays ou lésbicas, o que também pode se justificar pelo fato de as mulheres serem maioria nas instituições de Ensino Superior no Brasil (Inep, 2019). Além do mais, há, de fato, diálogo, mas também distanciamento geracional e diferenças ideológicas em relação a lideranças de organizações tradicionais. (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020, p.312-313).

Sobre organizações tradicionais, podemos afirmar que em praticamente todas as universidades já existe um DCE (Diretório Central de Estudantes). Mas por que determinados alunos sentem a necessidade de criar seus próprios espaços?

Questiono Fernanda sobre a existência de um DCE na UNIRIO e sobre o motivo do coletivo não ser parte integrante dele:

**Caroline:** *Mas e o DCE? Não é um movimento estudantil? O que você acha que motivou a criação do Luíza Mahin, se já existia um DCE aqui?*

**Fernanda:** *As pessoas que por regra ou por tradição constituem um DCE de uma universidade federal, principalmente da zona sul, não têm as mesmas demandas que os outros alunos mais novos, os cotistas e os negros. Eles não atendem nossas pautas porque eles simplesmente não têm as mesmas necessidades que nós temos. Como, por exemplo, o bandejão. Não tivemos apoio do nosso DCE para essa demanda, tivemos alguns comentários de membros falando que já tínhamos recebido auxílio-alimentação e não precisávamos ficar de “mendigarias”, exigindo bandejão. Um estudante elitista, que almoça aqui na Urca, ou que almoça em Botafogo ou no Rio Sul, acha que para eu que vim de Realengo e vou ficar até às 22 horas da noite na faculdade, o bandejão é “mendigaria”*

**Caroline:** *Então o que diferencia o Luíza Mahin do DCE?*

**Fernanda:** *Os coletivos negros, com pautas feministas, se diferenciam do DCE porque funcionam como uma forma de aquilombamento. Não existem coletivos para homens brancos, bem-nascidos na zona sul, para eles tem o DCE. Precisamos de coletivos para negros, cotistas, mulheres, que são o tempo todo desrespeitadas e assediadas no ambiente acadêmico, sejam por alunos, professores ou técnicos administrativos*

Fernanda traz pontos profundos para serem analisados e repensados. Para esta estudante negra, o motivo de não fazer parte de um DCE é praticamente óbvio: não atendem as pautas dos estudantes cotistas e negros. Além de não atender suas pautas, ainda existe certo conflito com o DCE, quando os estudantes do coletivo fazem exigências para a sua permanência na universidade, como exemplo, a exigência do bandejão, segundo Fernanda, o DCE se mostra contrário a esse pedido, demonstrando certa falta de empatia e entendimento com os estudantes

negros e cotistas, oriundos de classes desfavorecidas e que necessitam de um espaço para alimentação durante o seu período na faculdade.

Além das exigências básicas de permanência, os coletivos também demandam um maior espaço na universidade para os seus assuntos, algo que pode ser entendido como a necessidade de uma determinada cientificidade em suas pautas, ou seja, que os assuntos do coletivo sejam partilhados em sala de aula como conhecimento científico. Além, é claro, como uma forma de legitimação dessas vivências, em um processo complexo onde a prática e a teoria se retroalimentam. E até mais, os debates teóricos ainda não incorporaram as novas tendências presentes nos movimentos sociais.

Algumas dessas novas tendências teóricas são constantemente debatidas em coletivos negros, rodas de conversa, feminismo negro, movimentos negros em geral. Podemos observar nos depoimentos, através das menções constantes a debates raciais contemporâneos, que os membros desses movimentos se queixam por suas pautas estarem fora da academia e de não serem presentes nas salas universitárias devido aos currículos de seus respectivos cursos, “conhecimentos não europeus, de outras regiões do planeta, e saberes dos meios populares de onde esses alunos provêm são cotidianamente menosprezados pela instituição universitária” (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020), sendo assim, os coletivos são contra essa banalização da cultura negra, usada meramente para fins comerciais, que o movimento se contrapõe, exigindo, isso sim, reconhecimento da desigualdade e reparação, na forma de políticas afirmativas e da inclusão de debates raciais em sala de aula.

A necessidade de debates raciais se faz presente justamente por conta de situações de racismo cotidiano vividas pelas estudantes, talvez a carência destes saberes dos meios populares e de conhecimentos não europeus, pudessem expandir estas questões aos estudantes brancos e diminuir episódios de racismo cotidiano, denunciados pelas estudantes.

Sobre episódios de racismo, Laiz relata:

**Laiz:** *E eu só me reconheci como mulher negra quando eu comecei a andar com duas outras mulheres negras que entraram comigo, mas que eu considero veteranas porque são mais velhas do que eu. E aí nós estávamos sentadas aqui (Subsolo do CCH da UNIRIO) eu e essas duas amigas, na mesa conversando sobre coisas da faculdade. Isso aqui estava cheio, cheio, cheio mesmo de pessoas brancas. Uma mulher branca desceu e ela olhou para todo mundo aqui, pegou uma vassoura, atravessou até a gente e perguntou: “você sabe onde é que está o pessoal da limpeza?”. A gente só se olhou e não respondemos, ignoramos ela. E foi um dos primeiros momentos em que eu pensei: Cara, aqui nessa universidade eu não sou apenas uma estudante, na verdade eu nem sou lida como uma estudante, mesmo tendo a pele mais clara, eu não sou vista somente como estudante.*

Já sabemos que mulheres negras, quando se encontram com sua identidade própria, passam por provações e dificuldades no convívio social. No caso de Laiz, podemos identificar um episódio de racismo genderizado (KILOMBA, 2020). Laiz estava sentada com suas colegas negras, em um ambiente universitário, com outros estudantes universitários, porém, os outros estudantes eram maioria e todos *brancos*. A estudante *branca*, com uma vassoura na mão, podendo se direcionar para tirar sua dúvida com qualquer outro estudante *branco* presente, vai em direção de Laiz e suas colegas, que também eram negras, para perguntar se elas sabem onde estão os funcionários da limpeza. Laiz então percebe, que não era vista somente como uma estudante, pois no meio de inúmeros estudantes *brancos*, ela foi a escolhida e lida não somente como uma mulher negra estudante, mas como uma mulher negra “da limpeza”. Sobre racismo genderizado, Kilomba (2020), também analisa um episódio e traz algumas reflexões importantes:

Analicamente, é difícil determinar em detalhes o impacto específico tanto da “raça”, quanto do gênero, porque ambos estão sempre entrelaçados. Mas o que aconteceria se mudássemos a “raça” e o gênero das personagens? E se o cenário fosse composto por um homem *branco* e uma menina *branca*? Ele teria perguntado se ela serviria ele e sua família? Ele teria considerado a menina *branca* uma servente? Ou apenas uma criança? E se a ênfase estava no gênero, então como a esposa, uma mulher como eu, poderia me “possuir” como serva, e não ser uma serva ela mesma? Se como mulheres nós somos iguais, como ela poderia se tornar minha sinhá virtual e eu a *escrava* figurativa? (KILOMBA, 2020, P.95)

O conceito de racismo genderizado, tratado na obra de Kilomba (2020), pode ser vivenciado por estudantes como Laiz e outras participantes do coletivo, devemos então refletir sobre como estas estudantes poderiam então romper as barreiras da sensação de não-pertencimento, acometidas pelas opressões que o racismo e o machismo podem causar na vida de um indivíduo? Seguindo estas reflexões, concluímos que a coletividade pode ser uma das soluções que apaziguam as demandas e desafios para essas mulheres. O suporte dado pelo coletivo para estas demandas é único e talvez não seja encontrado em outra parte da universidade. Estas reflexões conduziram esta pesquisa à necessidade de discutir o feminismo, movimentos negros e outras demandas sociais a fim de contextualizar a historicidade e atualidades que envolvem as pautas e questionamentos apontados aqui. É necessário pensar no impacto da construção de uma identidade racial na vida dessas mulheres e na luta contra as opressões sociais diárias.

Sobre a coletividade em espaços acadêmicos demandados por estas mulheres, concordamos que:

O certo é que esses estudantes visam criar um espaço próprio, onde possam construir e exercer algumas das múltiplas formas de representar as identidades negras. Ou seja, constroem o coletivo como um espaço onde criem, celebrem e cultivem sistematicamente uma história do protesto e da mobilização negra no Brasil e no mundo — uma história diaspórica, pois —, onde expressem uma sensibilidade e uma estética próprias, e onde se organizem para reivindicações específicas — em particular contra as discriminações percebidas no sistema universitário e em favor de um currículo que contemple a experiência negra. Ademais, a própria forma de acesso ao Ensino Superior e seus desdobramentos parece ter se tornado a agenda preferencial desses coletivos. (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020, P.312)

De fato, estas estudantes que fizeram parte desta pesquisa visam criar seu espaço próprio, mas não somente isto, a necessidade de uma abertura acerca de debates étnico raciais se mostra alarmante na fala das estudantes. O ingresso de alunas negras e estudantes de colégios públicos foram se ampliando ao longo dos últimos anos, principalmente através de políticas públicas de ações afirmativas. Admitindo a política de cotas a universidade recebe uma diversidade maior de estudantes negros e de escolas públicas. Porém, não basta apenas admitir o ingresso de determinado núcleo de estudantes, a universidade também precisa ser capaz de manter e apoiar esse estudante durante o seu percurso de graduação.

Sobre apoio e permanência na universidade, Carmela me relata:

**Caroline:** *Então você acha que a universidade te acolhe? Como uma mulher negra, você acha que é fácil continuar estudando aqui?*

**Carmela:** *Eu acho que o amparo não chega aqui na Universidade, esse acolhimento, essa agregação, essa coisa do acolher, do apoiar, para que você continue e permaneça no espaço acadêmico. Eu me sinto muito mais tolhida de estar nesse espaço por ser mulher e mãe do que por ser negra. Eu consigo ver que um colega negro, um jovem, que ainda não é pai ou que ainda não é mãe, que ele vai ter muito mais espaço e facilidade para continuar aqui. Na visão deles pode ser que não, mas na minha, eu me sinto muito mais ameaçada de não continuar aqui nesse espaço pela minha condição de ser mãe do que pela minha condição de ser negra*

Carmela, que é estudante e entrou através de cotas, relata sua dificuldade de permanecer na universidade, não somente por ser negra, mas principalmente por ser mãe. Demonstrando que além dos espaços de coletividade, a mulher negra também reivindica que suas demandas específicas dentro desses espaços também sejam acolhidas. Para Carmela, não basta haver espaço no coletivo para o jovem negro, ela demanda um espaço para a mulher, a negra e a mãe, demonstrando que existem também conflitos internos e não somente externos.

As ações afirmativas das quais Carmela pode ser beneficiada, não são privilégios de estudantes negros ou de escolas públicas, na realidade, elas são ações de reparação. As mulheres negras que protagonizam as pautas e lutas por direitos dentro da universidade, foram destacadas aqui como fomentadoras dessas reivindicações. Algumas apontam a ideia de que não adianta possibilitar o acesso à universidade, se ela não apoia a permanência.

Estudantes negras sofrem situações de racismo em ambiente acadêmico, têm dificuldades em acompanhar as disciplinas acadêmicas por conta de seus filhos, sofrem psicologicamente com discriminações e preconceitos e lutam apenas para que suas demandas sejam ouvidas, em uma tentativa de romper com as desigualdades raciais para que elas passem a ser vistas como estudantes de suas universidades, e não como coadjuvantes, destacadas e não pertencentes ao campo acadêmico.

Sobre discriminações e dificuldades diárias, Fernanda comenta:

**Fernanda:** *A minha formatura vai sair a preço de muita pressão alta, eu não sei como eu vou me formar, mas eu preciso me formar, minha formatura será um ato político*

Estas discriminações, muitas vezes acontecem também pelo contexto estético, e podem vir de outros estudantes e até mesmo do corpo docente, que muitas vezes tem reações negativas e de estranhamento, demonstrando a face racista de nosso país, sobre isto, concordamos com Guimarães, Rios e Sotero (2020):

A cor e os cabelos crespos, principalmente, e o sentimento de subordinação ou inferioridade que o corpo negro desperta em espaços brancos ou branqueados. Movimentos como Geração Tombamento, que realçam uma nova estética negra, de cabelos crespos, turbantes, roupas coloridas etc., ocupam, portanto lugar central na agenda de construção identitária e de gênero, sobretudo — mas não unicamente — entre as mulheres e lgbti. Não raro, os estudantes cotistas vivenciam verdadeira transformação visual ao chegarem nas universidades. Se antes prendiam, alisavam ou cortavam os cabelos, no correr do primeiro ano, às vezes ainda no primeiro semestre do curso, passam a se sentir encorajados a deixar seus cabelos naturais, sem química ou simplesmente com penteados afro, que podem envolver uso de turbantes ou tranças em modelos afro-brasileiros. Essas mudanças, ainda que passem por dimensões profundamente subjetivas, podem ser atravessadas por reações negativas por parte dos mais conservadores no corpo docente e dos demais profissionais da educação. (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020, P.322)

O contexto estético que tanto é abordado pela maioria das estudantes negras em suas falas, encobre um racismo estrutural e genderizado, que muitas vezes objetifica os corpos femininos e negros, a pauta da estética negra, a busca por autores e por modificações curriculares não são as únicas demandas. Situações de abuso e assédio por conta da estética negra, foram relatadas durante a conversa com Marina:

**Marina:** *Toda hora alguém coloca a mão no meu cabelo. Quando eu coloquei tranças rastafari uma aluna falou: Maria, não é racismo, ok? Mas eu queria saber como é que você faz para lavar o seu cabelo... eu disse que eu lavava da mesma forma que ela. São pequenas coisas no meu cotidiano, é o que a "Helena" (membro do Luísa Mahin) sempre fala: a ignorância é uma benção! Se fosse antigamente, eu só ia achar que isso é um elogio, uma perguntinha boba. Eu sei que muitas vezes as pessoas brancas nem têm noção do que elas estão fazendo, porque racismo é algo tão enraizado, que eles não percebem e não têm a consciência de que isso machuca as pessoas.*



Estudantes negras como Marina, já não se sentem totalmente contempladas por um movimento estudantil unitário, não há espaço nesses movimentos para situações tão sensíveis como a discriminação sofrida por Marina. A especificidade da situação que envolve seu cabelo e sua estética negra, demonstra que há necessidade de valorização e reconhecimento de pautas como a estética negra, maternidade, falta de autores negros nas bibliografias dos currículos de seus respectivos cursos, falta de debates raciais e de temáticas afrocentradas. Universidades públicas do Rio De Janeiro, como a UNIRIO, UFRJ e UERJ, acabam desempenhando o papel de ambiente coletivo para o encontro dessas mulheres que estão ali na posição de estudantes e se deparam com debates e questionamentos, junto com outros indivíduos que partilham das mesmas ideias.

Marina me relata outra situação em que também se sentiu discriminada e objetificada:

**Caroline:** *Você já sofreu diretamente alguma situação de racismo e discriminação aqui? (UNIRIO)*

**Marina:** *Eu já fui chamada de macaca por outros alunos, um rapaz uma vez puxou meu cabelo e disse que fez isso porque achou que era uma peruca. As pessoas acham que só porque você é uma mulher negra, você é fácil, um objeto sexual, que você só serve para isso e não para ter um relacionamento sério. E isso também acontece nos relacionamentos homo afetivos, eu vivo a situação da objetificação da mulher negra em meu cotidiano*

**Caroline:** *Mas o que significa essa objetificação pra você?*

**Marina:** *Me olham e eu sinto que só sabem ver a carne, falam: nossa, que corpo, que boca, que porte, que pele. Sabe o que me dá vontade de fazer? De perguntar se a pessoa quer me comprar! Porque no período da escravidão que era assim, os senhores viam uma negra saudável, bonita e queriam comprar. Eu sinto a diferença dos elogios reais para esse tipo de situação, quando os meus amigos me elogiam é diferente, isso não é elogio, é assédio!*

O cotidiano de Marina se torna turbulento e estressante por conta de situações de racismo e discriminações vividas em seu cotidiano. A vida estudantil da aluna negra, vinda de classes populares, precisa ser mais equilibrada e valorizada para que assim, ocorra um incentivo para a vida acadêmica, a identidade racial precisa ser reforçada dentro e fora de espaços acadêmicos, discussões sobre as políticas afirmativas e a permanência de estudantes negras de classes populares precisam ser abordadas dentro dos currículos escolares e não somente em seus respectivos movimentos sociais.

Sobre estas discussões que abordam as temáticas que afetam as estudantes negras, concordamos com a afirmação:

Nesse sentido, parte expressiva desses estudantes, principalmente os que estão inseridos em coletivos, busca estudar temas relacionados às questões que afetam a vida da população negra ou que afetam as subjetividades de pessoas de grupos socialmente discriminados e subjugados. Esse interesse de pesquisa se constrói para além dos currículos acadêmicos, já que estes são considerados tradicionais, engessados e pouco representativos para essa nova juventude negra universitárias (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020, p.323-324)

A permanência da estudante que ingressa na universidade pública por cotas, necessita ser mais bem assistida. O coletivo negro Luíza Mahin não é uma forma institucionalizada de movimento social, porém, confronta as estatísticas e norteia quem chega no ambiente acadêmico sem se sentir pertencente a ele, a transcrição das conversas transforma a fala das estudantes em uma complementação da teoria estudada e analisada.

A construção de uma identidade racial também vem acompanhada de outros questionamentos, durante as conversas, apesar de estarem dentro do grupo de estudantes negras, apoiadas pela coletividade de um determinado movimento social, há o esmiuçar de suas individualidades para além do coletivo. Há alunas que se apoiam em movimentos como o feminismo, que acaba sendo uma forma de mobilização política e social. Outras demonstram uma necessidade do entendimento de sua classe e vivência, como é o exemplo de Carmela:

**Caroline:** *E o que te levou a vir trabalhar com vendas aqui na UNIRIO?*

**Carmela:** *O que acontece, eu me vi desempregada e fiquei pensando o que é que eu faço? Porque eu estava com a oportunidade fazer minha faculdade que era um sonho lá da juventude, da minha adolescência, que eu não consegui realizar. E eu não sabia o que fazer! Porque para me manter eu precisaria estar trabalhando, como uma mãe de família, na época eu já tinha a minha filha e estava separada do pai de minha filha, e eu fiquei pensando em como recomeçar uma vida profissional naquele momento em que eu estava tentando voltar a estudar, longe de uma sala de aula a quase 20 anos, e como começar em uma nova empresa?*

**Caroline:** *E isso te levou a vir trabalhar aqui...*

**Carmela:** *Foi aí que eu tive a ideia de ficar de freelancer e na informalidade, até pelo menos me adaptar a rotina de estudos e ver como eu iria me desenvolver. Mas aí aconteceu que os clientes da UNIRIO gostaram dos meus lanches, eu comecei aqui vendendo sanduíches, hoje em dia eu vendo bolos, brownie, doces, cafezinho. E os alunos, professores e colegas da UNIRIO, graças a Deus apoiam a minha luta e compram sempre o lanche comigo e é com esse dinheiro que eu me mantenho aqui na UNIRIO. É um dinheiro simples porque eu não consigo ter mais tempo para me dedicar a tantas atividades, porque eu tenho que dividir meu tempo entre estudos, trabalho, minha filha e casa.*

**Caroline:** *Então você está conseguindo se manter com essas vendas?*

**Carmela:** *dá para viver uma vida simples pagando aluguel, condomínio e as contas do mês. Desde que eu fui demitida da OI, eu comecei a pensar na possibilidade de compartilhar espaços e atualmente já estou na quarta experiência, agora eu moro com uma senhorinha, divido o apartamento com ela. Agora a minha filha frequenta menos os espaços da UNIRIO porque ela tem ficado com essa senhora pelo menos duas vezes na semana*

A conversa com Carmela expõe a necessidade da discussão de classe dentro do coletivo, que precisa compreender a realidade de uma mulher que faz tentativas de permanência na

universidade, mesmo com dificuldades financeiras e preocupações com sua filha. A mudança e a construção de uma identidade racial, fomenta ações como ocupações de espaço, rodas de conversa e até competições de poesias. Carmela ocupa um espaço que é dela por direito, porém, se vê na necessidade de trabalhar na porta do CCH, ainda assim, participa de um projeto para a inclusão de crianças na UNIRIO, demonstrando o protagonismo das estudantes negras fora da sala de aula, a força política que elas exercem dentro do campus universitário, e que a noção de coletividade está presente não somente nos coletivos negros, mas também dentro do próprio campus de uma forma geral.

Os coletivos se acoplam, se interligam e de forma coligada diminuem as chances de desistência de alunos cotistas e negros. Transformando um determinado movimento social em algo mais íntimo que se aflora em uma espécie de rede de apoio. O acolhimento que é tão citado pelas estudantes durante as conversas, pode ser analisado como uma busca por espaço e identificação, já que elas constroem de forma independente, seus pensamentos, seus debates, seus questionamentos e conhecimentos.

Repensar a mulher negra, além da cota, como um ser de direitos, como produtora de conhecimentos e pensamentos acadêmicos, rompe com as barreiras da limitação do racismo e dos preconceitos. Conceber a imagem de uma mulher negra em um coletivo somente como uma cotista oprimida, de nada serve para sua ascensão universitária. A Figura dessa estudante precisa ser respeitada e repensada, levando sim em consideração todo o seu histórico de vida pessoal, que quase sempre inclui percalços, para assim incluí-la de maneira formal na universidade, mas também desmistificando o seu local em sociedade, que pode e deve estar presente em qualquer ambiente acadêmico ou social.

### **3.4 O Coletivo Negro Luíza Mahin e seu papel atuante no campo dos movimentos sociais**

Emergindo em um contexto marcado pela repressão violenta perpetrada pelos regimes autoritários e a fragilização dos partidos comunistas, os movimentos sociais emergentes dos anos de 1980 enfatizaram a questão da autonomia frente ao crescente sentimento de desconfiança em relação ao Estado, sindicatos e partidos políticos, vistos como “instrumentalizados” (GOIRAND, 2009). Os movimentos sociais contemporâneos latinoamericanos surgem, então, com uma concepção de democracia que ultrapassa as instituições e aparatos formais do Estado, ampliando as possibilidades de atuação política e inscrevendo agendas que, até então, eram invisibilizadas na esfera pública (RODRIGUES;

PRADO, 2010). A expansão da noção de democracia implicou em uma alteração na forma com que esses atores sociais se relacionavam com o Estado e a esfera institucional, a cidadania seria exercida não só através da dinâmica de direitos e deveres, mas da defesa do “direito de reivindicar direitos e gozá-los efetivamente” (RODRIGUES; PRADO, 2010, p. 447).

No fim dos anos 1980, os movimentos sociais brasileiros passaram por uma transformação que ampliou a força dos movimentos entendidos como de identidades. Após a formulação da constituição, houve o reconhecimento de direitos sociais de grupos diversos. De acordo com Gohn, prolifera um novo modo de ativismo, focado em organizações sociais que atuam em projetos e programas sociais em parceria com órgão do Estado. Questões como diversidade e identidade cultural passaram a predominar, também, as produções acadêmicas sobre esses movimentos. Essas mudanças ocorreram simultaneamente com a reorganização da conjuntura do capitalismo mundial e da divisão internacional do trabalho, diminuindo a relevância das nações e descentralizando as relações de produção (GOHN, 1997).

Com o aprofundamento das desigualdades sociais, duas categorias ganham força nos movimentos sociais nos anos 1990: a cidadania coletiva e a exclusão social. A década é frequentemente caracterizada pela institucionalização e aproximação dos movimentos sociais com o Estado, bem como sua estruturação a nível nacional. De acordo com Bem (2006):

Se nas décadas anteriores, os movimentos sociais eram definidos por uma enorme capacidade de pressão e reivindicação, a partir da década de 90 estes passaram a institucionalizar-se por meio das organizações não-governamentais. Tais organizações assumiram o papel não apenas de fazer oposição ao Estado, mas de participar da elaboração de políticas públicas, contribuindo, assim, para ampliar a esfera pública para além da esfera estatal. (BEM, 2006, p. 1153)

No decorrer dos anos 2000, as mobilizações populares se ampliaram seu escopo, fazendo com que determinados grupos chegassem a compor a política institucional nacional. Goirand (2009) utiliza o exemplo do movimento indígena que, na primeira década do século XXI, conseguiu inserir suas reivindicações nas políticas públicas de países como Bolívia e Equador, eleger representantes políticos e participar de órgãos institucionais.

A autora observa que, apesar de manterem características marcadas pela fluidez, nesse período alguns movimentos passaram por um rápido processo de institucionalização, passando a exercer funções em governos e formando partidos políticos. Outro fator que tem impactado a dinâmica de produção de conhecimento sobre os movimentos sociais é o fato de que nos últimos tempos cresceu o número de militantes ingressantes nos cursos de pós-graduação, cujas pesquisas, muitas vezes, são registros das experiências vividas por eles (GOHN, 2011).

Ressalto o papel dos Movimentos Sociais como “pedagogos nas relações políticas e sociais” (GOMES, 2017, p.16), uma vez que atuam na produção e sistematização de um conhecimento contra hegemônico que questiona os pressupostos científicos, fazendo com que novas temáticas e postos de vista surjam (GOMES, 2017). Gomes (2017) analisa a atuação do movimento negro na construção do conhecimento sobre a questão racial brasileira, entretanto, podemos apontar outros exemplos, como a produção teórica feita pelo movimento feminista desde o século XIX, as iniciativas de educação popular levadas por movimentos como o Movimento Sem Terra, bem como eventos, seminários, rodas de conversa e oficinas realizados pelos diversos coletivos, organizações, entidades e outras formas de organização popular no Brasil.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência em 2002 representou um marco nas dinâmicas dos movimentos sociais brasileiros. O governo foi caracterizado pela criação e fortalecimento dos conselhos nacionais e pela presença de militantes ligados aos movimentos populares em ministérios, secretarias e conselhos, permitindo novas experiências de atuação na sociedade. Sendo assim, concordamos que:

Ativistas que assumiram cargos na burocracia federal frequentemente transformaram agências governamentais em espaços de militância nos quais continuaram a defender bandeiras desenvolvidas previamente no âmbito da sociedade civil, tais como novas formas de negociação baseadas em protestos e outros encontros, menos públicos e mais personalizados, entre Estados e representantes de movimentos sociais. Em algumas áreas de políticas públicas, espaços participativos formalizados como conselhos e conferências tiveram papel central, enquanto em outros setores predominaram formas de interação menos formais. No governo Lula, o mote da “participação da sociedade” abriu espaço para a combinação mais criativa de diferentes práticas e rotinas, ampliando as chances de acesso e influência dos movimentos sobre o Estado, obviamente como variações setoriais importantes. (ABERS; SERAFIM, TATAGIBA, 2014, p. 326)

Gohn (2011) identifica, ainda, que nesse período, houve um fortalecimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs) ao mesmo tempo que os movimentos populares se enfraqueciam. A ascensão das ONGs alterou as formas de ação dos movimentos, que passaram a atuar de forma mais propositiva, criando ou participando de projetos definidos pelas organizações. Ao mesmo tempo, surgiu um novo elemento, as fundações e organizações do terceiro setor, financiadas – e frequentemente, articuladas – por empresas, bancos, artistas, que passaram a realizar ações sociais com prazos determinados, equipes profissionais e em parceria com o Estado (GOHN, 2011).

A questão da aproximação dos movimentos sociais com instâncias estatais e fundos e agências financiadoras têm sido alvo de polêmicas dentro e fora dos próprios movimentos.

Como falamos, algumas análises concluem que esse processo submeteu a agenda dos movimentos às demandas do Estado e do mercado internacional, que introduzem práticas e pautas neoliberais, fazendo com que as ONGs e outras entidades institucionalizadas atuem como “prestadoras de serviços” e sejam vinculadas às políticas impostas pelo neoliberalismo, criando redes de clientelismo e enfraquecendo a força dos movimentos populares (GOHN, 2013). Esses questionamentos não são feitos apenas pela comunidade acadêmica e análises produzidas sobre os movimentos sociais, mas também se apresentam enquanto questionamentos no interior dos movimentos.

Não podemos deixar de considerar que o fortalecimento das ONGs e outros órgãos e entidades do terceiro setor e estatal, resultou em uma nova dinâmica de produção de conhecimento. Essas organizações passaram a investir na produção de pesquisas e estudos empíricos, promover cursos, palestras e eventos formativos a fim de embasarem seus projetos de intervenção política, bem como sistematizar os aprendizados e sentidos construídos no decorrer de sua atuação política (GOHN, 2013).

A educação é um ponto fundamental para a construção da cidadania e de identidades políticas, ocupando, portanto, um lugar privilegiado no campo de ações dos movimentos sociais. Partindo do pressuposto que os Movimentos Sociais são espaços onde se desenvolvem atividades educativas, principalmente os processos de educação não-formal e informal. Os processos da educação não-formal ocorrem em espaços alternativos à formação escolar institucional, de forma intencional – se diferenciando, assim, da educação informal, que ocorre no espontaneamente na vida cotidiana – de forma individual ou coletiva (GOHN, 2013).

O Coletivo Negro Luiza Mahin pode ser incluído na face da educação pois faz parte de um movimento negro educador (GOMES, 2017), onde seus membros são grandes contribuintes para o ambiente universitário a qual pertencem. Os estudantes propuseram diversas tentativas de atividades e ações que influenciaram diretamente no cotidiano universitário da UNIRIO.

São exemplos:

**Ata do coletivo:** *Ainda na proposta idealizada, terá um dia para diálogo com a calourada preta. (Nomes de membros do coletivo) foram cogitados para nos ajudar e estar presentes numa roda informal, onde haveria um diálogo direto com esses recém chegados a universidade. E para o dia 19, aproveitando o engate com um evento que a nossa irmã “Daiane” explanou, sendo o seminário “DISCUTINDO RAÇA DESDE O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO”.*

*Poderíamos por uma festa pós esse evento, aproveitando o grande fluxo de pessoas que o evento trará.*

*Para a criação do projeto social de pré-vestibular comunitário sentimos que precisaríamos de algumas reuniões a mais para deliberar esse projeto. A irmã “Catarina” e o irmão “José” teriam o material para coordenar o conteúdo didático.*

*Professores voluntários, temos: “João” (MATEMÁTICA); “Felipe” (HISTÓRIA); “Joana” (HISTÓRIA).*

Ainda sobre o Coletivo Luíza Mahin:

Mulher, nascida em Costa Mina, na África, no início do século XIX, Luíza Mahin foi trazida para o Brasil como escrava. Luíza esteve envolvida na articulação das revoltas e levantes de escravos da então Província da Bahia, nas primeiras décadas do século XIX.<sup>18</sup> Esta personagem da história do Brasil foi escolhida pelos estudantes da UNIRIO para dar nome ao coletivo negro. Como abordamos anteriormente, o coletivo Luíza Mahin era estruturado em núcleos e possuía caráter não institucionalizado. Sua estruturação, assim como a divisão de atividades, também ocasionava tensionamentos entre os participantes.

Carmela demonstra em sua fala, o movimento de fazer ou não parte do coletivo:

**Caroline:** *Como é fazer parte do coletivo?*

**Carmela:** *Eu estava lá embaixo no CA (subsolo do CCH, junto com os membros do Luíza Mahin) mas não sou do coletivo formalmente, mas de fato, me sinto integrante e acho que todos deveriam, em sua condição, se sentirem. Porque eles representam realmente as nossas causas, a nossa realidade. Então eu me identifico como membro do grupo de fato. A atividade no coletivo demandaria mais tempo para eu me dedicar com as ações e com toda uma rotina que eu acho que deve acontecer para uma conquista organizacional. E eu sou mãe, estudante, trabalhadora, mãe solteira, digase de passagem. E minha família é toda de salvador, eu sou da Bahia e moro no Rio de Janeiro há treze anos.*

**Caroline:** *Você acha que não pode fazer parte oficialmente do coletivo por falta de tempo?*

**Carmela:** *A UNIRIO está na minha vida há quase quatro anos e já é bem apertado e bem intenso para estar conciliando em minha vida, ser mãe, estudante, trabalhadora e dona de casa. E seria uma atividade a mais que eu estaria me comprometendo se eu integrasse de fato o coletivo, institucionalmente falando. Eu me sentiria mais assim, na responsabilidade de estar trabalhando para que as coisas acontecessem, e eu tenho receio mesmo de ficar frustrada por não estar participando ativamente, então é por isso que eu não fico com eles de fato.*

A fala de Carmela traz um conflito de interesses com o coletivo Luíza Mahin, ela explica que estava junto com os membros, que se considera parte integrante do coletivo, porém, sente que não pode integrar de fato o Luíza Mahin. Percebemos uma relação desbalanceada da estudante com o Coletivo, ela se sente parte integrante, busca o acolhimento, porém, diz que não pode se associar de forma oficial por não possuir tempo de se dedicar as atividades e demandas estruturais do Luíza Mahin. Podemos observar ainda, uma autocrítica na fala de Carmela, que acredita não ser membro, mesmo estando junto com os outros estudantes do coletivo, simplesmente por ter que se dedicar a maternidade e ao seu trabalho e não conseguir tempo hábil para compor os núcleos de atividades dos membros do Luíza Mahin, mostrando

---

<sup>18</sup> <https://www.geledes.org.br/luisa-mahin/>

uma face de conflito individual, dentro do coletivo, em vista que uma das maiores premissas do coletivo, apontada por todas as outras estudantes, que é o acolhimento ao estudante negro e cotista, não aconteceu de fato com Carmela, que por suas motivações individuais, não consegue se considerar um membro oficial, e sim, segundo ela, apenas integrante.

Carmela ainda comenta novamente sobre o fato de ser mãe e sua relação com o coletivo após sentir que sua demanda não foi totalmente atendida:

**Carmela:** *e o fato de ser mãe, é sim o que eu mais vi ameaçando a minha permanência aqui. Porque eu olhava para minha filha e pensava “e agora, como eu vou fazer? Com quem eu vou deixar?”. E como o movimento não colocou isso como pauta, eu não me senti contemplada com o que mais me atingia, eu me juntei com o projeto Crianças na UNIRIO, que foge um pouco dessa regra, mas eu acho o coletivo negro muito importante, acho que deve acontecer e eu apoio e me identifico com ele e continuarei apoiando.*

Apesar dos conflitos internos, o coletivo Luíza Mahin teve ações dentro da universidade como, ocupações, reuniões entre estudantes negros e apoio aos membros. Entre os anos de 2015 e 2016, os alunos fizeram tentativas de realizar as calouradas e no ano de 2016 foi efetivado o grupo de estudos do coletivo, suas ações também incluíram a criação de uma página no Facebook e manifestos sobre o cotidiano dos estudantes negros:

**Ata do coletivo:** *Através da pauta foi deliberado a criação de uma página no facebook do coletivo Luiza Mahin pela nossa irmã “Helena” e “Joana”. Após construirmos o veículo de interação social, decidimos compor um manifesto de nota única, que represente os negres como um todo. O manifesto terá como corpo a experiência vivida da mulher negra mãe universitária no qual o protagonismo será dirigido pelas mães “Joana” e “Helena”*

O coletivo Luiza Mahin se intitula coletivo negro, ressalto que escolhi conversar com mulheres que se intitulam feministas dentro deste coletivo, que também possui pautas que respeitam o feminismo e são condizentes com a posição política das mulheres negras que estão dentro dele, é importante ressaltar que nem todo coletivo negro é feminista e que nem todo coletivo feminista é também um coletivo negro, existem diferenciações e tensões entre os coletivos, nem sempre eles se encontram ou são interativos uns com os outros, por conta da minha proximidade acadêmica, por ter realizado o curso de Pedagogia na UNIRIO, como pesquisadora, optei por conversar com mulheres negras e feministas do curso de Pedagogia, membros do Coletivo Luiza Mahin, dessa forma, tive um maior acesso aos membros e uma receptividade facilitada. Questionei se as mulheres escolhidas possuíam afinidade com o feminismo antes de iniciar nossas conversas, esta escolha foi feita, buscando um maior aprofundamento nas intersecções de raça, classe e gênero, acreditando serem melhor propiciadas pelas escolhas políticas e ativistas das quatro participantes.



Ainda sobre coletivos, Guimarães, Rios e Sotero (2020) explicam:

O nome coletivos parece ter sido inspirado nos coletivos negros feministas dos anos 1970 e 1980, que pregavam horizontalidade na tomada de decisões e ausência de hierarquia na forma de organização, constituindo-se como grupos de discussão e de atuação política e intelectual em torno de um ideário libertário e emancipatório (Rothschild-Whitt, 1979). Naquelas mesmas décadas, em diferentes regiões do Brasil, apareceram vários coletivos de mulheres negras, a exemplo do Nzinga, Aqualtune, Mãe Andresa, dentre outros, conforme lista de Edna Roland (2000). (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020, P.312)

De acordo com os registros do Mapa de Coletivos de Mulheres (MAMU), existem cerca de 290 coletivos feministas registrados, estes registros foram realizados entre os anos de 2014 e 2016, e “a amplitude de escopo desse mapa permitiu que a plataforma condensasse uma miríade de propostas de coletivos feministas com pautas que incluem a discussão sobre direitos humanos, luta contra o preconceito racial e LGBTQ+” (JUSTUS; ROMANCINI; CASTILHO, 2019, p.2). Na Região Sudeste encontram-se registrados 160 coletivos feministas e no Rio De Janeiro existem 25 coletivos registrados. Sobre a base de dados do MAMU, eles discorrem:

A base de dados do MAMU propõe uma autoclassificação em cinco tipos de iniciativas: Coletivos sem endereço fixo (93, correspondendo a 32,1% do total), Coletivos com endereço fixo (84, 28,9% do total), Projetos e Ações (82, 28,3%), Web (24, 8,3%) e Movimentos nacionais (7, 2,4%), resultando num total de 290 registros (JUSTUS; ROMANCINI; CASTILHO, 2019, p.10).

Esta é uma estimativa aproximada, em vista que muitos coletivos feministas não foram registrados pelo MAMU até o ano de 2016. Em relação aos coletivos negros, com forte presença também nas redes sociais, estes coletivos também se espalham por todo o Brasil. No Rio De Janeiro, por exemplo, temos na UFF, o Coletivo De Estudantes Negros – Cenuff, o coletivo se autodenomina Iolanda Oliveira e foi gestado a partir de 2012. Na UFRJ, existem coletivos negros como o Coletivo Negro Carolina De Jesus e Coletivo Negro Guerreiro Ramos.

Em São Paulo, na USP – Universidade De São Paulo, existe, desde 2013, o Coletivo Negro. Também na USP, existem diversos outros coletivos negros, como o Ocupação Preta, formado em 2015, o Coletivo de Negros da Faculdade de Direito, também formado em 2015 e o Poli Negra, coletivo formado em 2016 por estudantes da área de engenharias (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020).

Os diversos coletivos negros, entre eles o Coletivo Negro Luiza Mahin, atualmente, tem feito uma série de ações e participado ativamente na vida de estudantes negras. Oficinas de turbantes, tranças, encontros de mulheres com cabelos crespos, rodas de conversa e debates e

bazares de cultura afrobrasileira com a ascensão de afroempreendedoras<sup>19</sup>. E ainda ações maiores como a Marcha da Mulher Negra, que aconteceu em Brasília, e a 1ª marcha do orgulho crespo, que contou com centenas de jovens nas ruas de São Paulo, ocupando a Avenida Paulista. Em uma das atas do coletivo, podemos observar as ações tomadas por eles, assim como seus planejamentos e organizações:

**Ata do Coletivo:** *Decidimos atuar com o coletivo em primeiro momento através das redes sociais, mais especificamente em vídeos através do YouTube sendo o primeiro vídeo uma apresentação do coletivo. Também temos a proposta de fazer uma recepção aos calouros ano que vem, através de uma feijoada e um evento musical, com samba, rapper etc. Não podemos deixar de lados as possibilidades de unir o projeto do pré-vestibular e alfabetização em organização aos terceirizados da UNIRIO. E decidimos, da mesma forma, escolher um livro ou texto importante a cada mês para leitura, e posteriormente escolher uma data para debate..."*  
*O interesse de realizarmos o vídeo seria para uma promoção do coletivo em íntegra. Rascunhamos uma ideia de roteiro, no qual seria fazer depoimentos dos integrantes do coletivo (Quem é você? Sua história pessoal enquanto negr@ e se relacionar ao coletivo. Alguns recortes seriam feitos ao vídeo, para mostrarmos que em algum momentos temos falas, desejos, sentimentos semelhantes. Algo que nos une enquanto negras e negros do coletivo!*

Sobre livros e textos escolhidos pelos coletivos para leitura e grupo de estudos, podemos encontrar alguns exemplos em uma das atas:

**Ata do coletivo:** *Textos sobre a situação da mãe negra universitária:*

*Tornar-se mãe no contexto acadêmico:*

[http://www2.ufrb.edu.br/.../ana\\_maria\\_de\\_oliveira\\_urpia\\_-\\_son...](http://www2.ufrb.edu.br/.../ana_maria_de_oliveira_urpia_-_son...)

*ANÁLISE DO DISCURSO DE MÃES UNIVERSITÁRIAS DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO:*

[http://www.sbpnet.org.br/.../58ra/S.../RESUMOS/resumo\\_1117.html](http://www.sbpnet.org.br/.../58ra/S.../RESUMOS/resumo_1117.html)

*A FORMAÇÃO ACADÊMICA DAS MÃES UNIVERSITÁRIAS DO CAMPUS CLÓVIS MOURA: UM OLHAR PARA A QUALIDADE:*

<http://editorarealize.com.br/.../ae210209dd91dba52bfc2716bc39...>

Em questões mais específicas, o coletivo Luíza Mahin também proporciona uma mudança individual na forma como os estudantes se comportam no cotidiano. Quando questiono Laiz sobre a forma como ela atua em sala de aula, como uma mulher membro do coletivo, Laiz reflete:

**Caroline:** *Você sente alguma diferença na sua postura em sala de aula?*

**Laiz:** *Eu já fui muito mais de entrar em embates, eu tive aquele boom da militância que tudo para mim era porradaria, gritaria, eu só resolvia no grito de você vai ter que me entender! Hoje em dia eu já sou muito mais calada, principalmente por conta da faculdade. Na minha turma entrou um militar, então como é que eu, uma pessoa de extrema esquerda, loucona no Paulo Freire, ia discutir com esse cara? Não vale a pena, então eu acho que a UNIRIO me freou muito nisso, principalmente na questão da sexualidade.*

---

<sup>19</sup> Como se declaram empreendedoras negras

Constantemente, dentro dos movimentos sociais e dentro do feminismo negro, podemos observar uma tendência à autonomia dos estudantes que se organizam e modificam sua postura dentro e fora da sala de aula, como foi o caso de Laiz. Mulheres negras se organizam, produzem conhecimento e educam as pessoas ao seu redor, visando o empoderamento<sup>20</sup> feminino, mulheres que também são detentoras de conhecimento e capital cultural<sup>21</sup> e que influenciam o seu meio social. Diversos casos como este têm acontecido, não só com mulheres negras, mas com jovens em geral, como na ocupação das escolas em São Paulo, onde os jovens se organizavam e montavam de maneira autônoma diversas atividades que aconteciam dentro das escolas. Esse ativismo se caracteriza por sua grande capacidade de dar voz as pautas dos coletivos e muitas vezes pela crítica ao academicismo eurocentrada que não contempla de forma direta a juventude periférica que sofre com a falta de acesso à uma educação de qualidade.

Sendo assim, concordamos que:

É notável que, de uma forma ou de outra, além da dimensão racial, as de gênero e sexualidade permeiem ações, estratégias e valores dos integrantes desses coletivos. Seja na forma de automeação, com preferência por trazer à cena intelectuais negros e negras, seja na conduta, quando enfrentam situações de machismo ou de homofobia nas práticas universitárias, seja ainda na incorporação de integrantes que tenham sexualidade mais fluida, que não necessariamente se vejam a partir de uma identidade de gênero binária.” (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020, p.323).

Autoras como Carolina Maria de Jesus, uma escritora pobre, negra e periférica, retratava nos anos 60, a realidade de sua favela em São Paulo, no livro *O quarto de despejo*, mesmo sendo uma obra de grande importância, Carolina até hoje possui pouca visibilidade no campo acadêmico literário. O mesmo acontece com o feminismo negro, que teve sua notoriedade conquistada lentamente, mesmo com obras de diversas pensadoras negras e acadêmicas, como Sueli Carneiro<sup>22</sup>, Jurema Werneck<sup>23</sup> e Audre Lorde, o feminismo negro ainda sofre sua deslegitimação social e acadêmica. Com esta seção, podemos concluir que o Coletivo Negro Luiza Mahin, proporcionou aos membros um grupo de estudos, onde teorias negras eram lidas e estudadas de forma autônoma, demonstrando mais uma vez a teoria em conjunto com o ativismo e uma práxis libertadora (FREIRE, 2014).

---

<sup>20</sup> Empoderamento é um termo atualmente muito utilizado em pautas feministas e em coletivos

<sup>21</sup> Pierre Bourdieu

<sup>22</sup> Sueli Carneiro é doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP)

<sup>23</sup> Jurema Werneck é médica, mestre em Engenharia de Produção pela UFRJ e doutora em comunicação e cultura pela UFRJ. E fundadora da ONG Criola.

## COMOÇÕES E EMOÇÕES FINAIS

Iniciei este texto me posicionando e escrevendo que esta não é uma pesquisa neutra. De fato, ao final dela, tenho ainda mais certeza desta afirmação. Olho para trás e penso nos longos anos para chegar até aqui. Conversas que iniciaram e aconteceram em meu *quintal*, a UNIRIO, aquela universidade que me afastou e que me acolheu. Penso em Carmela, Fernanda, Laiz e Marina, em como estão suas vidas agora, penso na vida de tantas outras estudantes negras que passaram pela UNIRIO, pelo curso de pedagogia e pelo CCH.

Quantas professoras negras formadas, quantas pedagogas será que ainda atuam na face da educação? Quantas foram influenciadas pelo coletivo Luíza Mahin? Quantas vidas transformadas? Penso nas quatro que me ajudaram, que se propuseram a responder minhas perguntas, que se sentaram ao meu lado e conversaram comigo, que transformaram esta pesquisa em realidade.

São muitos pensamentos, comoções e emoções finais ao chegar até este parágrafo. Me comovo ao relembrar o Coletivo Negro Luíza Mahin, não fui membro dele, mas me comovo e me emociono ao perceber que coloco este coletivo em uma dissertação de mestrado, que sua passagem pela Universidade Federal Do Estado Do Rio De Janeiro estará aqui registrada. Espero registrar aqui não somente análises, mas também verdades, histórias de verdade, pessoas de verdade.

As conversas aqui relatadas e o desenrolar destas histórias de verdade, me fazem refletir sobre o papel que uma universidade deve cumprir com seus alunos, sobre suas responsabilidades e a sua ocupação na vida destes estudantes. Reflito: O que é uma universidade? É somente um espaço físico? São salas de aula e espaços administrativos? Até que ponto esta instituição deve interferir no cotidiano do aluno? Até que ponto isso continua abstrato?

Acredito que a universidade não pode ser somente um espaço, somente um campus, um prédio com salas de aula e carteiras enfileiradas. A universidade são pessoas, são professores, técnicos administrativos, alunos, funcionários da limpeza, são os seguranças, são espaços físicos, espaços emocionais, espaços de histórias cotidianas. Portanto, a universidade precisa apoiar estes espaços e as pessoas ali presentes.

O Coletivo Luíza Mahin e as quatro mulheres que fizeram parte do desenrolar desta dissertação, tanto falam sobre apoio, sobre o suporte da universidade. Talvez a carência deste suporte e apoio tenha de fato sido o ponto de partida da criação do Luíza Mahin. Os cinco alunos presentes em sua criação certamente careciam deste tão falado apoio.

Apoio que certamente era necessários quando escutamos as quatro estudantes, suas situações de racismo e discriminações denunciadas em suas falas, nos mostram a dura realidade destas pessoas que apenas tentam ocupar um lugar que já é seu por direito. Se a vaga já era destas estudantes, se já existia um DCE, então por que criar um coletivo? A realidade é a resposta. Realidade esta que é diferente da minha, diferente de cada leitor desta dissertação. Estas pessoas precisavam estar perto de outras pessoas que as entendessem, que se comovessem, que se emocionassem, que acolhessem.

Acolhimento, uma palavra tão usada pelas estudantes... Confesso que achei que fosse escutar situações mais políticas, pautas mais técnicas e ações mais organizadas, porém, o grito por acolhimento foi ensurdecedor e calou as pautas técnicas, o ativismo puramente político, me vi ao lado daquelas mulheres que claramente eram ativistas, que estavam ali lutando por suas demandas e direitos, mas que buscavam umas nas outras o acolhimento...

Acolher é entender a classe, o gênero e a raça, entender quem são os membros de um coletivo, quais são seus bairros de moradia, qual a distância que percorrem até a faculdade, quanto tempo gastam no trânsito, o quanto gastam para estar ali, quanto tempo ficam longe de suas famílias, de seus filhos, com quem deixam seus filhos para poder estudar?

Entendo Carmela quando ela me conta que se perguntava com quem deixaria sua filha, me lembro de fazer a mesma pergunta, e de muitas vezes levá-la comigo no carrinho de bebê. Me lembro dos professores que me apoiaram, que me pediram para que eu levasse minha filha para as aulas, que me ajudaram e me compreenderam. Entendo quando nas falas, algumas alunas elogiam a atitude de alguns docentes, mas também criticam outros.

Talvez seja porque a universidade não sou só eu e a minha experiência, a universidade não é só Laiz e sua experiência, a universidade é um todo, é coletiva. Nossas individualidades precisam ser levadas em consideração, porém, somos muitos, são muitas histórias, e novamente, muitas comoções.

Me comovo quando ouço de Laiz, episódios de discriminação. Quando ouço de Marina, assédio e invasão de seu espaço, quando tocam em seu cabelo sem permissão, quando me relata que as vezes não queria sair de casa por conta de sua insegurança.

Admiro Fernanda, por sua força, por integrar um coletivo negro e levar adiante seus ideais e seus projetos, admiro quando ela se pergunta: Está vendo o que esse pessoal acadêmico está perdendo com a gente? De fato, o que a universidade está perdendo? O quanto poderiam estar ganhando com o envolvimento ativo destas estudantes? Até que ponto a universidade vai continuar perdendo, sem políticas de permanência para seus estudantes negros?

A evasão destes estudantes, que buscam no coletivo uma tentativa de espaço, uma tentativa de não irem embora, de sobrevivência no cotidiano estudantil, demonstra uma grande perda para as universidades públicas como a UNIRIO. Como pesquisadora, lamento saber que muitos desistem, lamento que as universidades ofereçam por lei as cotas raciais, mas não deem suporte necessário para que muitos destes alunos concluam suas jornadas acadêmicas.

Marina fala em esgotamento e esgoto aqui meus pensamentos tentando compreender como um ambiente, que teoricamente é educacional, pode deixar de prover educação e conscientização para todos os seus alunos, pois combater o racismo existente dentro dos ambientes universitários é de fato educar os não educados e não entendidos que provocam dor nos que se sentem discriminados. Criar políticas de permanência não é somente reter os estudantes negros, é educar toda a população universitária ali presente, é se fazer entendido de que estas pessoas possuem direitos e espaços, independentemente de sua cor, classe ou gênero.

Esta educação, muitas vezes fica retida somente nos coletivos, que fizeram tentativas de sistemas educacionais totalmente autônomos, como a criação de um pré-vestibular para estudantes negros, a organização de um encontro de coletivos negros e até mesmo de eventos como as calouradas, que possuíam o intuito de receber os estudantes negros e cotistas. Porém, mesmo com sua organização e educação, os coletivos também possuíam conflitos...

Sejam eles com a própria universidade, quando os membros decidem não institucionalizar, sejam com seus próprios membros, quando alguns sentiam que suas vivências e pautas não eram valorizadas. Demonstravam organização em núcleos e delegação de atividades, o que fez com que Carmela optasse por não se intitular membro oficial do coletivo, e sim integrante, ou até mesmo conflitos demonstrados nas atas, por tentativas de organizações de mídias, vídeos e estudos.

Para além dos conflitos, finalmente me comovo aqui com a coragem do Luíza Mahin, de enfrentar uma universidade majoritariamente branca, de passar por situações de racismo e discriminações, por tentar levar adiante o seu compromisso com a causa negra, por dar espaço para as mulheres negras, espaço para o feminismo, para a mulher negra e mãe, e para a política e os movimentos sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebeca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. Dados – Revista de Ciências Sociais, vol. 57, nº2, abril-jun., 2014, pp. 325-357.

AZERÊDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. Rio de Janeiro. Estudos feministas. Número especial, 1994.

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. Revista Estudos Feministas, v. 21, n. 2, p. 659-688, 2013. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2013000200018&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2013000200018&script=sci_arttext)> Acesso em 10 julho 2020.

BEM, Arim Soares do. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. Educ. Soc., Campinas, v. 27, n. 97, p. 1137-1157, Dec. 2006. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010173302006000400004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302006000400004&lng=en&nrm=iso)>. access on 06 Aug. 2020.

BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. Cad. Pagu, Campinas, n. 26, p. 329-376, Jun. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010483332006000100014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332006000100014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 Mar. 2020.

BRASIL. [LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012](#). Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita. Brasília, 29 de agosto de 2012.

BRASIL. [LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012](#). Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Brasília, 29 de agosto de 2012.

BRASIL. [LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012](#). Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está

instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. ([Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016](#)). Brasília, 29 de agosto de 2012

CARDOSO, Cláudia Pons. Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Salvador. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012. Disponível em: <<http://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/enegrecendo-o-feminismo.pdf>>

CARNEIRO, Aparecida Suelaine. Mulheres e Educação: Gênero, Raça e Identidades. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba, Sorocaba, 2015.

CALDWELL, Kia Lilly Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. Estudos feministas, v. 8, n. 2, 2000.

CURI, Paula Land; RIBEIRO, Mariana Thomaz De Aquino; MARRA, Camilla Bonelli. A violência obstétrica praticada contra mulheres negras no SUS. Arquivos Brasileiros de Psicologia; Rio de Janeiro, 72 (no.sp.): 156-169, 2020.

COUTO JÚNIOR, Dilton; FERREIRA, Helenice; OSWALD, Maria Luíza. Compartilhando experiências sobre o “armário”: As conversas online como procedimento metodológico da pesquisa histórico-cultural na cibercultura. Interfaces científicas – Educação. Aracaju, V.6, N.1, p. 23-34, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Boitempo Editorial, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

DAMASCENO, Janaina. O corpo do outro: construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro. Fazendo Gênero 8-Corpo, Violência e Poder, 2008.

DAVIS, Angela. Mulheres. Raça e Classe. Boitempo; Edição: 1ª (1 de janeiro de 2016)

FREITAS, Viviane Gonçalves. Mulheres negras e imprensa feminista: vozes, interseccionalidade e cidadania. Revista Compolitica, v. 8, 2018.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GUIMARAES, Antonio Sergio A.; RIOS, Flavia; SOTERO, Edilza. COLETIVOS NEGROS E NOVAS IDENTIDADES RACIAIS. Novos estud. CEBRAP, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 309-327, Aug. 2020.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. Cad. CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Dez. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010249792008000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010249792008000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 8 de julho 2020.



GOHN, Maria da Glória. Novas teorias dos movimentos sociais na América Latina. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009.

GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre movimentos sociais: o debate contemporâneo. Congresso SBS2011, GT 13, 2011.

GOHN, Maria da Glória. Aprendizagens em Pedagogias Alternativas: movimentos sociais. Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, nº 12, jan/dez, 2013, pp. 13-27.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47, maio-ago, 2011.

GOIRAND, Camille. Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 323-354, julho-dezembro, 2009.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro Educador. Saberes Construídos nas Lutas por Emancipação. Vozes; Edição: 1ª (4 de outubro de 2017).

GOMES, Nilma Lino. Cultura Negra e Identidades. Um Olhar Além das Fronteiras. Educação e Relações raciais. Autêntica; Edição: 2ª (3 de outubro de 2007).

GONZÁLEZ, Lélia. O papel da mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político econômica. Los Angeles, p. 25, 1979

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-224

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós – modernidade/ tradução Tomaz. Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro-11. Ed.- Rio de janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, bell. Mulheres Negra: moldando a teoria feminista. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 16. Brasília, jan/abril 2015, pp. 193-210.

JUSTUS, Paulo; ROMANCINI, Richard; CASTILHO, Fernanda. UM PRISMA, MUITAS FACES: mapa de coletivos de mulheres, suas propostas e formas comunicativas. XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre -RS, 11 a 14 de junho de 2019.

IPEA, Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência, 2021. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia202>.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada. 1ª Ed, São Paulo: Francisco Alves, 1960.

JESUS, Camila. Branquitude X Branquidade: Uma análise conceitual do ser branco. UFRB – Encontro Baiano de Estudos em Cultura. Disponível em:

<http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wpcontent/uploads/2012/05/Branquitude-x-branquidade-uma-ana-%C3%83%C3%85liseconceitual-do-ser-branco-.pdf>

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano. Editora Cobogó, 21 de Abril, 2020.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista brasileira de educação, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, 2002.

MACHADO, Bárbara Araújo. O pensamento feminista "amefricano" e a sua ideia de articulação entre gênero, classe, raça e sexualidade: ferramentas de análise para a história das sociedades americanas. Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, Nº 27, p.280 -309, Ago./Dez., 2019. Disponível em: <http://revista.anphlac.org.br>. Acesso em 20 maio 2020

MACHADO, Bárbara Araújo. Autonomia e solidariedade no movimento de mulheres negras no Brasil na década de 1980. Acervo, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, 117 - 139, maio/ago, 2020.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Merlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014

MOREIRA, Núbia Regina. A organização das feministas negras no Brasil. 2. ed. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2018.

MÜLLER, Tânia M. P. e CARDOSO, Lourenço. Branquitude. Estudos Sobre a Identidade Branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. Carolina Maria de Jesus e a literatura Periférica contemporânea. Disponível em:<http://www.ufjf.br/darandina/files/2010/12/Carolina-Maria-de-Jesus-e-a-literatura-perif%C3%A9rica-contempor%C3%A2nea.pdf>

MUNANGA, Kabengele. Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. Negritude. Usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1996.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida, n. 3º, p. 1-17, 2004.

NASCIMENTO, Giovana. Os perigos dos Negros Brancos: cultura mulata, classe e beleza eugênica no pós-emancipação (EUA, 1900-1920). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v35n69/1806-9347-rbh-35-69-00155.pdf>

PEREIRA, Ana Claudia Jaquetto. Intelectuais Negras Brasileiras: horizontes políticos. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

PETRUCCI-ROSA, M. I. Práticas Curriculares na formação profissional: Uma compreensão singular para as narrativas como forma de transgressão. Linhas Críticas, [S. l.], v. 23, n. 52, 2018.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileira. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 263 a 274.

POCAHY, Fernando. Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática-conceito feminista. 2011.

REIS, Graça; GONÇALVES, Rafael Marques; RIBEIRO, Tiago; RODRIGUES, Allan. Estudos com os cotidianos e as rodas de conversação: Pesquisa Político-Poética em educação. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 3, p. 68-87, Set./Dez. 2017.

RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches (Org.) Conversa como metodologia de pesquisa: por que não? Rio de Janeiro: Ayvu, 2018.

RIOS, Flavia; FREITAS, Viviane Gonçalves. Nzinga Informativo: redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro. Cadernos Adenauer, São Paulo, n. 1, p. 25-45, 2018.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. Psicologia & Sociedade, 22 (3): 445-456, 2010.

RODRIGUES, Almira. As mulheres e a política: uma análise de gênero e etnia no espaço da política. Brasília: Cfemea, 2005.

SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos. Os estudos feministas e o racismo epistêmico. Revista Gênero, v. 16, n. 2, p. 7-32, 2016.

SERPA, Andréa. Quem são os outros na/da avaliação? Caminhos possíveis para uma prática dialógica. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Faculdade De Educação, 2010.

SILVA, Joselina. I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980. In: SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes. O Movimento de Mulheres Negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, p. 13-40, 2014.

SILVA, Tauana Olivia Gomes. A participação política das mulheres negras comunistas durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984). Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente, Florianópolis, 2014.

SILVA, Adalene Ferreira Figueiredo da; SANTOS, Cynthia Barcelos dos; PADÃO, Jacqueline; ALMEIDA, Marina Nogueira de. Discurso de ódio X Esterilização feminina: reflexões sobre a desumanização das mulheres como forma de fazer política. XIV Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação-SEPesq26 a 29 de novembro de 2018

SKLIAR, Carlos. Elogio à conversa (em forma de convite à leitura). In.: RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches (Org.) Conversa como metodologia de pesquisa: por que não? Rio de Janeiro: Ayvu, 2018.

SPIVAK, Gayatri C. "Can the Subaltern Speak? Speculations on Widow Sacrifice." *Wedge*, v. 7, n. 8, p. 120-130, 1985a.

SPRINGER, Kimberly. Living for the Revolution: Black Feminist Organizations, 1968–1980. *Journal of American History*, Volume 93, June 2006; Oxford University Press. Disponível em:

<https://academic.oup.com/jah/article-abstract/93/1/296/815317?redirectedFrom=fulltext>

VIGOYA, Mara Viveros. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. Debate feminista 52 (2016) 1-17.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. Lélia Gonzalez e outras mulheres: pensamento feminista negro, antirracismo e antissexismo. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 1, n. 1, p. 52-63, 2010.

WARE, Vron (org.). Branquidade: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo In: Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux [en línea]. Genève: Graduate Institute Publications, 2009. Acesso em: 11 de maio de 2020 Disponível: <<http://books.openedition.org/iheid/6316>>

[www.domesticalegal.org.br/retrato\\_emprego\\_domestico\\_PNAD\\_2011.pdf](http://www.domesticalegal.org.br/retrato_emprego_domestico_PNAD_2011.pdf)

<http://www.geledes.org.br/racismo-e-preconceitos/casos-de-racismo/>

<http://coletivoluzamahin.blogspot.com.br/>